



PDI Plano de
Desenvolvimento
Institucional
2014 - 2018



**INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PDI Plano de
Desenvolvimento
Institucional
2014 - 2018

2014



Dilma Vana Rousseff
Presidente da República Federativa do Brasil

José Henrique Paim Fernandes
Ministro da Educação

Aléssio Trindade de Barros
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

CONSELHO SUPERIOR

João Martins Dias
Presidente do Conselho Superior - § 1º do art. 10 da Lei Nº 11.892/2008

CONSELHEIROS TITULARES

Antônio Venâncio Castelo Branco
Membro Titular – Segmento docente

Aldenir de Carvalho Caetano
Membro Titular – Segmento docente

Lívia de Souza Camurça Lima
Membro Titular – Segmento Docente

Jânio Lúcio Paes Alves
Membro Titular – Segmento Administrativo

Ana Cláudia Teixeira do Nascimento
Membro Titular – Segmento Administrativo

Kátia Silva Machado
Membro Titular – Segmento Administrativo

Márcio Silva de Lira
Membro Titular – Segmento Egresso

João Fernandes Ferreira Lima
Membro Titular – Segmento Egresso

Nelson Azevedo dos Santos
Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (FIEAM)

Genoir Pierosan

Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (FIEAM)

Romulo Rogério Marques de Lima

Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (SINTEC-AM)

Marcos Célio de Souza Bessa

Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (SINTEC-AM)

Aécio Flávio Ferreira Filho

Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (FAEA-AM)

Marcos Anderson Pinheiro Nogueira

Membro Titular – Segmento Sociedade Civil (FAEA-AM)

Ademar de Araújo Filho

Membro Titular – Representante do MEC/SETEC

Jorge Nunes Pereira

Membro Titular – Representante dos Diretores Gerais de *Campi*

Elias Brasilino de Souza

Membro Titular – Representante dos Diretores Gerais de *Campi*

José Pinheiro de Queiroz Neto

Membro Titular – Representante dos Diretores Gerais de *Campi*

ADMINISTRAÇÃO DO IFAM

João Martins Dias

Reitor

Antônio Venâncio Castelo Branco

Pró-Reitor de Ensino

Ana Mena Barreto Bastos

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Sandra Magni Dawrich

Pró-Reitora de Extensão

Ana Maria Alves Pereira

Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Júlio Cesar Campos Anveres

Pró-Reitor de Administração

DIRETORES GERAIS

Aildo da Silva Gama

Campus Tefé

Allen Bitencourt de Lima

Campus Itacoatiara

Aldenir de Carvalho Caetano

Campus Manaus Zona Leste

Elias Brasilino de Souza

Campus São Gabriel da Cachoeira

Gutemberg Ferraro Rocha

Campus Parintins

Jaime Cavalcante Alves

Campus Tabatinga

Jorge Nunes Pereira

Campus Humaitá

José Pinheiro de Queiroz Neto

Campus Manaus Distrito Industrial

Josiane Faraco de Andrade Rocha

Campus Lábrea

Júlio César Araújo de Freitas

Campus Manaus Centro

Jurandy Moreira M. Aires da Silva

Campus Coari

Leonor Ferreira Neta Toro

Campus Maués

Paulo Marreiro dos Santos Junior

Campus Presidente Figueiredo

Roquelane Batista de Siqueira

Campus Eirunepé

**COMISSÃO CENTRAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

Portaria Nº 968 – GR/IFAM, de 12 de julho de 2013.

Ana Maria Alves Pereira

Presidente da Comissão Central - PRODIN

Antônio Venâncio Castelo Branco

Pró-Reitor de Ensino

Ana Mena Barreto Bastos

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Sandra Magni Darwchi

Pró-Reitora de Extensão

Júlio Cesar Campos Anveres

Pró-Reitor de Administração

José Pinheiro de Queiroz Neto

Representante do CONSUP

Carlos Tiago Garantizado

Comitê de Tecnologia da Informação

João Luiz Cavalcante Ferreira

Comitê de Planejamento Institucional

Williamis da Silva Vieira

Membro Titular do SINASEFE

Analice Barbosa Pereira

Suplente Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Yanna Santos de Medeiros

Suplente Pró-Reitoria de Administração

João Batista Neto

Suplente Pró-Reitoria de Ensino

Giovanni Augusto Aguiar Ribeiro

Suplente Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Doraneide da Conceição Cavalcante Tahira

Suplente da Pró-Reitoria de Extensão

Bernadete Alves de Melo

Suplente SINASEFE

**COMISSÃO TEMÁTICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

Comissão Temática Acadêmico-Técnico
Portaria N° 1.410 – GR/IFAM, de 31 de outubro de 2013.

Marlene de Deus Lima - Presidente

Ana Célia Brandão de Farias Said
Ana Cláudia Ribeiro de Souza
Ana Claudia Rodrigues de Melo
Antônio Ribeiro da Costa Neto
Bianca Santos Bento da Silva
Darcilia Penha Pinto
Eliane Maquiné de Amorim
João Batista Neto
Luciene Fátima de Oliveira Lopes

Comissão Temática de Gestão
Portaria N° 1.409 – GR/IFAM, de 31 de outubro de 2013.

Daniel Nascimento e Silva - Presidente

Adriana Mafra Carvalho
Analice Barbosa Pereira
Janiana Dantas da Mota
José Antonio Dourado Teixeira
José Geraldo de Almeida
Larissa Barreto de Araújo

Comissão Temática de Infraestrutura
Portaria N° 1.408 - GR/IFAM, de 31 de outubro de 2013.

Josimar Gonçalves Vargas - Presidente

Arlene Maria Lamega da Silva Campos
Dalmir Pacheco de Souza
Elaine Maria Bessa Rebello Guerreiro
Emmerson Santa Rita da Silva
Inalda Tereza Sales de Lima
José Ribamar de Abreu Cardoso
Luiz Feitosa Gomes
Márcia Ferreira da Silva

COMISSÕES LOCAIS DOS CAMPI

Campus Manaus Centro

Portaria N° 663 – GAB/DG/CMC/IFAM, de 16 de setembro de 2013.

Júlio César Araújo de Freitas - Presidente
Afrânio de Moraes Leite
Ana Lúcia Mendes dos Santos
Antônio Ferreira Santana Filho
Bernadete Alves de Melo
Edson Valente Chaves
Francisco Das Chagas Mendes dos Santos
Gleydson de Souza Gomes
Gutemberg da Silva Arruda
Gutemberg Leão Brasil
Herminio Edson Maia Santana
Janary Rui Negreiros da Silva
Jarder Allysson Ferreira da Silva
Jéssica dos Santos Bacelar Santos Guedes
Juliana Mesquita V. Martinez de Lucena
Juvenal Severino Botelho
Maria das Graças Barbosa de Souza
Misael Brayon Oliveira Almeida
Paulo Rodrigues de Souza
Pedro Raimundo da Fonseca Soares
Raimundo Luiz de Salles Teixeira
Renata de Aguiar Garcia
Roberto da Costa Bianco
Sérgio Augusto Coelho da Fonseca Soares
Sheilla Maria Luz Teixeira
Vinicius Paulo de Freitas

Campus Manaus Distrito Industrial

Portaria N° 201 – GDG/CMDI/IFAM, de 04 de setembro de 2013.

Pedro Ivan das Graças Palheta - Presidente
Elane de Souza Mafra
Felipe da Silva Teixeira
Helda da Silva Moreira
Jorge Michel
Paulo Ubiratã Ferreira Martins

Campus Manaus Zona Leste

Portaria N° 127, de 14 de junho de 2013.

Aurélio Ludvig - Presidente
Cristiane Sinimbu Sanchez
Henrique Rabelo Sobrinho
Maria Suely Silva Santos Guimarães

Campus Tabatinga

Portaria Nº 033 – DG/CTB/IFAM/2014, de 26 de fevereiro de 2014.

Fabiano Valdez Silva Guimarães - Presidente
Elenilson Silva de Oliveira
Jeane Colares da Silva
Joelmir Martins da Rocha
Maércio de Oliveira Costa
Obem Correa Neto
Sander Clayver Pereira Mello
Valdemir Nilo Siqueira

Campus Coari

Portaria Nº 033 – GDG/IFAM – CCO, de 10 de março de 2014.

Geraldo de Souza Lima - Presidente
André Luiz Laranjeira Rocha
Andrea Baima do Lago Silva
Audinete da Silva Pereira
Iracema Ramos Martins

Campus Lábrea

Portaria Nº 100 – GDG/IFAM/LÁBREA, de 19 de novembro de 2013.

João Soares de Araújo - Presidente
Antônio Hipólito de Araújo
Antônio Paulino dos Santos
Deborah Pereira Linhares da Silva
Elyenaira Nogueira Pinheiro
Jefferson Pires de Araújo
Pedro Fonseca Camargo
Vandreza Regina de Souza Sodré

Campus Maués

Portaria Nº 253 – DG/IFAM/CMA, de 14 de outubro de 2013.

Leonor Ferreira Neta Toro - Presidente
Adilson de Lima Lopes Junior
Alexsander Teixeira da Silva
Aline Lopes de Oliveira
Ana Cristina Sales Dibo
Anndson Brelaz de Oliveira
Cristiano Gomes do Nascimento
Ederson Costa de Souza
Fredy Veras dos Santos
Joethe Moraes de Carvalho
Maria Betânia Soares Gomes
Messias Barbosa Ramos
Miguel Bezerra dos Santos Filho
Nathália Cavalcante Costa
Paloma Piva de Lima
Rômulo Ribeiro Machado
Sonete Moreira Lopes

Suely Furtado Soares
Vanderlei Antônio Stefanuto
Vanilde Medeiros Gomes

Campus Presidente Figueiredo
Portaria Nº 155 – DG/IFAM/PF, de 25 de setembro de 2013.

Paulo Marreiro dos Santos Junior - Presidente
Adriano de Andrade Araújo
Adriano Teixeira de Oliveira
Antônio Carlos Batista de Souza
Antônio Carlos Oliveira Loureiro de Souza
Benevaldo Pereira Gonçalves
Brenda Lopes H. Van RIJ
Ewerton Andrey Godinho Ribeiro
Fernanda Mesquita Maia
Francisco Tiago Silva Amarante
Gean Max Angelim de Lima
Gilberto Fernandes Everton Junior
Gisele Alves Feitosa dos Santos
Hessel Marani Lima
Jackson Pantoja Lima
Jefferson Augusto Dutra de Freitas
Jhonatan Pereira da Costa
João Damasceno Mustafa
Joaquim Alberto Leite da Silva Junior
Marcionilo Neri da Silva Junior
Raimundo Nonato Lima de Costa
Raquel da Silva Souza

Campus São Gabriel da Cachoeira
Portaria Nº 11, de 21 de janeiro de 2014.

Leonam Matos Correia Lima - Presidente
Jacirene Maria Gadelha dos Anjos
Nairson Brandão Queiroz
Wuathiney Cruz Ferreira

Campus Parintins
Portaria Nº 372 – DG, 30 de outubro de 2013.

David Wilkerson F. de Souza - Presidente
Adriano Silva Costa
Ana Carolina C. Navegantes
Arqleydsson de L. Pinheiro
Augusto José S. Lima
Débora Bezerra Rodrigues
Ilmara M. de Martins
Ítalo Fernando da C. Melo
Joice de Lima Melo
Kleber de Brito Souza
Manuella Pimentel Picanço

Mário Bentes Cavalcante
Mizael dos Santos Seixas
Mônica Yoko N. Bezerra
Nathan Silva Souza
Paulo Jorge Neves Reis
Peterson Medeiros Colares
Romison de S. Teixeira
Rúbia M. F. Cavalcante
Vender da Silva Garcia
Vera Lucia da S. Marinho
Waldomiro dos Santos Silva

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Carla de Albuquerque Dias – Presidente da CPA
Cristina Oliveira Costa - Discente
Francisco das Chagas Mendes dos Santos - Docente
Francisco Sousa da Costa – Téc. Administrativo
Gizelle Chaar Negreiros – Coord. Aval. Institucional
Hermínio Edson Maia Santana - Discente
Hilda Maria Ferreira da Silva Lima – Pesq. Institucional
Joscival Vasconcelos Reis - Docente
Juscelino Azevedo – Sociedade Civil Organizada
Lucilene Rebouças de Oliveira - Téc. Administrativo
Maxwell Ribeiro de Souza - Discente
Roniscley Riberio de Souza - Docente
Ruy Alberto Melgueiro – Téc. Adm.
Silvério Liberato Cardoso Garrido Júnior - Discente
Tarcísio Lélis Costa Bacóvis – Téc. Administrativo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Erlison Soares Lima

REVISÃO

Raimundo Vicente Jimenez
João Luiz Cavalcante Ferreira

Sumário

1.	PERFIL INSTITUCIONAL	14
1.1.	BREVE HITÓRICO.....	14
1.2.	INSERÇÃO REGIONAL.....	16
1.3.	MISSÃO	27
1.4.	VISÃO	27
1.5.	VALORES	27
1.6.	FINALIDADES	28
1.7.	ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	28
1.8.	OBJETIVOS E METAS	31
1.9.	RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	62
1.10.	GESTÃO DO PLANEJAMENTO DO IFAM	62
2.	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI).....	75
3.	POLÍTICAS DE ENSINO.....	85
4.	POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	117
5.	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	111
6.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	122
6.1.	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA GESTÃO.....	123
6.2.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	123
6.3.	ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	125
6.3.1.	CONSELHO SUPERIOR.....	125
6.3.2.	COLÉGIO DE DIRIGENTES	127
6.3.3.	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO.....	128
6.4.	ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	128
6.4.1.	AUDITORIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO.....	128
6.4.2.	COMISSÃO DE ÉTICA	130
6.4.3.	UNIDADE DE CORREIÇÃO	131
6.5.1.	COMPOSIÇÃO, POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO	134
7.	INFRAESTRUTURA.....	135
8.	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	137
9.	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	142
10.	ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	144

APRESENTAÇÃO

A criação dos **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia** pelo Governo Federal constitui uma ação de caráter revolucionário no País, tendo como base a Rede Federal de Educação Tecnológica. Os Institutos surgem com uma proposta de expansão do ensino técnico e tecnológico jamais vista, uma vez que irão promover ensino nos níveis básico, técnico e tecnológico, incluindo programas de formação e qualificação de trabalhadores, licenciaturas e cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) nasceu mediante a integração da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira e Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), com o firme propósito de responder às demandas de formação profissional demandadas pela sociedade amazonense no contexto contemporâneo.

Diante desse quadro de franco fortalecimento e expansão da rede federal de Educação Profissionalizante Técnico - EPT, bem como em atendimento às exigências do Ministério de Educação, o IFAM, na condição de Instituição de nível superior, assumiu a imperativa missão de consolidar seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, cuja natureza agrega experiências jamais reunidas numa proposta máxima de trabalho, uma vez que sua realidade amazônica reuniu escolas identificadas com o setor primário, secundário e terciário da economia.

Acreditamos que o presente **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018**, resultado de efetiva participação de absolutamente todos os campi do IFAM, com suas especificidades, será um instrumento basilar para a gestão. Como foi construído e fundamentado nos princípios legais da Educação Nacional, este plano, muito mais do que dirigir as ações de formação a que institucionalmente nos propomos, visa integrar esforços de elementos num propósito que contemple excelência nos processos e eficácia nos resultados, tudo intimamente ligado aos desafios da realidade amazônica.

João Martins Dias
Reitor

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. BREVE HITÓRICO

A rede federal de educação profissional, científica e tecnológica começou em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica (Cefets).

Apresentada no seu início como instrumento de política voltado para as “classes desprovidas”, a rede federal se configura hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Foi na década de 1980 que um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços. Para atender a essa demanda, as instituições de educação profissional vêm buscando diversificar programas e cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta.

Cobrindo todo o território nacional, a rede federal presta um serviço à nação ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.

A Rede Federal, em períodos distintos de sua existência, atendeu a diferentes orientações de governos, em comum a centralidade do desenvolvimento regional, do mercado, do desenvolvimento industrial e do caráter pragmático e programático da Educação Profissional e Tecnológica.

Em 1997, o Decreto Nº 2.208 regulamentou a educação profissional e criou o programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Em 2006, iniciou a primeira fase da expansão com o objetivo de implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados, ainda desprovidos dessas instituições ou em periferias de metrópoles e em municípios com as potencialidades locais de geração de postos de trabalho. Em 2007, o Governo Federal brasileiro criou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a qual prevê a formação de um arranjo institucional que promova a articulação entre os setores públicos e privados na execução de projetos que agenciem o desenvolvimento regional e local, bem como a redução das desigualdades regionais com a adoção de estratégias convergentes com a sustentabilidade ambiental.

Assim, com o tema pautado em uma escola técnica em cada cidade do país, deu-se início a segunda fase da expansão com previsão de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica.

O Ministério da Educação criou um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com base na estruturação e na potencialidade já existentes, nos Centros Federais de Educação e Tecnologia, Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Instituições de Ensino Profissional, vinculadas às Universidades Federais.

Com o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional, a distribuição territorial equilibrada das novas unidades foi definida a partir de cidades-polo com a finalidade de maior abrangência possível de mesorregiões em sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais.

O novo modelo institucional pretende, então, estabelecer um diálogo permanente com as políticas sociais e econômicas na perspectiva de contribuir para o progresso socioeconômico com enfoques locais e regionais.

Os Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, primando pela formação humana e cidadã como pressuposto básico à qualificação para o exercício do trabalho, bem como, sinalizarão para a necessidade de formação e capacitação permanente das demandas dos profissionais articulada ao mundo do trabalho, com o compromisso voltado para o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Nesse processo de institucionalização, os Institutos Federais, devem manifestar em suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica fundamentada sob a integração e articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da capacidade laboral.

Neste sentido, nos termos da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Art. 5º, inciso IV, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, foi estruturado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira, no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

Na condição de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, o IFAM integra os seguintes Campi: Campus Manaus Centro, Campus Manaus Distrito Industrial, Campus Manaus Zona Leste, Campus Coari, Campus São Gabriel da Cachoeira, Campus Presidente Figueiredo, Campus Maués, Campus Parintins, Campus Lábrea, Campus Tabatinga, Campus Humaitá, Campus Eirunepé, Campus Itacoatiara, Campus Tefé, além do Campus Avançado de Manacapuru e os Polos de Educação a Distância.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, doravante IFAM, oferece a

Educação Profissional, nos níveis Básico, Técnico e Tecnológico, além das Licenciaturas, Bacharelados e Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*.



Figura 1 Instituto Federal do Amazonas

1.2. INSERÇÃO REGIONAL

O Estado do Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a maior delas em território, com uma área de 1.559.159,148 km², constituindo-se na nona maior subdivisão mundial, sendo o maior que as áreas da França, Espanha, Suécia e Grécia somadas. Seria o décimo oitavo maior país do mundo em área territorial, pouco superior à Mongólia. É maior que a Região Nordeste, com seus nove estados; e equivale a 2,25 vezes a área do estado norte-americano do Texas. A área média de seus 62 municípios é de 25 335 km², superior à área do estado brasileiro de Sergipe. O maior deles é Barcelos, com 122 476 km² e o menor é Iranduba, com 2. 215 km².

Pertencente à Região Norte do Brasil, é a segunda unidade federativa mais populosa desta macrorregião, com seus 3,8 milhões de habitantes em 2014, sendo superado apenas pelo Pará. No entanto, apenas dois de seus municípios possuem população acima de 100 mil habitantes: Manaus, a capital e sua maior cidade com 2 milhões de habitantes em 2014, que concentra cerca de 52% da população do estado e Parintins, com pouco mais de 110 mil habitantes. O estado é, ainda, subdividido em 13 microrregiões e 4 mesorregiões. Seus limites são com o estado do Pará ao leste; Mato Grosso ao sudeste; Rondônia e Acre ao sul e sudoeste; Roraima ao norte; além da Venezuela, Colômbia e Peru ao norte, noroeste e oeste, respectivamente.

Em 1850, no dia 5 de setembro, foi criada a Província do Amazonas, desmembrada da Província do Grão-Pará. Os motivos que levaram à criação da Província do Amazonas foram muitos, em especial, a grandíssima área territorial administrada pelo Grão-Pará, com capital em Belém, e as tentativas fracassadas do Peru em ampliar suas fronteiras com o Brasil, com o apoio dos Estados Unidos.

O estado possui um dos mais baixos índices de densidade demográfica no país, superior apenas ao do estado vizinho, Roraima. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a densidade demográfica equivale a 2,23 habitantes por quilômetro quadrado. Detém 98% de sua cobertura florestal preservada e um dos maiores mananciais de água doce do planeta, proveniente da maior rede hidrográfica do mundo. A hidrografia do estado, entretanto, sofre grande influência de vários fatores como precipitação, vegetação e altitude. Em geral, os rios amazonenses são navegáveis e formam sua maior rede de transporte.⁶ Possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (empatado com o Amapá) e o maior PIB per capita entre todos os estados do Norte do Brasil. A Região Metropolitana de Manaus, com população superior aos 2,2 milhões de habitantes e sendo a maior em área territorial do mundo, é sua única região metropolitana. O Pico da Neblina, ponto culminante do Brasil, também se situa em território amazonense.

Manaus é um município brasileiro, capital do estado do Amazonas e o principal centro financeiro, corporativo e econômico da Região Norte do Brasil. É uma cidade histórica e portuária, localizada no centro da maior floresta tropical do mundo. Situa-se na confluência dos rios Negro e Solimões. É uma das cidades brasileiras mais conhecidas mundialmente, principalmente pelo seu potencial turístico e pelo ecoturismo, o que faz do município o décimo maior destino de turistas no Brasil. Manaus pertence à mesorregião do Centro Amazonense e à microrregião homônima. Destaca-se pelo seu patrimônio arquitetônico e cultural, com numerosos museus, teatros, templos, palácios e bibliotecas. É localizada no extremo norte do país, a 3 490 quilômetros da capital nacional, Brasília.

É a cidade mais populosa do Amazonas e da Amazônia, com uma população de 2.020.301 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014, sendo também a sétima mais populosa do Brasil e a 131ª mais populosa do mundo. A cidade aumentou gradativamente a sua participação na composição do PIB brasileiro nos últimos anos, passando a responder por 1,4% da economia do país. No ranking da revista *América Economia*, Manaus aparece como uma das 30 melhores cidades no ramo de negócios da América Latina, ficando à frente de capitais de países latinos como Assunção, Caracas e La Paz.

Originalmente fundada em 1669 pelos portugueses com o forte de São José do Rio Negro, foi elevada à vila em 1832 com o nome de *Manaos*, em homenagem à nação indígena dos Manaós, sendo legalmente transformada em cidade no dia 24 de outubro de 1848 com o nome de *Cidade da Barra do Rio Negro*. Somente em 4 de setembro de 1856 voltou a ter seu nome atual. Ficou conhecida no começo do século XX, na época áurea da borracha. Nessa época foi batizada como "Coração da Amazônia" e "Cidade da Floresta". Atualmente seu principal motor econômico é o Polo Industrial de Manaus.

Sexta cidade mais rica do Brasil, a cidade possui a maior região metropolitana do norte do país e a décima primeira do Brasil, com 2.478.088 habitantes, o que representa 1,22% da população total brasileira. Em 2008, o *World Cities Study Group and Network (GaWC)*, do Reino Unido, incluiu o nome da cidade em uma lista de cidades classificadas por sua economia, cultura, acontecimentos políticos e patrimônios históricos. Manaus foi classificada na mesma categoria de outras áreas metropolitanas do mundo de grande destaque, como Ancara, Salt Lake City, Liverpool e Marselha, sendo que a cidade ficou acima de outras como Las Vegas, Sevilha, Austin e Québec Ville. Foi uma das doze cidades-sede brasileiras da Copa do Mundo FIFA de 2014.

Presidente Figueiredo é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Rio Preto da Eva, localiza-se ao norte de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 107 quilômetros. Ocupa uma área de 25 422,235 km² e sua população, estimada pelo IBGE em 2014, era de 31.903 habitantes, sendo assim o 23º município mais populoso do estado e o mais populoso de sua microrregião. Juntamente com outros sete municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil.

A BR-174 é a principal rodovia existente na localidade, sendo responsável por interligar o município à Manaus, Boa Vista, capital de Roraima, e ao município fronteiriço de Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

Presidente Figueiredo despontou para o turismo ecológico em razão de sua fartura de águas, selva, recursos naturais, cavernas e cachoeiras. O Ministério do Turismo catalogou mais de cem quedas d'água no município, muitas delas exploradas economicamente através do ecoturismo. É existente na área urbana e rural uma razoável infraestrutura turística em expansão. O município é mais conhecido pela usina hidroelétrica instalada ali, a usina de Balbina, no distrito homônimo, cujas obras e manutenção são responsáveis pela maior catástrofe ambiental da história do Brasil.

Itacoatiara é um município brasileiro do estado do Amazonas, Região Norte do país. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de mesmo nome, localiza-se a leste de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 176 quilômetros. Considerado o maior pólo agropecuário da Região Norte do Brasil, a cidade vem ocupando uma relevante posição nacional, sendo considerada uma das mais dinâmicas do Brasil. Ocupa uma área de 8 891,993 km², representando 0.5661 % do Estado, 0.2308 % da Região e 0.1047 % de todo o território brasileiro. Desse total 10,2412 km² estão em perímetro urbano. Sua população, estimada pelo IBGE em 2012, era de 89 064 habitantes, sendo assim o terceiro maior do estado em população, e o maior de sua microrregião.

O município possui uma temperatura média anual mínima de 25 °C e de 34 °C como média máxima. Na vegetação do município predomina o bioma amazônico. Em relação à frota automobilística, em 2009 foram contabilizados 22 580 veículos. O município contava, em 2009, com 106 estabelecimentos de saúde. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,711, sendo considerando inferior à média nacional, e comparado com o IDH do estado, que foi de 0,780.

A cidade é conhecida como *Cidade da Pedra Pintada* por possuir na entrada da área urbana uma pedra pintada com um escrito indígena do tupi ou nheengatu *itá*: pedra; e *coatiara*: (pintado, gravado, escrito, esculpido) que deu origem ao nome atual da cidade. Itacoatiara possui um importante porto fluvial, responsável por uma grande quantidade de transporte de cargas, sendo o segundo maior porto fluvial escoador do país, pois chegam diariamente cargas vindas de cidades como Belém, Cuiabá, Manaus e Santarém.

A vegetação, típica da região amazônica, é formada por florestas de várzea e de terra firme, tendo, ao seu redor, um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

Coari é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, região Norte do país. Na área territorial do município, localiza-se a plataforma da Petrobrás de Urucu, onde se extrai petróleo e gás. No local foi construído um gasoduto que levam gás até Manaus. De acordo com estimativas do IBGE, o total de habitantes do município em 2012 eram de 77 305.

O município está localizado no rio Solimões entre o Lago de Mamiá e o Lago de Coari, e tem sua história ligada aos índios Catuxy, Jurimauas, Passés, Irijus, Jumas, Purus, Solimões, Uaiupis, Uamanis e Uaupés. O nome Coari também está ligado às raízes indígenas e há duas versões: Em 1759 a aldeia é elevada a lugar com o nome de Alvelos. Em 2 de dezembro de 1874 foi elevada a vila, em 2 de agosto de 1932 a Vila de Coari é elevada a categoria de município.

Tabatinga é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Sudoeste Amazonense e Microrregião do Alto Solimões, sua população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, era

de 54.440 habitantes, sendo o município mais populoso de sua microrregião e mesorregião e o sétimo mais populoso do estado.

O município está localizado no oeste do estado do Amazonas, na tríplice fronteira entre Brasil-Colômbia-Peru, tendo sido criado em 1983. Apresenta uma conurbação com a cidade colombiana de Letícia.

Parintins é um município brasileiro no interior do estado do Amazonas, próximo a divisa com o estado do Pará, Região Norte do país. Está situado na mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de mesmo nome e localiza-se a leste da capital do estado, distando desta cerca de 369 quilômetros. Sua população foi estimada em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 110.411 habitantes, sendo o segundo mais populoso do estado do Amazonas. 5.952 km², representando 0,3789% do estado do Amazonas, 0,1545% da região Norte brasileira e 0,0701% do território brasileiro⁸ Desse total 12,4235 km² estão em perímetro urbano.

As primeiras viagens exploratórias da Coroa Portuguesa em Parintins foram registradas somente em 1796. Assim como as demais localidades da Amazônia, a região era habitada por diversas etnias indígenas, entre eles os Tupinambás, que deram origem ao nome da ilha em que se encontra o município, a ilha Tupinambarana. O primeiro nome recebido por Parintins, já na categoria de Freguesia, foi Nossa Senhora do Carmo de Tupinambarana, em 1833. O nome da Freguesia só foi alterado em 1880, quando a sede passou a chamar-se "Parintins", em homenagem aos povos indígenas Parintintins, um dos inúmeros que habitavam a região.

O município é conhecido principalmente por sediar o Festival Folclórico de Parintins, uma das maiores manifestações culturais preservadas da América Latina. Localiza-se à margem direita do rio Amazonas. A vegetação, típica da região amazônica, é formada por florestas de várzea e de terra firme, tendo, ao seu redor, um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra. A principal forma de transporte entre Parintins e os demais municípios é o fluvial, além do aéreo. A temperatura média registrada é de 26° C.

Maués é um município brasileiro localizado no interior do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Parintins, sua população é de 54.079 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012. A cidade é reconhecida nacionalmente por possuir uma das maiores expectativas de vida do país.

Na margem direita do Rio Maués-Açu foi fundada, em 1798, por Luiz Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto, à distância de 268 km, em linha reta, e 356 km, pela via fluvial, de Manaus, e são datas festivas municipais em homenagem à São Sebastião(10 a 20 de janeiro), ao Divino

Espírito Santo (22 a 30 de maio), à São Pedro (27 a 30 de junho), à padroeira Nossa Senhora da Conceição (01 a 8 de dezembro), assim como a Festa do Carnaval Popular (21 a 24 de fevereiro), do aniversário do município (26 a 27 de junho), da Ilha de Vera Cruz (23 a 25 de julho), do Verão (de 05 a 7 de setembro), da Feira Industrial (06 a 8 de novembro), e do Guaraná (em novembro).

Inicialmente, foi denominada Luseia, e progredindo com o tempo transformou-se em missão carmelita, com nome de Maués. O líder, nessa época, foi o frei Joaquim de Santa Luzia.

Por um Decreto de 25 de junho de 1833 a missão foi considerada vila, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Luseia.

Em 1853, pela Lei Nº 25 de 3 de dezembro, da iniciativa do Deputado Marcos Antônio Rodrigues de Souza, a vila tornou-se cidade, chamada São Marcos de Mundurucânia. Consta como uma das freguesias da província, denominada Maués, em 1958.

O Deputado José Bernardo Michiles, em 1865, apresentou projeto, tendo sido aprovado, pela mudança do nome de Maués para Conceição.

Enfim, já na República, em 1895, pela Lei Nº 133 de 5 de outubro, a localidade torna-se Comarca. E em 4 de maio de 1896 é considerado município pelo novo regime jurídico, com o nome de Maués, pela Lei Nº 137.

São Gabriel da Cachoeira é um município do interior do estado do Amazonas, no Brasil. Situado no extremo noroeste do Brasil, é um dos municípios fronteiriços do país, fazendo divisa com dois países sul-americanos. É distante 852 quilômetros de Manaus, capital do estado, e está às margens da Bacia do Rio Negro. Limita-se ao norte com a Colômbia e a Venezuela, ao sul e ao leste com o município de Santa Isabel do Rio Negro e ao sul com Japurá. Boa parte do seu território é abrangido pelo Parque Nacional do Pico da Neblina, além das terras indígenas de Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, II e III e Rio Tea. O município é considerado um ponto estratégico pelo país. No município, nove entre dez habitantes são indígenas, sendo o município com maior predominância de indígenas no Brasil.

O município também é conhecido como "Cabeça do Cachorro", por seu território ter forma semelhante à da cabeça desse animal. Sua área é de 109 185 quilômetros quadrados, representando 6,9512% do território estadual, 2,8335% do território da Região Norte do Brasil e 1,2851% do território brasileiro. De acordo com estimativas de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 42.342 habitantes.

Em um caso inédito na federação brasileira, foram reconhecidas, como línguas oficiais no município, ao lado do português, três idiomas indígenas, após a aprovação da Lei Municipal 145, de 22 de novembro de 2002: o nheengatu, otucano e o baniua, línguas tradicionais faladas pela maioria dos habitantes do município, dos quais 74% são indígenas. O município foi a

primeira localidade brasileira a reconhecer outros idiomas como oficiais, além do português. Atualmente, São Gabriel da Cachoeira, Pomerode (em Santa Catarina) e Tacuru (em Mato Grosso do Sul) são os três únicos municípios brasileiros a possuir mais de um idioma oficial (Pomerode reconheceu o idioma alemão como co-oficial em seu território, enquanto que Tacuru reconheceu a língua guarani como co-oficial).

Lábrea é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Sul Amazonense e Microrregião do Purus, sua população é de 42.439 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014.

A cidade de Lábrea foi fundada através da Lei provincial número 523, de 14 de maio de 1881, elevando a freguesia de Lábrea à categoria de vila. Sua história remonta a fase áurea da borracha, com as grandes levas de imigrantes nordestinos. Sua história encontra-se intimamente ligada ao movimento da Igreja Católica, a primeira missão estabeleceu-se a foz do rio Ituxi, sendo nomeado de Nossa Senhora de Nazaré do Rio Ituxi e tendo como superior o capuchinho fr. Pedro de Ceriana. Ao início de seu povoamento quando criado o município sendo desmembrado de Manaus, seus limites vinham desde a boca do Abufari a Bolívia. Inicialmente seu fundador, o cearense, cel. Antônio Rodrigues Pereira Labre, a idealizou na localidade denominada Terra Firme do Amaciary, após trazendo para a localidade atual. Com a criação da paróquia de Nossa Senhora de Nazaré de Lábrea, por Dom Antônio Macedo Costa na época bispo de Pará e Amazonas, vem a cidade um de seus maiores colaboradores o cearense de Aracati, Pe. Francisco Leite Barbosa, com seu trabalho de assistência religiosa aos fiéis, não esquecendo-se de zelar pelo bem estar de seu rebanho. Fez várias desobrigas ao longo do rio Purus e seus afluentes; seu principal marco ainda hoje lembrado na cidade é a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, pedindo e recebendo donativos e esmolas ele com muito sacrifício esforço e dedicação ela inicia os trabalhos, mas não consegue ver o fruto de seu suor terminado, pois pede demissão do cargo de pároco após doar quase 31 anos de sua vida ao trabalho pastoral em Lábrea, mas a 5 de setembro de 1911 a então catedral de Nossa Senhora de Nazaré é abençoada. A maior parte de sua extensão territorial é quase que totalmente formada pela densa selva amazônica e pode ser alcançada por terra também a partir da cidade de Porto Velho (RO), tomando-se a estrada para Humaitá (AM). É uma região ainda quase que despovoada sendo que a densidade demográfica da mesma é de 0,4 habitantes por quilômetro quadrado.

Tefé é um município brasileiro do interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de mesmo nome, sua população, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, era

de 61.000 habitantes. Sua área territorial é de 23.808 km, sendo o quadragésimo oitavo maior município do Brasil em área e o vigésimo terceiro do Amazonas.

Está distante 523 km de Manaus, capital do estado, e 2.304 km de Brasília, capital nacional. A área em que hoje pertence ao atual município de Tefé era, nos primórdios, habitada pelos índios, predominantemente as tribos Tupebas ou Tapibas. O nome *Tefé*, origina-se destas tribos.

O padre Samuel Fritz foi enviado para o Amazonas a serviço da Espanha, onde ele fundou as primeiras missões jesuíticas para catequisar os índios. Essas missões também eram responsáveis por prestar serviços sociais à comunidade indígena. Os portugueses, desrespeitando o Tratado de Tordesilhas, subiram o Rio Solimões, vindos do Grão-Pará, com a finalidade de conquistar o Amazonas e dominar as terras dos espanhóis, o que resultou em um grande conflito entre as duas nações, quando estes chegaram à região.⁷

O governador do Grão-Pará enviou tropas comandadas pelo Capitão Correia de Oliveira, em 1708, para expulsar os espanhóis. Assim sendo, o padre Sana promulgou que Samuel Fritz deveria deixar a região do Amazonas, conforme ordem da Coroa Portuguesa. Samuel Fritz se retirou e foi até o Peru em busca de apoio para combater os portugueses. Muitos indígenas que lutavam em apoio aos portugueses morreram vítimas do confronto, e novamente os espanhóis voltaram a dominar a região, conforme já estava estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas.⁷

Em 1709, portugueses e espanhóis voltaram a entrar em confronto. Novamente, Portugal sai vitorioso, o que leva os índios a uma fuga em massa para o interior das matas e para a cabeceira do Rio Tefé, onde atualmente está a área do município de Tefé.

Eirunepé é um município brasileiro no interior do estado do Amazonas, Região Norte do país. Pertencente à Microrregião de Juruá e Mesorregião do Sudoeste Amazonense, localiza-se a sudoeste da capital do estado, distando desta cerca de 1 160 km. Ocupa uma área de 15 832 km², sendo que 4,3172 km² estão em perímetro urbano, e sua população foi estimada no ano de 2014 em 33.580 habitantes, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo então o 20º mais populoso do estado e o primeiro de sua microrregião. Eirunepé é também um centro sub-regional do Amazonas.

Na vegetação do município predomina o bioma amazônico. Sua taxa de urbanização em 2010 era de 72,32%. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,563, considerado médio em relação ao estado. Situada em uma área de Floresta Amazônica, não há, em Eirunepé, acesso a outras cidades por meio de rodovias, existindo, como meio ligação à capital ou a municípios vizinhos, apenas transportes fluvial e aéreo.

O povoamento da região de Eirunepé deu-se no início do século XIX, com a chegada de nordestinos. O desenvolvimento do município ocorreu durante um grande período dado pelo Ciclo da Borracha, que envolvia tanto o Amazonas como o Acre. Nesta época ocorreu ainda uma miscigenação da população, com traços do branco nordestino com índios Kulinaã, sendo que houve também influência de povos vindos de outras regiões do mundo, como turcos, portugueses, espanhóis e vários outros.

Na área cultural, destaca-se principalmente pelo turismo, existindo diversos atrativos, como igrejas e praças, além de suas praias de água doce, ilhas, igarapés e lagos que formam a geografia municipal. Nota-se também a realização de eventos culturais e tradicionais, como a Festa do Açaí, o Festival Folclórico e a Festa de São Francisco de Assis, padroeiro municipal.

Humaitá é um município brasileiro localizado no interior do estado do Amazonas. Pertencente à mesorregião do Sul Amazonense e microrregião do Madeira, sua população é de 45.954 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012.

Limita-se com os municípios de Manicoré ao norte, leste e oeste; Porto Velho, capital de Rondônia ao sul; e Tapauá e Canutama ao oeste. Sua área é de 33.071.667², pouco superior à área do estado de Alagoas, fazendo do município um dos maiores do estado em área territorial. O município dispõe ainda de um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 225.637, o que o coloca como o décimo-primeiro município com maior PIB no Amazonas e o terceiro em sua mesorregião.

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7.329,234 km² e sua população, estimada pelo IBGE em 2012, era de 86 985 habitantes, sendo assim o quarto município mais populoso do estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara, e o segundo de sua microrregião. Juntamente com outros sete municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil. Sua área representa 0.4666 % da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo o território brasileiro.

O município possui uma temperatura média anual mínima de 24 °C e de 35 °C como média máxima.¹ Na vegetação do município predomina uma formação arbórea esparsa. Em relação à frota automobilística, em 2009 foram contabilizados 12.492 veículos. O município contava, em 2009, com 24 estabelecimentos de saúde.¹⁰ O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674.

A história de Manacapuru está fortemente ligada à aldeia dos Índios Mura, que se estabeleceram na margem esquerda do rio Solimões por volta do século XVIII, fazendo com que surgisse a localidade. A etimologia de Manacapuru é desconhecida, tendo em vista que seu nome foi sempre o mesmo, desde sua origem até o momento atual. Além dessas características, Manacapuru é conhecida nacionalmente como a *Princesinha do Solimões*, apelido que ostenta desde meados do século XIX. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como suas festas populares que estão entre as mais visitadas por turistas na Amazônia.

A vegetação, típica da região Amazônica é formada por florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra. Todos os anos ocorre a tradicional festa das cirandas, com o desfile de vários grupos de ciranda da cidade. Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré.

Irاندuba é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Região Metropolitana de Manaus, mesorregião do Centro Amazonense e microrregião de Manaus, sua população de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 45.250 habitantes em 2014.

Dados arqueológicos indicam que a região do município de Irاندuba esteve sendo ocupada desde 7510 a.C até 2550 a.C. por grupos de caçadores-coletores que fabricavam instrumentos líticos lascados e acampavam em áreas de antigos paleocanais, onde hoje são conhecidas como Campinaranas. Após esse período há um hiato temporal até 300 a.C. com o surgimento das primeiras ocupações de grupos ceramistas na região até o século XVI, quando houve a chegada dos primeiros europeus na região.

Suas origens se prendem à Manaus. A capital do estado conheceu época de grande prosperidade na última década do século passado e primeiras décadas deste século, com o auge da era da borracha. Passado esse fastígio, Manaus experimentou um período de estagnação e até retrocesso e a economia do mesmo só se reativou com a implantação da Zona Franca de Manaus, florescendo em sua periferia vários núcleos populacionais. Entre eles está Irاندuba, que a partir de 1976, veio recebendo consideráveis melhoramentos urbanos. A Vila de Irاندuba foi elevada à categoria de município em 10 de fevereiro de 1981 a partir da Lei Nº 12.

Neste sentido, o IFAM é estratégico para o Estado do Amazonas, já que está inserido em áreas extremamente dinâmica em termos de tecnologia, num ambiente de grande competitividade, o que implica investimentos em tecnologia e recursos humanos, exigindo que as entidades promotoras de conhecimento também acompanhem essa evolução.

Com isto, o IFAM demonstra suas potencialidades para o intercâmbio com os países latinos, norte-americanos e europeus expandindo sua área de atuação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, instituição criada nos termos da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

É constituído pela Reitoria e pelos *Campi*: Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial, Manaus Zona Leste, Coari, Lábrea, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Humaitá, Tefé, Eirunepé, Itacoatiara, Campus Avançado Manacapuru e Centro de Referência Iranduba, conforme figura 02 e por outros que possam vir ser incorporados dentro do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.



Figura 2 Mapa localizando os Campi do IFAM no Amazonas

Todos os *Campi* do IFAM constituem-se em unidades acadêmico-administrativas, instalados em municípios do Estado do Amazonas, com abrangência meso ou microrregional, sendo detentores de autonomia administrativa e financeira.

Os *Campi* são administrados de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do art. 9º da Lei Nº.11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral. Onde cada Diretor-Geral responde solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal do Amazonas é equiparado às universidades federais.

O Instituto Federal do Amazonas é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e

tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, com as suas práticas pedagógicas.

No âmbito de sua atuação, o IFAM exerce o papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, possuindo autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos, por ele oferecido, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

Na formulação de suas diretrizes de ações voltadas à educação e à produção científico-tecnológica, o IFAM leva em conta os pilares de sustentação da política nacional de educação definidos na Lei Nº 9.394/96, que dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional. E atua segundo os seguintes princípios norteadores: compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática; verticalização do ensino e sua integração com a Pesquisa e a Extensão; eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; inclusão de pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais; natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

1.3. MISSÃO

Promover com excelência a educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

1.4. VISÃO

Consolidar o IFAM como referência nacional em educação, ciência e tecnologia.

1.5. VALORES

- ✓ Acessibilidade e inclusão social
- ✓ Cidadania e justiça social
- ✓ Ética e transparência
- ✓ Excelência na gestão educacional
- ✓ Gestão democrática-participativa
- ✓ Inovação e empreendedorismo
- ✓ Respeito à diversidade
- ✓ Responsabilidade socioambiental

1.6. FINALIDADES

Em conformidade com o Art. 6º da Lei Nº 11.892, de 29/12/2008, o IFAM possui como finalidades e características:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional, e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificando com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e das ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VII. Realizar e estimular a pesquisa básica e aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; além de promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas à preservação do meio ambiente.

1.8 DOS OBJETIVOS

O Art. 7º Observadas às finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.9 DAS METAS

O Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de Estudante-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

A Lei Nº 9394/96 – LDB com os fundamentos básicos da educação.

A Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que estabelece no art. 3º a obrigatoriedade do PDI na avaliação das instituições de educação superior, identificando o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

1.10 ÁREA DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas oferta educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, ministrando cursos técnicos de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequente e Educação de Jovens e Adultos; e em nível de educação superior, os cursos de tecnologia, cursos de licenciatura, cursos de bacharelados, cursos de pós-graduação lato e stricto sensu.

Os cursos abrangem os seguintes Eixos Tecnológicos: Ambiente, Saúde e Segurança; Apoio Educacional; Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios; Informação e

Comunicação; Produção Industrial; Recursos Naturais; Infraestrutura; Hospitalidade e Lazer; e Produção Cultural e Design.

Com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais em todos os níveis de escolaridade ministra, também, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.

Na busca de inovações tecnológicas e difusão de conhecimentos científicos, o IFAM promove a pesquisa básica e aplicada e desenvolve atividades de extensão em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

Com a regulamentação do Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o IFAM promove uma política de educação à distância. Neste sentido, implantará um sistema integrado e harmonioso de educação à distância em nível institucional, por se tratar de uma modalidade de ensino que tem condições de atingir todo estado.

Para atender essa demanda, o IFAM buscará preparar profissionais para criar, mediar e orientar cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) e compreendendo as etapas desses processos interativos, buscará ferramentas tecnológicas e abordagens em EaD na formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Numa abordagem humanística e democrática que percebe o sujeito e suas singularidades e tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social dos sujeitos, o IFAM buscará, em suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, a participação de todos que respondam à diversidade etnoculturais preconizada nos pressupostos da Educação Inclusiva. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade também inclusiva.

Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nos campi de modo que estes respondam à diversidade de alunos. A Educação Inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie humana busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino profissional de forma a promover o acesso à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal de todos. A prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível exigirá mudanças significativas na estrutura e no funcionamento dos campi, na formação humana dos professores e nas relações família-escola.

Para atender os desafios da Educação a Distância e da Inclusiva, bem como a diversidade de níveis e modalidades de ensino, o IFAM, pretende impulsionar ações concretas para formação inicial e continuada de trabalhadores.

1.11 OBJETIVOS E METAS: ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO

A busca por um Instituto Federal de excelência exigirá o desenvolvimento de ações inovadoras no tripé ensino, pesquisa e extensão. Essas ações envolvem objetivos e metas para cada uma das dimensões, que serão detalhadas na seção sobre políticas.

Para o ensino, os objetivos são estabelecidos de forma a integrar as políticas de ensino básico, graduação e de pós-graduação. Em destaque, estão metas de ações inovadoras no ensino e no reforço ao impacto social da pós-graduação lato sensu. Adicionalmente, busca-se a ampliação do acesso qualificado ao Instituto Federal do Amazonas e a institucionalização do relacionamento com os egressos.

Tabela 1 Perspectivas e objetivos gerais e específicos

Perspectiva	Nº	Objetivos Gerais	Nº	Objetivos Específicos
EFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	1.1	Aprimorar o processo de planejamento orçamentário do IFAM.		
	1.2	Aperfeiçoamento dos recursos orçamentários		
	1.3	Aperfeiçoar o controle Orçamentário e Financeiro.		
EFICIÊNCIA GERENCIAL	2.1	Nortear o desenvolvimento do IFAM por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico	2.1.1	Atuar no planejamento estratégico, mediante ações de gestão estratégica.
			2.1.2	Revisar o Planejamento estratégico.
	2.2	Mapear, especificar, padronizar e melhorar os processos administrativos no âmbito do IFAM	2.2.1	Simplificar as rotinas de trabalho
			2.2.2	Estabelecer critérios organizacionais, através de modelos pré-definidos, que possibilitem uma maior integração entre as Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e Gestores dos Campi, facilitando a troca de informações intra instituto e com a sociedade.
	2.3	Atualizar os instrumentos normativos e regulatórios do IFAM	2.3.1	Projetar as necessidades de organização da área de Engenharia.
			2.3.2	Aperfeiçoar as práticas das Coordenações.
			2.3.3	Reestruturar o comitê de TI.
			2.3.4	Melhorar a comunicação e compartilhamento de Informações.
			2.3.5	Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação conforme regulamentações e

				orientações emanadas da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG).
	2.4	Aperfeiçoar os processos de avaliação institucional	2.4.1	Adesão ao GESPUBLICA
	2.5	Promover as relações Interinstitucionais em nível internacional.		
	2.6	Fortalecer a imagem institucional junto à comunidade interna e externa.		
PESSOA INFRAESTRUTURA E INOVAÇÃO	3.1	Ampliar o Nº de servidores do IFAM.	3.1.1	Solicitar DGP/PROAD o aumento do quantitativo de engenheiros efetivos via concurso público.
	3.2	Promover o bem estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.	3.2.1	Promover a integração, desenvolvimento e qualidade de vida dos servidores
	3.3	Propiciar condições de qualificação, capacidade e preparação dos servidores do quadro do IFAM para o exercício das atividades do cargo.	3.3.1	Elaborar o Plano de Capacitação
	3.4	Ampliar e fortalecer o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação.	3.4.1	Melhorar o serviço de atendimento as demandas.
			3.4.2	Disponibilizar comunicações wireless em todo o IFAM
			3.4.3	Efetuar visitas Bimestrais aos Campi do IFAM para maior conhecimento operacional e levantar as possíveis dificuldades enfrentadas, para buscar possíveis soluções.
			3.4.4	Estudar, no âmbito do Comitê de TI os requisitos para a criação do repositório.
			3.4.5	Criação de repositório de outros documentos institucionais.
			3.4.6	Criar políticas de Sustentabilidade.
			3.4.7	Criar política de reduções através da TI
			3.4.8	Assessorar de forma efetiva e eficaz a Reitoria.
3.4.9			Melhorar o gerenciamento do desenvolvimento dos sistemas.	
3.4.10			Promover a automatização dos processos administrativos e acadêmicos, visando à eficiência e eficácia na tomada de decisões, bem como, a agilidade, publicidade e confiabilidade das informações.	
3.4.11	Promover a modernização			

				tecnológica para serviços e sistemas de apoio aos processos acadêmicos, administrativos e gerenciais através de soluções de infraestrutura modernas.	
			3.4.12	Racionalizar e otimizar a aplicação dos recursos, de forma a aprimorar a qualidade e a eficácia dos serviços de tecnologia da informação.	
			3.4.13	Aprimorar os conhecimentos técnicos da equipe de TI em plataformas livres para provimento de serviços de qualidade para atendimento acadêmico e administrativo.	
	3.5	Promover o intercâmbio de servidores em nível internacional.			
	3.6	Promover a expansão e modernização da infraestrutura física	3.6.1	Melhorar a comunicação entre a reitoria, os Campi e a comunidade externa.	
			3.6.2	Aprimorar o compartilhamento de dados	
			3.6.3	Disponibilizar comunicações wireless em todo o IFAM.	
			3.6.4	Garantir a integridade dos dados institucionais e prover segurança da informação conforme legislação vigente.	
	EFICIÊNCIA ACADÊMICA	4.1	Consolidar e fortalecer os cursos presenciais ofertados no IFAM		
		4.2	Ampliar a oferta de cursos presenciais com base na Lei N° 11.892 (Criação dos Institutos Federais) e no Decreto N° 5.840/2006 (Instituição do PROEJA)		
4.3		Redução da taxa de evasão e retenção de estudantes			
4.4		Fortalecer, ampliar e apoiar os projetos e atividades de extensão	4.4.1	Criar e ampliar programas institucionais de Extensão	
			4.4.2	Ampliar ações de fomento interno e incentivar a participação em editais externos.	
			4.4.3	Articular ações de extensão para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural local e regional.	
			4.4.4	Fortalecer as coordenadorias de	

				extensão dos Campi
			4.4.5	Acompanhar inserção de alunos no mundo de trabalho
			4.4.6	Fortalecer o desenvolvimento de programas de estágio
			4.5.1	Institucionalizar ações inovadoras no ensino
			4.5.2	Elaborar o novo Projeto Político Pedagógico Institucional do IFAM.
			4.5.3	Reformular a Organização Didático-Acadêmica do IFAM.
			4.5.4	Ampliar e diversificar ações de Responsabilidade Social
			4.5.5	Aperfeiçoar a Gestão das Atividades Docentes no IFAM.
			4.5.6	Fortalecer as ações do Comitê de Extensão. (COEXT)
			4.5.7	Sistematizar e informatizar as ações de extensão
			4.5.8	Compartilhar práticas de extensão
			4.5.9	Atualizar regulamentações de extensão em consonância com a política de extensão
			4.5.10	Consolidar as ações de Extensão articulada com o ensino e a pesquisa.
	4.5	Ampliar as atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes.		
	4.6	Aumentar a quantidade de incubadoras de empresas.		
	4.7	Consolidar e ampliar as ações de diversidade e inclusão visando à democratização do ensino.	4.7.1	Promover a Educação de Qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando a manutenção da excelência acadêmica
	4.8	Promover o intercâmbio de servidores em nível internacional	4.8.1	Promover Mobilidade discente e de servidores do IFAM.
			4.8.2	Promover Acordos/Convênios/MoUs com Instituições Estrangeiras.
	4.9	Consolidar e ampliar as atividades do centro de Idiomas.	4.9.1	Prática de idiomas e intercâmbio cultural no IFAM.
	4.10	Aumentar a oferta da Educação à Distância.		
	4.11	Fortalecer, ampliar e apoiar a pesquisa científica e tecnológica.	4.11.1	Ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação.
			4.11.2	Aumentar a quantidade de bolsas de iniciação científica.
	4.12	Implantar e estimular a cultura de inovação Tecnológica		
	4.13	Estimular a Pesquisa Aplicada e a Inovação Tecnológica.	4.13.1	Incrementar a difusão da produção técnico-científica do IFAM.
			4.13.2	Consolidar a atuação dos Comitês

				de Ética em Pesquisa no âmbito do IFAM.
4.14	Fortalecer, ampliar e apoiar o programa de Pós-Graduação.	4.14.1	Desenvolver pesquisa e extensão de forma articulada com o ensino.	
		4.14.2	Capacitar gerencialmente o quadro docente e funcional.	
		4.14.3	Ampliar e diversificar a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu.	
		4.14.4	Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito do IFAM	
4.15	Promover e incentivar o programa institucional de inovação	4.15.1	Consolidar as Ações do Pronatec.	
4.16	Aumentar a quantidade de eventos esportivos entre os Campi.	4.16.1	Consolidar o IFAM como referência em atividades desportivas no Amazonas.	
		4.16.2	Desenvolver programas para a promoção da cultura, esporte, diversidade e direitos humanos.	
4.17	Construir novos Centros de Documentação e Informação nos campi e consolidar os existentes.			
4.18	Criar condições para atender as demandas das pessoas com necessidades específicas.			
4.19	Promover a Assistência Estudantil			

ENSINO

Objetivos	Metas	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.7.1 Promover a Educação de Qualidade	4.7.1.1 Formular e avaliar políticas e ações relacionadas aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de graduação e pós-graduação de acordo com as diretrizes curriculares nacionais;	50%	50%			
	4.7.1.2 Diversificar a oferta de cursos e vagas em todos os níveis e modalidades de ensino (Integrado, concomitante, subsequente, PROEJA, PRONATEC, EaD, Graduação e pós-graduação) em conformidade com as demandas regionais;	20%	20%	20%	20%	20%
	4.7.1.3 Promover a interação Inter gerencial e a integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino.	20%	20%	20%	20%	20%

em todos os níveis e modalidades de ensino, objetivando a manutenção da excelência acadêmica.	4.7.1.4 Consolidar os cursos de formação de professores nos moldes do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e do Programa de Licenciatura Indígena (PROLIND);	20%	20%	20%	20%	20%
	4.7.1.5 Institucionalizar as atividades de ensino a distância nos diversos níveis e modalidades de Ensino, inclusive na Educação Profissional e continuada.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.7.1.6 Consolidar o IFAM como liderança regional em excelência em ensino, acompanhando os processos de avaliações internas (CPA) e externas (ENADE) dos cursos e dos docentes, conscientizando a comunidade acadêmica da sua importância na melhoria contínua da qualidade do ensino.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.7.1.7 Induzir processo contínuo de auto avaliação das instituições superiores, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.	20%	20%	20%	20%	20%
4.5.1 Institucionalizar ações inovadoras no ensino.	4.5.1.1 Estimular a utilização de metodologias educacionais inovadoras, incentivando a promoção de eventos acadêmicos inovadores.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.1.2 Fortalecer a interdisciplinaridade, especialmente em cultura, artes, sociedade, ciência e pesquisa aplicada, estimulando o envolvimento acadêmico no fortalecendo o ensino, a extensão e pesquisa e inovação.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.1.3 Reformular os programas de estágios e os Projetos de Conclusão de Cursos, estimulando o exercício da atuação pré-profissional e da pesquisa aplicada.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.1.4 Fomentar iniciativas institucionais de mobilidade interinstitucional estudantil e docente em nível nacional e internacional.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.1.5 A instalação de Fóruns de discussão da Formação Profissional dos currículos dos cursos por Eixo Tecnológico numa perspectiva <i>intercampi</i> .	100%				
	4.5.1.6 Institucionalização do Núcleo Docente Estruturante da Formação Geral do currículo integrado na perspectiva <i>intercampi</i> .	100%				
4.5.2 Elaborar o novo Projeto Político Pedagógico Institucional do IFAM.	4.5.2.1 Construir o novo Projeto Político Pedagógico Institucional com participação dos diversos segmentos do IFAM.	50%	50%			
4.5.3 Reformular a Organização Didático-Acadêmica do IFAM.	4.5.2.2 Reformular a Organização Didático-Acadêmica com participação dos diversos segmentos institucionais.	50%	50%			

4.11.1 Ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação.	4.11.1.1 Diversificar a oferta de cursos e vagas em todos os níveis e modalidades de ensino em conformidade com as demandas regionais, reformulando os projetos pedagógicos dos cursos já ofertados;	20%	20%	20%	20%	20%
	4.11.1.2 Utilizar exame nacional do ensino médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam a comparabilidade dos resultados do exame.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.11.1.3 Fomentar a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional e de graduação, observando-se as peculiaridades das populações do campo, ribeirinhas e dos povos indígenas.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.11.1.4 Aprimorar os mecanismos de acesso ao IFAM aos Portadores de Deficiências.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.11.1.5 Ocupar vagas ociosas, após o processo de matrícula, com alunos especiais e por transferências e retornos de alunos regulares tanto para o ensino presencial como a distância.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.11.1.6 Monitorar os índices e as causas de evasão em todos os cursos do IFAM, propondo ações inovadoras, visando a sua redução.	20%	20%	20%	20%	20%
4.16.1 Consolidar o IFAM como referencia em atividades desportivas no Amazonas.	4.16.1.1 Diversificar a oferta de modalidades desportivas no IFAM.	50%	50%			
	4.16.1.2 Implantar um Programa de Valorização das práticas Desportivas, visando a identificações de potenciais atletas.	50%	50%			
	4.16.1.3 Garantir a participação do IFAM nos Jogos Estudantis locais, estadual, regional, nacional e internacional.	20%	20%	20%	20%	20%
4.5.4 Ampliar e diversificar ações de Responsabilidade Social	4.5.4.1 Promover a ampliação dos programas integrais e socioassistenciais de apoio ao educando.	20%	20%	20%	20%	20%
4.5.5 Aperfeiçoar a Gestão das Atividades Docentes no IFAM.	4.5.5.1 Reformular a Resolução n. 29 - CONSUP/IFAM de 04/11/2011 que regulamenta Procedimentos e Critérios para a Distribuição de Carga Horária Docente.	100%				

Tabela 2 Estratégias do Ensino no IFAM para o período 2014-2018

Objetivo estratégico 4.13.1: Incrementar a difusão da produção técnico-científica do IFAM

META 4.13.1.1: Aumentar em até 50% a produção técnico-científica.						
Indicador: Número de artigos, livros revistas publicados						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.13.1.1.1	Orientar a participação em editais que incentive a publicação técnico-científica e/ou a participação de eventos;	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.1.1.2	Capacitar professores e alunos à publicação técnico-científica;	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.1.1.3	Lançar edital de apoio financeiro à publicação de artigos científicos em periódicos classificados pela CAPES de <i>Qualis A e B</i> .	20%	20%	20%	20%	20%
META 4.13.1.2 : Consolidar em 2014 a Revista Igapó eletrônica						
Indicador: publicar semestralmente umas edições da Revista Igapó- Periodicidade de publicação						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.13.1.2.1	Aumentar a infraestrutura administrativa para o gerenciamento efetivo da revista eletrônica;	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.1.2.2	Fortalecer o grupo editorial;	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.1.2.3	Publicar semestralmente uma edição da revista eletrônica;	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.1.2.4	Organizar o banco de dados da revista.	20%	20%	20%	20%	20%
META 4.13.1.3: Produzir anualmente, no mínimo, quatro tipos de publicações: revistas de divulgação, revista eletrônica, livros, boletins técnicos e etc.						
Indicador: publicar no mínimo 4 tipos de publicações						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.13.1.3.1	Prospectar aportes financeiros junto às agências de fomentos e afins (setores públicos e privado);	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.1.3.2	Melhorar continuamente a infraestrutura da coordenação para editoração e impressão no âmbito do IFAM;	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.1.3.3	Diagnosticar a produção técnico-científica no âmbito do IFAM;	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.1.3.4	Lançar edital de apoio financeiro as publicações de revistas de divulgação, revista eletrônica, livros, boletins técnicos e etc.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 4.14.1 : Desenvolver pesquisa e extensão de forma articulada com o ensino

META 4.14.1.1: Aperfeiçoar 100% dos grupos de pesquisa cadastrados na Plataforma do CNPq.						
Indicador: Melhorar o indicador de produção dos grupos de pesquisa						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.14.1.1.1	Realizar encontro dos grupos de pesquisas EGP anualmente;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.1.2	Reformular os Grupos de Pesquisa de acordo com as áreas de atuação dos seguintes eixos temáticos – CAPES e respeitando os Arranjos Produtivos Locais (APL) dos Campi; Multidisciplinar: 1.1 Interdisciplinar – Meio ambiente e Agrárias Sociais e Humanidades Engenharias, Tecnologia e Gestão Saúde e Biológica Ensino - Ensino de Ciências e Matemática Materiais - Matérias Biotecnologia - Biotecnologia Ciências Ambientais	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.1.3	Maximizar a produção científica do Grupo de pesquisa, junto a Plataforma do CNPq.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.1.4	Internalizar o processo de Inovação Tecnológica no meio do Grupo de Pesquisa;		25%	25%	25%	25%
4.14.1.1.5	Difundir a cultura da propriedade intelectual entre os Grupos de Pesquisas;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.1.6	Propagar a cultura empreendedora e a inter-relação academia & setor produtivo entre os Grupos de Pesquisas;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.1.7	Buscar financiamentos de projetos dos Grupos de Pesquisas por meio de editais internos e externos.	20%	20%	20%	20%	20%

META 4.14.1.2: Criar e/ou ampliar no mínimo 01 (um) laboratório de pesquisa no IFAM/ano.						
Indicador: Número de laboratórios criados e/ou ampliados						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.14.1.2.1	Prospectar potencial vocacional da região, cujo campus está instalado a fim de subsidiar prioridades de instalação de laboratórios, compatível com a capacidade técnica do mesmo;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.2.2	Prospectar aportes financeiros junto às agências de fomentos e afins (setores público e privado);	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.2.3	Criar um banco de dados com as informações dos laboratórios do IFAM: das atividades desenvolvidas, dos procedimentos realizados e equipamentos utilizados e existentes;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.2.4	Promover o compartilhamento do uso dos laboratórios intra e inter institucional;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.2.4	Criar o Núcleo de Elaboração de Projetos - NEP no âmbito do IFAM;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.2.5	Realizar parcerias públicas e privadas para captação de recursos financeiros;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.1.2.6	Melhorar a interação entre o agente financeiro interveniente e o IFAM e as agências de fomento e entidades afins.		25%	25%	25%	25%

Objetivo estratégico 4.13.2: Consolidar a atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa no âmbito do IFAM

META 4.13.2.1: Implantar até dezembro de 2014 os Comitês de Ética em Pesquisa do IFAM						
Indicador: Implantar os Comitês de Ética em Pesquisa em Humanos e o de Uso de Animais						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.13.2.1.1	Viabilizar a infraestrutura adequada dos Comitês de Ética em pesquisa animal e de pesquisa humana;	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.2.1.1	Viabilizar a infraestrutura administrativa do comitê para o cadastramento junto ao Ministério da Saúde e seu funcionamento;	20%	20%	20%	20%	20%
4.13.2.1.1	Viabilizar a infraestrutura adequada dos Comitês de Ética em pesquisa animal e de pesquisa humana;	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 4.11.2: Aumentar a quantidade de bolsas de iniciação científica

META 4.11.2.1: Ampliar nos Programas de Iniciação Científica Institucional o número de bolsas para os alunos						
Indicador: Número de bolsas implementadas						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.11.2.1.1	Estimular os docentes Mestres e doutores para orientação de alunos do Ensino Técnico nos Projetos de Iniciação Científica (IC);	20%	20%	20%	20%	20%
4.11.2.1.2	Estimular os discentes para o desenvolvimento de pesquisa científica e/ou tecnológica;	20%	20%	20%	20%	20%
4.11.2.1.2	Melhorar a infraestrutura para a pesquisa para atender a IC.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 4.14.2: Capacitar gerencialmente o quadro docente e funcional

META 4.14.2.1: Viabilizar o ingresso de no mínimo 45 docentes anualmente, para qualificação em nível de mestrado até 2017 em conformidade com o Plano de Capacitação de cada Campus.						
Indicador: Número de portaria de liberação do servidor						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.14.2.1.1	Ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino visando à capacitação em nível de mestrado.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.2.1.2	Capitar recursos financeiros junto as Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.2.1.3	Incentivar os <i>campi</i> do IFAM a promoverem cursos de capacitação em desenvolvimento de projetos de pesquisa;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.2.1.4	Buscar parcerias com Instituições de excelência para capacitação do corpo docente.	20%	20%	20%	20%	20%
META 4.14.2.2: Viabilizar o ingresso de, no mínimo, 30 docentes anualmente, para se qualificar a nível de doutorado até 2016 em conformidade ao Plano de Capacitação de cada Campus.						
Indicador: Número de portaria de liberação do servidor						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.14.2.2.1	Ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino visando à capacitação a nível de	20%	20%	20%	20%	20%

4.14.2.2.2	Capitar recursos financeiros Institucional e de Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.2.2.3	Ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino visando à capacitação a nível de	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.2.2.4	Capitar recursos financeiros Institucional e de Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação;	20%	20%	20%	20%	20%

META 4.14.2.3 : Incentivar o ingresso de todos os técnicos administrativos anualmente, para se qualificar a nível de aperfeiçoamento, especialização e mestrado até 2017, em conformidade com o Plano de Capacitação de cada Campus.

Indicador: Número de portaria de liberação do servidor

Responsável: PPGI

Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.14.2.3.1	Ampliar as parcerias nacionais e internacionais entre as Instituições públicas e privadas de ensino, visando à capacitação em nível de aperfeiçoamento, especialização e mestrado;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.2.3.2	Incentivar os Campi do IFAM a promoverem cursos de capacitação em desenvolvimento de projetos.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico 4.14.3: Ampliar e diversificar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*;

META 4.14.3.1: Promover nos Campi do IFAM, a criação, anualmente, de no mínimo, um curso de aperfeiçoamento/especialização nas diferentes áreas de conhecimento e modalidades.

Indicador: Número de cursos implantados

Responsável: PPGI

Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.14.3.1.1	Implantar em parceria com o Campus, cursos de aperfeiçoamento/especialização em diferentes modalidades;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.1.2	Criar infraestrutura adequada em parceria com o Campus para a realização de cursos de aperfeiçoamento/especializações;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.1.3	Firmar parcerias com instituições de ensino superior público e privada e agências de fomento, a fim de possibilitar a oferta de cursos de aperfeiçoamento/especializações.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.1.4	Firmar parcerias entre <i>campi</i> para promover os cursos de mestrados;	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.1.5	Implantar cursos de especialização em parcerias com secretarias de educação e/ou empresas privadas através de convênio via Fundação de Apoio.	20%	20%	20%	20%	20%

META 4.14.3.2: Promover no IFAM, a criação, a cada dois anos, de um curso de mestrado nas diferentes áreas de conhecimento e modalidades.						
Indicador: Número de cursos implantados						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.14.3.2.1	Implantar em parceria com o Campus, cursos de aperfeiçoamento/especialização em diferentes modalidades.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.2.2	Criar infraestrutura adequada em parceria com o Campus para a realização de cursos de aperfeiçoamento/especializações.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.2.3	Firmar parcerias com instituições de ensino superior público e privada e agências de fomento, a fim de possibilitar a oferta de cursos de aperfeiçoamento/especializações.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.2.4	Firmar parcerias entre <i>campi</i> para promover os cursos de mestrados; Submeter em parceria com o Campus, a proposta de criação de cursos novos em nível de mestrado (submissão de Aplicativos de Propostas de Cursos Novos – APCNs).	20%	20%	20%	20%	20%

META 4.14.3.3: Promover no IFAM, a criação, a cada dois anos, de um curso de mestrado nas diferentes áreas de conhecimento e modalidades. Buscar a excelência nos cursos de mestrado visando: a avaliação da CAPES - conceito 4 até 2018.						
Indicador: Número de cursos implantados						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.14.3.3.1	Captar recursos financeiros junto a Agências de Fomento para bolsas de pós-graduação.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.3.2	Priorizar por meio de edital de apoio financeiro à publicação de artigos científicos em periódicos classificados pela CAPES de <i>Qualis</i> A e B.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.3.3	Ampliar a infraestrutura do mestrado no IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.3.4	Firmar parcerias com Instituições de pesquisa para compartilhar o uso de infraestrutura.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.3.3.5	Firmar parcerias entre os <i>campi</i> para promover os cursos de mestrados.		25%	25%	25%	25%

Objetivo estratégico 4.14.4 : Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito do IFAM

META 4.14.4.1: Difundir a cultura de inovação tecnológica e da propriedade intelectual em todos os Campi do IFAM até 2018.						
Indicador: Número de eventos promovidos nos campus do IFAM sobre o Tema						
Responsável: PPGI						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
4.14.4.1.1	Realizar eventos objetivando a difusão da cultura de inovação tecnológica e da propriedade intelectual.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.4.1.2	Consolidar o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.4.1.3	Criar a infraestrutura física necessária para consolidação do NIT.	20%	20%	20%	20%	20%
4.14.4.1.4	Pleitear junto a Reitoria o efetivo necessário para a composição da equipe gestora do NIT.	20%	20%	20%	20%	20%

EXTENSÃO

OBJETIVO GERAL	4.4	Fortalecer, ampliar e apoiar os projetos e atividades de extensão				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.4.1. Criar e ampliar programas institucionais de Extensão	4.4.1.1 Identificar a demanda por ações/ projetos de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.1.2 Fomentar a criação de novos programas/ projetos.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.1.3 Aperfeiçoar o programa institucional de bolsas de extensão.	33,3%	33,3%	33,3%		
	4.4.1.4 Implantar e implementar o Centro de Idiomas.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.1.5 Promover programa de mobilidade de alunos e servidores em âmbito nacional e internacional.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.1.6 Capacitar servidores para execução e desenvolvimento de programas, projetos e demais ações de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.1.7 Promover a realização de eventos.	20%	20%	20%	20%	20%

	4.4.1.8 Criar material gráfico e mídias digitais das ações de extensão do IFAM.	33,3%		33,3%		33,3%
	4.4.1.9 Orientar, supervisionar e avaliar as ações extensionistas.	20%	20%	20%	20%	20%

OBJETIVO GERAL	4.5	Ampliar as atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.5.6 Fortalecer as ações do Comitê de Extensão. (COEXT)	4.5.6.1 Realizar reuniões sistemáticas do Comitê de Extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.6.2 Submeter ao conhecimento superior às recomendações do COEXT.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.6.3 Criar mecanismos de agilidade para avaliação dos projetos.	20%	20%	20%	20%	20%
4.5.7 Sistematizar e informatizar as ações de extensão	4.5.7.1 Implantar sistema informatizado para registro, cadastro, acompanhamento e avaliação das ações de extensão.	50%	50%			
	4.5.7.2 Capacitar servidores para cadastramento das ações no SISTEC.	33,3%	33,3%	33,3%		
	4.5.7.3 Criar indicadores de avaliação e de referência para matriz orçamentária.	33,3%	33,3%	33,3%		
	4.5.7.4 Garantir a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos superiores.	50%	50%			
4.5.8 Compartilhar práticas de extensão.	4.5.8.1 Realizar Mostra Anual de Extensão e outros eventos.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.8.2 Criar uma revista de extensão indexada.		50%	50%		
	4.5.8.3 Promover a participação do Instituto em eventos de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
4.5.9 Atualizar regulamentações de extensão em consonância com a política de extensão.	4.5.9.1 Atualizar a regulamentação de extensão e de estágios em consonância com a Legislação vigente e os projetos de curso.	33,3%	33,3%	33,3%		

Objetivo: 4.4.2 Ampliar ações de fomento interno e incentivar a participação em editais externos.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.4.2.1 Incentivar a realização de projetos de extensão.	4.4.2.1.1 Ampliar o número de ações de extensão por meio de editais internos.	20%	20%	20%	20%	20%
4.4.2.2 Consolidar o Programa de Bolsas de Extensão.	4.4.2.2.1 Ampliar o quantitativo de Bolsa Extensão.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.2.2.2 Monitorar eficácia e efetividade do programa.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.2.2.3 Identificar e implantar melhorias no programa.	33,3%		33,3%		33,3%
4.4.2.3 Prospectar editais externos voltados às atividades de extensão	4.4.2.3.1 Identificar e divulgar editais para financiamento de programas/ projetos de extensão de agências/instituições de fomento externas.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.2.3.1 Incentivar a participação da comunidade acadêmica nos editais públicos e privados.	20%	20%	20%	20%	20%

OBJETIVO GERAL	4	4.4.3 Articular ações de extensão para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural local e regional				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.4.3.1 Criar editais específicos para ações socioculturais e esportivas	4.4.3.1.1 Destinar recursos para editais que fomentem projetos socioculturais, inclusive esportivos.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.3.1.2 Promover eventos abertos à comunidade externa.	20%	20%	20%	20%	20%
4.4.3.2 Consolidar a cultura empreendedora.	4.4.3.2.1 Atualizar o regulamento da Incubadora AYTU.	50%	50%			
	4.4.3.2.2 Promover iniciativas institucionais para a formação empreendedora.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.3.2.3 Criar regulamento de empresas juniores em parceria com o Ensino.	50%	50%			
	4.4.3.2.4 Implantar junto aos Campi, novas unidades da incubadora AYTU.	20%	20%	20%	20%	20%
4.4.3.3 Promover a extensão tecnológica e a pesquisa aplicada.	4.4.3.3.1 Identificar, junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, projetos com potencial para desenvolvimento tecnológico em articulação com o mundo do trabalho.	20%	20%	20%	20%	20%

	4.4.3.3.2 Buscar parcerias para elaboração de projetos interdisciplinares.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.3.3.3 Articular ações junto ao NIT visando ao desenvolvimento de projetos tecnológicos.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.3.3.4 Realizar visitas de prospecção de parcerias junto a empresas.	20%	20%	20%	20%	20%

OBJETIVO GERAL	4.4	4.4.4 Fortalecer as coordenadorias de extensão dos Campi				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.4.4.1 Intensificar o relacionamento com os setores de extensão nos Campi.	4.4.4.1.1 Promover Anualmente Encontro dos Gestores de Extensão do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.4.1.2 Realizar as visitas técnicas da extensão nos campi visando acompanhar o trabalho realizado pelas coordenações.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.4.1.3 Propor uma estrutura organizacional de recursos humanos para o funcionamento adequado do setor de extensão.	50%	50%			
	4.4.4.1.3 Apoiar a realização de cursos e eventos de extensão dos campi.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.4.1.4 Realizar treinamento para os gestores de extensão.	20%	20%	20%	20%	20%

OBJETIVO GERAL	4.4.5	Acompanhar inserção de alunos no mundo de trabalho				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.4.5.1 Implantar programa de acompanhamento de egressos.	4.4.5.1.1 Levantamento de egressos.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.4.5.1.2 Criar um sistema de egressos para cadastro no site institucional.	50%	50%			
	4.4.5.1.3 Criar e lançar grupo em redes sociais para promoção de interatividade entre os egressos.	33,3%	33,3%	33,3%		
	4.4.5.1.4 Promover encontros anuais de egressos.	20%	20%	20%	20%	20%

	4.4.5.1.5 Desenvolver pesquisas de avaliação e acompanhamento de egresso, relativo à trajetória social, profissional e educacional.	20%	20%	20%	20%	20%
4.4.5.2 Realizar parcerias com os setores produtivos e demais instituições da sociedade civil organizada	Articular com os sistemas públicos de educação básica e superior na definição de ofertas educacionais, estágios e para ações de ensino, pesquisa aplicada e extensão tecnológica.	20%	20%	20%	20%	20%

OBJETIVO GERAL	4.4.6	Fortalecer o desenvolvimento de programas de estágio					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS				
			2014	2015	2016	2017	2018
4.4.6.1 Promover mecanismos de fortalecimento da oferta de estágios e desenvolvimento de projetos de conclusão de curso técnico		4.4.6.1.1 Prospectar novas empresas visando parcerias para realização de estágios e visitas técnicas	20%	20%	20%	20%	20%
		4.4.6.1.2 Ampliar o número de oferta de estágios e visitas técnicas	20%	20%	20%	20%	20%
		4.4.6.1.3 Estimular a Intensificação das visitas de supervisão de estágio	20%	20%	20%	20%	20%
		4.4.6.1.4 Atualizar normas e regulamentos de estágios e de desenvolvimento de projetos de conclusão de cursos técnicos.	50%	50%			
		4.4.6.1.5 Estimular a realização de seminários de orientação para desenvolvimento de estágios e projetos.	20%	20%	20%	20%	20%

OBJETIVO GERAL	4.5.10	Consolidar as ações de Extensão articulada com o ensino e a pesquisa.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.5.10.1 Consolidar os cursos de extensão articulados com ensino, promovendo a verticalização.	4.5.10.1.1 Diversificar as modalidades de oferta de cursos de extensão	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.10.1.2 Promover cursos com temáticas ligadas às áreas de expertise dos Campi e especificidades locais.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.10.1.3 Ofertar, em parceria com os Campi, cursos de extensão que enriqueçam o processo de formação dos alunos.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.10.1.4 Incluir componentes curriculares de extensão em 10% da carga horária dos cursos regulares.	20%	20%	20%	20%	20%
4.5.10.2 Intensificar o tema empreendedorismo	4.5.10.2.1 Inserções de temáticas relativas ao empreendedorismo, desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia e inovação tecnológica nos projetos pedagógicos dos cursos.	20%	20%	20%	20%	20%
4.5.10.3 Fortalecer e ampliar a cooperação e as relações internacionais	4.5.10.3.1 Realizar prospecção para parcerias com instituições de ensino superior.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.10.3.2 Realizar prospecção para parcerias com agências de intercâmbio.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.10.3.3 Criar regulamentos e diretrizes para normatização de intercâmbios.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.5.10.3.4 Criar metodologia de acompanhamento dos alunos em intercâmbio.	20%	20%	20%	20%	20%

OBJETIVO GERAL	4.16.2	Desenvolver programas para a promoção da cultura, esporte, diversidade e direitos humanos.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.16.2.1 Fomentar ações culturais	4.16.2.1.1 Estimular a criação de corais e conjuntos musicais	20%	20%	20%	20%	20%
	4.16.2.1.2 Apoiar a criação de Cineclubes	20%	20%	20%	20%	20%
	4.16.2.1.3 Criar edital de fomento para Eventos Culturais.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.16.2.1.4 Estimular a criação de Grupos de Teatro.	20%	20%	20%	20%	20%
4.16.2.1 Fomentar eventos esportivos	4.16.2.2.1 Criar editais de fomento para ações esportivas nos Campi.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.16.2.2.2 Estimular a criação de competições esportivas intercampi.	20%	20%	20%	20%	20%
4.16.2.3 Revitalizar o funcionamento do Museu do IFAM	4.16.2.3.1 Fomentar a criação de grupo de estudos do patrimônio histórico institucional.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.16.2.3.2 Prospectar parcerias para reforma e implantação do novo museu”	20%	20%	20%	20%	20%
4.16.2.4 Estimular o debate visando à implantação de grupos de estudos sobre políticas inclusivas e ações afirmativas.	4.16.2.4.1 Implantar Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis)		33,3%	33,3%	33,3%	
	4.16.2.4.2 Implantar Núcleos de Estudos de questões de gênero.		33,3%	33,3%	33,3%	
4.16.2.5 Fortalecer as ações do NAPNE	4.16.2.5.1 Estimular a participação em editais para fomento de projetos	20%	20%	20%	20%	20%
	4.16.2.5.2 Promover o apoio ao NAPNE para o desenvolvimento de ações inclusivas.	20%	20%	20%	20%	20%
4.16.2.6 Fortalecer as ações do NUPA	4.16.2.6.1 Estimular a participação em editais para fomento de projetos	20%	20%	20%	20%	20%
	4.16.2.6.2 Promover o apoio ao NUPA para o desenvolvimento de ações inclusivas para pescadores e familiares.	20%	20%	20%	20%	20%

OBJETIVO GERAL	4.15.1	Consolidar as Ações do Pronatec				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.15.1 Articular a oferta dos Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada - FIC com a expertise de cada campus e a demanda.	4.15.1.1 Ampliar oportunidades de profissionalização para estudantes do Ensino Médio e trabalhadores.	20%	20%	20%	20%	20%
4.15.2 Incentivar a adesão a programas governamentais	4.15.2.1 Ampliar a oferta dos cursos do programa Pronatec e Mulheres Mil	20%	20%	20%	20%	20%
	4.15.2.2 Apoiar ações do Ensino com relação à certificação profissional.		33,3%	33,3%	33,3%	
OBJETIVO GERAL	4.8.1	Promover Mobilidade discente e de servidores do IFAM				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.8.1.1 Fortalecer e ampliar a mobilidade estudantil e de servidores	4.8.1.1.1 Criar procedimentos e regulamentos para normatização de mobilidade discente e de servidores	33,3%	33,3%	33,3%		
	4.8.1.1.2 Aumentar para 40 o número de estudantes de instituições parceiras nos campi do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.8.1.1.3 Aumentar para 50 o número de estudantes do IFAM em instituições de ensino no exterior.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.8.1.1.4 Realizar prospecção para parcerias com universidades e agências de intercâmbio.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.8.1.1.5 Efetuar atividades prévias com orientações complementares a alunos e servidores em processo de mobilidade.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.8.1.1.6 Promover mobilidade de 20 servidores do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.8.1.1.7 Efetuar atividades prévias com orientações complementares a alunos e servidores em processo de mobilidade.	20%	20%	20%	20%	20%

OBJETIVO GERAL	4.8.2	Promover Acordos/Convênios/MoUs com Instituições Estrangeiras				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.8.2.1 Fortalecer e ampliar o número de acordos para cooperação internacional	4.8.2.1.1 Promover 30 acordos de cooperação técnico – científica e de mobilidade para alunos e servidores do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.8.2.1.2 Atualizar procedimentos e regulamentos para normatização de acordos e convênios internacionais.	33,3%	33,3%	33,3%		
	4.8.2.1.3 Participar de 6 missões Institucionais de prospecção para futuras parcerias.	20%	20%	20%	20%	20%
OBJETIVO GERAL	4.9.4	Prática de idiomas e intercâmbio cultural no IFAM				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
4.9.1.1 Apoiar e fortalecer as ações do Centro de Idiomas IFAM	4.9.1.1.1 Prospectar fomento à prática de idiomas e intercâmbio cultural.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.9.1.1.2 Apoiar as ações do Centro de Idiomas para o desenvolvimento do processo de internacionalização do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
	4.9.1.1.3 Ofertar 600 vagas nos centros de Idiomas do IFAM da capital e do interior.	20%	20%	20%	20%	20%

Objetivo estratégico: 3.2.1 Promover a integração, desenvolvimento e qualidade de vida dos servidores

META 3.2.1.1: Divulgar informações sobre o desenvolvimento e interação dos servidores						
Indicador: Quantidade de informações divulgadas						
Responsável: DGP/PROAD						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
3.2.1.1.1	Implantar programas de ambientação de servidores. Buscar melhorias.	40%	40%	20%		
3.2.1.1.2	Instruir servidores sobre benefícios e suas concessões.	100%				
3.2.1.1.3	Elaborar documentos de orientação sobre benefícios (manuais, tira-dúvidas, etc).	20%	20%	20%	20%	20%
3.2.1.1.4	Programa de acolhimento de novos servidores.	40%	20%	20%	20%	
3.2.1.1.5	Propor atividades de lazer/interação que contemplem os aniversariantes do mês.	20%	20%	20%	20%	20%

META 3.2.1.2: Implantar / Desenvolver "n" programas de Qualidade de Vida.						
Indicador: Quantidade de atividades de programas de Qualidade de Vida						
Responsável: DGP/PROAD						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
3.2.1.2.1	Capacitar o setor de gestão de pessoas para a implantação de programas de qualidade de vida.	20%	20%	20%	20%	20%
3.2.1.2.2	Criação de comissão para realização de questionários visando levantamento de dados para criação de programas de qualidade de vida		100%			
3.2.1.2.3	Projeto espaço do servidor IFAM.	50%	50%			
3.2.1.2.3	Projeto campanha de imunização IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
3.2.1.2.4	Projeto ginástica laboral IFAM.	50%	50%			
3.2.1.2.5	Estabelecer convênios com profissionais de saúde e bem estar.	20%	20%	20%	20%	20%
3.2.1.2.6	Estabelecer convênios com Academias de Ginástica.	20%	20%	20%	20%	20%

META 3.2.1.3: Realizar exames periódicos com os servidores.						
Indicador: Quantitativo de exames periódicos						
Responsável: DGP/PROAD						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
3.2.1.3.1	Realizar conscientização da importância da realização de exames periódicos.	20%	20%	20%	20%	20%
3.2.1.3.2	Registro de preços para contratação de empresa - exames periódicos.	33,3%		33,3%		33,3%
3.2.1.3.3	Disponibilizar a realização de exames periódicos a todos os servidores.	33,3%		33,3%		33,3%
3.2.1.3.4	Realização de exames periódicos por no mínimo 70% dos servidores da capital.	33,3%		33,3%		33,3%
3.2.1.3.5	Realizar estudos sobre a possibilidade de disponibilizar os exames periódicos aos servidores do Interior do Amazonas.	50%	50%			
3.2.1.3.6	Realizar os exames periódicos, quando possível, em 50% dos servidores de cada Unidade do interior do Amazonas.	33,3%		33,3%		33,3%
3.2.1.3.7	Criar recursos de divulgação dos exames periódicos.	20%	20%	20%	20%	20%

META 3.2.1.4: Promover "n" atividades desportivas, culturais e educativas.						
Indicador: Quantidade de atividades culturais educativas e desportivas						
Responsável: DGP/PROAD						
Ações		2014	2015	2016	2017	2018
3.2.1.4.1	Promover atividades desportivas frequentes.	20%	20%	20%	20%	20%
3.2.1.4.2	Realizar competições desportivas, anualmente, para servidores.		25%	25%	25%	25%
3.2.1.4.3	Premiação das melhores equipes.		25%	25%	25%	25%
3.2.1.4.4	Projetar áreas de lazer em cada Unidade do IFAM.		50%	50%		
3.2.1.4.5	Designar um representante para atuar nas atividades de Qualidade de Vida em cada Unidade do IFAM.		50%	50%		
3.2.1.4.6	Realizar o levantamento das atividades desportivas, culturais e educativas que interessem à comunidade do Campus.	20%	20%	20%	20%	20%
3.2.1.4.7	Semana do Servidor.	20%	20%	20%	20%	20%
3.2.1.4.8	Promover a Semana da Mulher disponibilizando produtos/serviços de interesse feminino.	20%	20%	20%	20%	20%

Perspectiva		Pessoa Infraestrutura e Inovação				
OBJETIVO GERAL	3.4	Ampliar e fortalecer o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	Execução				
		2014	2015	2016	2017	2018
3.4.1 Melhorar o serviço de atendimento as demandas.	3.4.1.1 Melhorar o suporte a atividade da Direção Geral dos Campi.	33,3%		33,3%		33,3%
	3.4.1.2 Melhorar o tempo e a qualidade do atendimento nos Campi e Reitoria.	20%	20%	20%	20%	20%
	3.4.1.3 Publicar as atividades rotineiras, serviços e sistemas.	20%	20%	20%	20%	20%
3.4.2 Disponibilizar comunicações wireless em todo o IFAM	3.4.2.1 Melhorar o desempenho da rede IFAM.	10%	20%	20%	25%	25%
	3.4.2.2 Implantar a rede para visitantes Implantar mecanismos de controle de autenticação e acesso.	10%	30%	40%	10%	10%
3.4.3 Efetuar visitas Bimestrais aos Campi do IFAM para maior conhecimento operacional e levantar as possíveis dificuldades enfrentadas, para buscar possíveis soluções.	3.4.3.1 Criar cronograma de visitas bimestrais aos Campi, para acompanhar a execução das metas previstas e, de forma conjunta buscar alternativas para consecução das proposituras não atingidas.		25%	25%	25%	25%
3.4.4 Estudar, no âmbito do Comitê de TI os requisitos para a criação do repositório.	3.4.4.1 Discutir e apresentar as características técnicas.	100%				
	3.4.4.1 Realizar a divisão do trabalho a ser executado pela equipe de TI da Reitoria.		100%			
	3.4.4.1 Criar o repositório de projetos, planos e documentos.		100%			
	3.4.4.1 Disponibilizar o repositório para consulta dos servidores do IFAM.		25%	25%	25%	25%
3.4.5 Criação de repositório de outros documentos institucionais.	3.4.5.1 Discutir e apresentar as características técnicas.	100%				
	3.4.5.2 Realizar a divisão do trabalho a ser executado pela equipe de TI da Reitoria.		100%			
	3.4.5.3 Criar o repositório de projetos, planos e documentos.		100%			
	3.4.5.4 Disponibilizar o repositório para consulta dos servidores do IFAM.		25%	25%	25%	25%
	3.4.5.5 Utilizar o mesmo sistema para criação de repositório de FTD .		50%	50%		
	3.4.5.6 Criação de repositório de documentos.			100%		
3.4.6 Criar políticas de Sustentabilidade.	3.4.6.1 Definir política de atualizações de hardware e software.	10%	30%	40%	10%	10%
	3.4.6.2 Criar política de descarte.	10%	20%	20%	25%	25%

	3.4.6.3 Criar política de reciclagem.	10%	20%	20%	25%	25%
	3.4.6.4 Criar política de obsolescência.	10%	30%	40%	10%	10%
3.4.7 Criar política de reduções através da TI	3.4.7.1 Reduzir o consumo de papel.	10%	20%	20%	25%	25%
	3.4.7.2 Reduzir o consumo de energia.		25%	25%	25%	25%
	3.4.7.3 Reduzir o custo de telefonia.	10%	20%	20%	25%	25%
3.4.8 Assessorar de forma efetiva e eficaz a Reitoria.	3.4.8.1 Dar suporte para o gerenciamento de conteúdo do portal institucional IFAM.		50%		50%	
	3.4.8.1 Desenvolver e implantar um painel de dados referentes ao IFAM.		50%	50%		
	3.4.8.1 Dar visibilidade as ações Inter setoriais envolvendo a área de TI e outras das instituição.		50%	50%		
3.4.9 Melhorar o gerenciamento do desenvolvimento dos sistemas.	3.4.9.1 Investir no projeto.	100%				
	3.4.9.2 Substituir o sistema acadêmico.		100%			
	3.4.9.3 Melhorar a interface e usabilidade dos sistemas desenvolvidos.		50%	50%		
3.4.10 Promover a automatização dos processos administrativos e acadêmicos, visando à eficiência e eficácia na tomada de decisões, bem como, a agilidade, publicidade e confiabilidade das informações.	3.4.10.1 Modelar e disponibilizar sistema intranet que integre serviços de comunicação interna, compartilhamento de arquivos e demais bases de dados institucionais.		50%	50%		
	3.4.10.2 Consolidar, atualizar e aperfeiçoar o sistema de gestão acadêmica do IFAM.		50%	50%		
	3.4.10.3 Consolidar, atualizar e aperfeiçoar os módulos do sistema de gestão administrativa do IFAM.		33,3%	33,3%	33,3%	
	3.4.10.4 Consolidar, atualizar e aperfeiçoar o sistema de gestão biblioteca do IFAM.	33,3	33,3	33,3		
	3.4.10.5 Desenvolver sistemas/aplicações específicas para atendimento de demandas da reitoria.	33,3	33,3	33,3		
	3.4.10.6 Documentar os sistemas e serviços disponibilizados para o IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%
	3.4.10.7 Implantar postos de coletas (quiosques) de informações acadêmicas (boletins, calendário acadêmico, informes) em todos os Campi do IFAM.		50%	50%		
	3.4.10.8 Criar, aprovar e revisar política de proteção e recuperação de dados do IFAM.		50%	50%		
3.4.11 Promover a modernização tecnológica para serviços e sistemas de apoio aos processos acadêmicos, administrativos e gerenciais através de soluções de infraestrutura modernas.	3.4.11.1 Revisar e aprimorar a infraestrutura do Portal do IFAM.	10%	15%	25%	30%	20%
	3.4.11.2 Atualizar os servidores de autenticação no IFAM, a fim de garantir o controle e a segurança das informações institucionais.	10%	20%	20%	25%	25%
	3.4.11.3 Criar e padronizar as soluções de segurança na infraestrutura de rede.	10%	20%	20%	25%	25%

	3.4.11.4 Atualizar o parque de equipamentos de informática.	10%	10%	30%	25%	25%
	3.4.11.5 Prover equipamentos e sistemas para atendimento às áreas de desenvolvimento de sistemas, virtualização, projetos estruturais, arquitetônicos e edição de vídeo.	10%	20%	20%	25%	25%
	3.4.11.6 Consolidar e aperfeiçoar o ambiente virtual de aprendizagem (AVA).	10%	15%	25%	30%	20%
	3.4.11.7 Desenvolver aplicações/soluções para melhoria de acessibilidade, controle e disponibilidade dos serviços de ensino a distância.	10%	20%	20%	25%	25%
	3.4.11.8 Contratar serviço de energia elétrica sobressalente para o data Center do IFAM.	10%	50%	40%		
	3.4.11.9 Prover acesso à internet sem fio em todos os Campi do IFAM.	10%	20%	20%	25%	25%
	3.4.11.10 Disponibilizar o serviço de videoconferência do IFAM aos Campi da Expansão da Rede Federal de Educação – Fase 3.	10%	10%	30%	25%	25%
3.4.12 Racionalizar e otimizar a aplicação dos recursos, de forma a aprimorar a qualidade e a eficácia dos serviços de tecnologia da informação.	3.4.12.1 Gerenciar contratos vigentes com vistas ao planejamento de redução dos custos relativos dos serviços contratados pelo IFAM.	10%	15%	25%	30%	20%
	3.4.12.2 Contratar serviço de manutenção.	10%	15%	25%	30%	20%
	3.4.12.3 Apresentar uma solução para o serviço de impressão para os campi e reitoria.	10%	15%	25%	30%	20%

3.4.13 Aprimorar os conhecimentos técnicos da equipe de TI em plataformas livres para provimento de serviços de qualidade para atendimento acadêmico e administrativo.	3.4.13.1 Prover capacitação técnica voltada ao desenvolvimento web.	20%	20%	20%	20%	20%
	3.4.13.2 Prover capacitação técnica voltada ao desenvolvimento de sistemas.	10%	15%	25%	30%	20%
	3.4.13.3 Prover capacitação técnica voltada ao gerenciamento de segurança da informação.	10%	20%	25%	35%	10%
	3.4.13.3 Prover capacitação técnica voltada ao gerenciamento de infraestrutura de servidores e virtualização.	10%	10%	30%	25%	25%
	3.4.13.4 Prover capacitação técnica de Governança de TI.	10%	10%	30%	25%	25%
	3.4.13.4 Criar evento para disseminação de conhecimento técnico de TI entre os Campi e reitoria.	20%	20%	20%	20%	20%
OBJETIVO GERAL	3.6	Promover a expansão e modernização da infraestrutura física				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
3.6.1 Melhorar a comunicação entre a reitoria, os Campi e a comunidade externa.	3.6.1.1 Modernizar o portal IFAM (www.ifam.edu.br)	10%	15%	25%	30%	20%
	3.6.1.2 Tornar confiável o e-mail institucional.	10%	15%	25%	30%	20%
	3.6.1.3 Melhorar o desempenho da videoconferência.	10%	20%	20%	25%	25%
3.6.2 Aprimorar o compartilhamento de dados	3.6.2.1 Desenvolver e implantar um mecanismo de compartilhamento de informações (nuvem).	10%	15%	25%	30%	20%
3.6.3 Disponibilizar comunicações wireless em todo o IFAM	3.6.3.1 Melhorar o desempenho da rede IFAM.	10%	20%	20%	25%	25%
	3.6.3.2 Implantar a rede para visitantes Implantar mecanismos de controle de autenticação e acesso.	10%	30%	40%	10%	10%
3.6.4 Garantir a integridade dos dados institucionais e prover segurança da informação conforme legislação vigente.	3.6.4.1 Aprovar, publicar e divulgar políticas de segurança da informação no âmbito do IFAM.	10%	15%	25%	30%	20%
	3.6.4.2 Adquirir antivírus corporativo para proteção das estações de trabalho e servidores da reitoria.	10%	20%	20%	25%	25%
	3.6.4.3 Prover capacitação constante da equipe técnica em relação à segurança da informação.	10%	15%	25%	30%	20%

OBJETIVO GERAL	3.1	Ampliação do Nº de servidores do IFAM				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
3.1.1 Solicitar DGP/PROAD o aumento do quantitativo de engenheiros efetivos via concurso público.	3.1.1.1 Definir perfil das áreas de engenharia.	100%				
	3.1.1.2 Discutir no Colégio de Dirigentes o edital.	100%				
	3.1.1.3 Encaminhar a DGP mapa do perfil e as respectivas necessidades de capacitação.	100%				
OBJETIVO GERAL	3.3	Propiciar condições de qualificação, capacitação e preparação dos servidores do quadro do IFAM para o exercício das atividades				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	2014	2015	2016	2017	2018
3.3.1 Elaborar o Plano de Capacitação dos Servidores	3.3.1.1 Capacitar os servidores do IFAM.	20%	20%	20%	20%	20%

Perspectiva	Eficiência Gerencial					
OBJETIVO GERAL	2.1	Mapear, especificar, padronizar e melhorar os processos administrativos no âmbito do IFAM.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
2.2.1 Simplificar as rotinas de trabalho	2.2.1.1 Criar e atualizar (em meio eletrônico) de um manual da Instituição com as instruções e a operacionalização dos procedimentos administrativos e acadêmicos.	20%	20%	20%	20%	20%
	2.2.1.2 Dinamizar das gestões acadêmica e administrativa.	20%	20%	20%	20%	20%
	2.2.1.3 Implementar a gestão participativa, desenvolvendo a administração em parceria com as unidades, elaborando agenda de reuniões executivas.	20%	20%	20%	20%	20%
2.2.2 Estabelecer critérios organizacionais, através de modelos pré-definidos, que possibilitem uma maior integração entre as Pró-Reitorias, Diretorias,	2.2.2.1 Estudar os fluxos de procedimentos e elaborar o FLUXO.	50%	50%			

Sistêmicas e Gestores dos Campi, facilitando a troca de informações intra instituto e com a sociedade.	2.2.2.2 Comunicar de forma permanente e eficiente entre a Reitoria e os Campi.		25%	25%	25%	25%
	2.2.2.3 Analisar a real necessidade de cada Campus, para que exista um fluxo de informações que viabilizem a agilidade de processos e informações para a tomada de decisões, além de capacitar os servidores a alimentar o sistema adequadamente.		50%		50%	

OBJETIVO GERAL	2.3	Atualizar os instrumentos normativos e regulatórios do IFAM				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS	EXECUÇÃO				
		2014	2015	2016	2017	2018
2.3.1 Projetar as necessidades de organização da área de Engenharia.	2.3.1.1 Apresentar a área e as atribuições para a Comissão de Revisão do Regimento.	50%	50%			
	2.3.1.2 Especificar quais áreas as Coordenações, que se inicia, atenderá e iniciar o atendimento.		100%			
2.3.2 Aperfeiçoar as práticas das Coordenações.	2.3.2.1 Criar condições para estas Coordenações funcionarem, tanto de pessoal quando de instalações.		50%	50%		
2.3.3 Reestruturar o comitê de TI.	2.3.1.1 Verificar e redefinir os papéis.	10%	15%	25%	30%	20%
	2.3.1.2 Criar calendário semestral de reuniões e atividades.	10%	15%	25%	30%	20%
	2.3.1.3 Agilizar a geração de documentos, como portarias e atas.	10%	20%	20%	25%	25%
	2.3.1.4 Disponibilizar e compartilhar eletronicamente os documentos do Comitê de TI.	10%	10%	30%	25%	25%

2.3.4	Melhorar a comunicação e compartilhamento de informações.	2.3.4.1 Modernizar a ferramenta para discussões web.	10%	20%	20%	25%	25%
2.3.5	Aprimorar a governança de Tecnologia da Informação conforme regulamentações e orientações emanadas da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação (SLTI/MPOG).	2.3.5.1 Revisar Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) anualmente e apresentar Relatório do diagnóstico.	20%	20%	20%	20%	20%
		2.3.5.2 Incentivar as contratações conjuntas, com intuito de diminuir o número de processos de compra para o mesmo objeto.		50%		50%	
		2.3.5.3 Criar e atualizar o portfólio de serviços e atividades da DGTI.	33,3%		33,3%		33,3%
		2.3.5.4 Consolidar o sistema de gestão de projetos.		50%	50%		
		2.3.5.5 Atender aos padrões de governança exigidos nas normativas de tecnologia da informação.	20%	20%	20%	20%	20%
		Revisar e atualizar o processo de contratação de solução de TI com vistas ao atendimento integral da legislação vigente.	33,3%		33,3%		33,3%
OBJETIVO GERAL	2.1	Nortear o desenvolvimento do IFAM por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		METAS	EXECUÇÃO				
			2014	2015	2016	2017	2018
2.1.1	Atuar no planejamento estratégico, mediante ações de gestão estratégica.	2.1.1.1 Elaborar e modernizar instrumentos capazes de promover um acompanhamento e controle da execução do planejamento de modo a assegurar o cumprimento da estratégia constante no PDI.		20%	50%	30%	
		2.1.1.2 Fornecer, tempestivamente, retorno aos órgãos responsáveis pelos indicadores, e o atendimento das metas institucionais.		50%	50%		
		2.1.1.3 Implantar sistema de gestão estratégica.		50%	50%		
2.1.2	Revisar o Planejamento estratégico.	2.1.2.1 Realizar a revisão do Planejamento Estratégico do IFAM.			50%	50%	

1.12 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social vincula o exercício de nossa condição de agente público da educação, associada ao corpo discente, legítimo e fundamental destinatário de nossa missão educativa, à exigência de respondermos pelas habilidades que desenvolvemos e praticamos, orientados pelos valores da atenção respeitosa à dignidade humana daqueles que esperam e dependem dos serviços que ofertamos, da solidariedade, do comprometimento e da justiça frente aos nossos administrados e aos desafios próprios do ambiente sociocultural e político-econômico no qual estamos inseridos.

No tocante à inclusão social, é-nos convenientes considerarmos o que diz José de Souza Martins (1997), ao abordar a negação desse princípio norteador de nossas ações. Esse sociólogo, tratando da existência da exclusão social no Brasil, afirma que - na sociedade brasileira - efetivamente, não pode ter havido exclusão social, e sim um tipo de “inclusão precária, instável e marginal”, pois para alguém ser excluído pressupõe-se que esteja numa condição de incluído, o que - no Brasil - esta condição, em geral, não se deu, de fato (MARTINS, 1997, p. 20). Frente a essa percepção, no nosso caso, ao nos balizar pela pelo princípio humanitário da inclusão social, importa-nos mantermos nosso foco, primeiramente, nós não-incluídos, e - num momento seguinte - naqueles que foram e continuam excluídos da oferta dos serviços públicos que devemos ofertar, institucionalmente. Nessa perspectiva, nossos servidores deverão ser motivados e mobilizados para contribuir com a formação discente, sendo estes orientados para o compromisso responsável e solidário frente às demandas sociais que exigem soluções concretas de garantia de cidadania para todos, atuando como agentes de transformação da sociedade, fazendo uso dos conhecimentos adquiridos na instituição de ensino para enfrentamento permanente dos desafios presentes no contexto social, político, econômico e cultural da comunidade onde estão inseridos.

2 GESTÃO INSTITUCIONAL

2.1 GESTÃO DO PLANEJAMENTO DO IFAM

A Gestão do planejamento do IFAM é feita conforme documento elaborado intitulado “Orientações para o Planejamento do IFAM” este documento orienta a todos os gestores, servidores docentes e técnicos-administrativos das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM e a comunidade quanto aos procedimentos adotados para a construção participativa do Planejamento.

Todos os passos do planejamento são apresentados neste documento de forma simples, porém, contundente quanto ao alcance de seus objetivos estratégicos finais que é a maximização dos resultados e a excelência nos serviços prestados ao cidadão.

O documento apresenta no seu bojo a fundamentação legal e técnica sobre o

planejamento de gestão, devendo aplicar as principais ferramentas de planejamento e de controle na execução dos objetivos e metas institucionais e estratégicas constantes no Planejamento Estratégico Institucional – PEI do IFAM.

Mostrando-se, através desses procedimentos, a necessidade de se alcançar a maior a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade na execução dos programas, projetos e atividades da instituição, confirmando-se os termos de sua missão e visão de futuro.

O documento preserva a sustentação do planejamento como instrumento de desenvolvimento institucional, recomendando a interação de todos os setores administrativos entre si e com o Planejamento Estratégico Institucional para consolidar a eficiência, eficácia e efetividade do mesmo.

A alavancagem do planejamento estratégico ocorre no momento em que a comunidade acadêmica tomar consciência da importância de sua participação na construção coletiva do processo de desenvolvimento institucional, transformando a estratégia em planos operacionais contínuos com possibilidade de criar a cultura do planejamento e acompanhamento, à medida que estabelece instrumentos de avaliação e controles voltados para resultados em processo cíclico, ou seja, o replanejamento evolutivo.

Assim sendo, os gestores e os servidores participantes do processo de gestão das unidades administrativas do IFAM serão capazes de adotar medidas estratégicas para cada ação que esteja sob sua responsabilidade, contribuindo desta forma para o fortalecimento do planejamento estratégico e institucional como um todo.

2.2 METODOLOGIA UTILIZADA NO PLANEJAMENTO

O modelo de estrutura *multicampi* e funções diferenciadas dos Institutos Federais como instituição de ensino, de acordo com a Lei Nº 11.892/2008, exige a adoção do planejamento estratégico e de novos procedimentos de gestão. Desta forma, o planejamento como instrumento de desenvolvimento institucional recomenda a prática da cultura de avaliação do processo e busca por resultados sociais efetivos e eficazes.

A PRODIN adotou algumas ferramentas de planejamento que foram aplicadas por diversos órgãos públicos, com experiências administrativas exitosas. A matriz SWOT e o método Balanced Scorecard – BSC foram adaptados e aprimorados ao planejamento estratégico do IFAM, aplicando-se no aprimoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional e nos demais instrumentos de planejamento.

Com esse procedimento, a PRODIN acredita construir um modelo de gestão democrática que favoreça a descentralização do processo decisório, a delegação e divisão de responsabilidade a partir de uma visão sistêmica de planejamento da instituição educacional.

O desenvolvimento da instituição depende da participação e do trabalho de todos os segmentos da comunidade acadêmica (Estudantes, docentes, servidores técnicos e gestores) e a comunidade em geral.

2.2.1.1 DIRECIONAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento está voltado para todos os setores da administração. É importante ter em mente que existem vários níveis de planejamento, tanto no macro ambiente que envolve toda a gestão e a comunidade acadêmica (ex: construção do PDI) quanto ao microambiente que envolve as atividades das Pró-Reitorias até as Coordenações (ex: construção do Plano de Desenvolvimento Anual).

2.2.1.2 FUNDAMENTOS LEGAIS PARA O PLANEJAMENTO

A construção do planejamento do IFAM está baseado em diversos fundamentos legais, neste documento é apresentada as principais normativas.

A Lei Nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Nessa Lei, existem três artigos que definem, na sequência, as linhas do planejamento que o IFAM deva adotar, seja quanto à sua **finalidade**, aos **objetivos** Institucionais e às **metas** que deve alcançar que são: *Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características; Art. 7º Observadas às finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais; e o Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.*

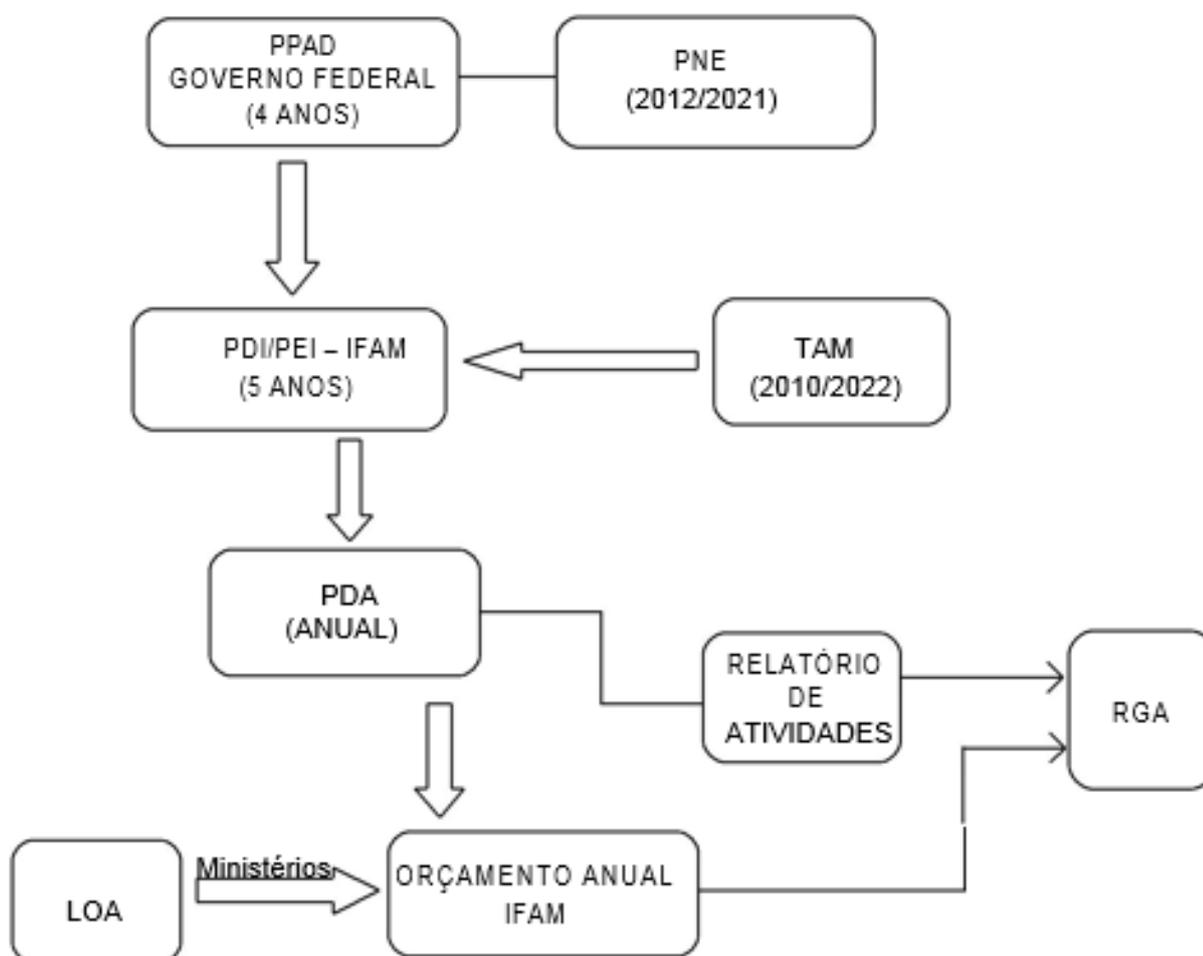
A obrigatoriedade de utilização do PDI, como instrumento de planejamento, é dado às instituições de ensino superior, no entanto, com a criação dos institutos federais foi inferida a sua equiparação com as universidades federais, naquilo que diz respeito à incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos da educação

superior, como assegura o art. 2º e o § 1º, conforme a seguir:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

2.3 CICLO DE CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO



Legenda:

LOA – Lei Orçamentária Anual
 PAD – Plano de Ação
 PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
 PNE – Plano Nacional de Educação
 PPAD – Plano Plurianual
 RGA – Relatório de Gestão Anual
 TAM – Termos e Acordos de Metas

2.4 CONSTRUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A construção do orçamento do IFAM obedece à base da estrutura organizacional dos Institutos Federais, conforme dispositivo da Lei Nº 11.892/2008:

Art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

O orçamento do IFAM é estabelecido anualmente em Lei Federal (LOA) oriundos da fonte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e com recursos próprios proveniente, normalmente, de taxas administrativas, tarifas de inscrições em concursos, processos seletivos e outras fontes – emendas Parlamentares.

O Decreto Nº 7.313/2010 dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos Institutos Federais. Dessa forma, a matriz orçamentária do IFAM é definida de acordo com o que estabelece os dispositivos do referido Decreto, conforme descrito a seguir:

Art. 4º - Na elaboração das propostas orçamentárias anuais dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o Ministério da Educação deverá observar a matriz de distribuição, para a alocação de recursos destinados a despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e de Capital.

§ 1º A matriz de distribuição será elaborada a partir de parâmetros definidos por comissão paritária, constituída no âmbito do Ministério da Educação, integrada por membros indicados pelo colegiado de reitores dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e por aquele Ministério.

§ 2º Os Parâmetros a serem definidos pela comissão levarão em consideração, entre outros, os seguintes critérios:

I - o número de matrículas e a quantidade de Estudantes ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período;

II - a relação entre o número de Estudantes e o número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado;

III - as diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados;

IV - o apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

V - a existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento;

VI - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente;

VII - a existência de núcleos de inovação tecnológica; VIII - o número de registro e comercialização de patentes;

IX - os resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado;

X - adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação; e

XI - a existência de programas de mestrado e doutorados, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

O tratamento dos recursos do IFAM está regido pela Lei Nº 4.320/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços em todos os entes da Federação. Essa Lei permite ainda identificar a aplicação dos recursos de forma consolidada e isolada.

Para efeito da construção do Relatório de Gestão e/ou Prestação de Contas, devem ser contemplados todos os recursos orçamentários e extra orçamentários utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pelas unidades jurisdicionadas, ou pelos quais elas respondam, incluídos os oriundos de fundos de natureza contábil recebidos de entes da administração pública federal ou descentralizados para execução indireta, conforme preconiza o art. 12, da IN Nº 63/2010 do TCU.

2.5 PERSPECTIVAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Figura 3 Objetivos estratégicos da Perspectiva Eficiência Acadêmica

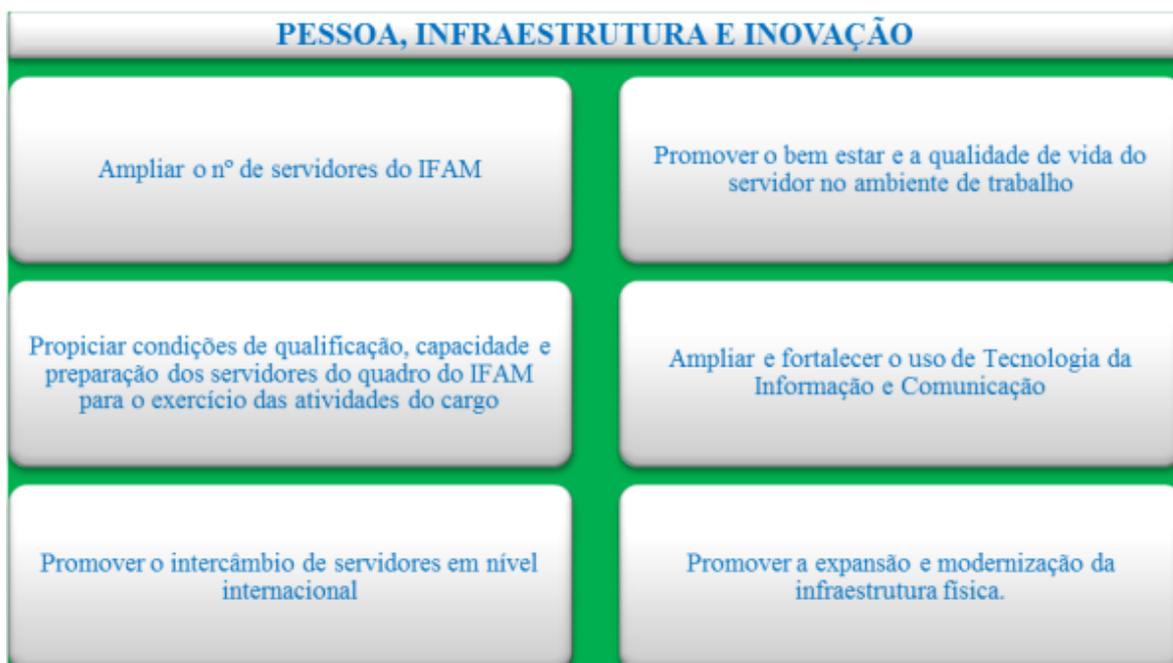


Figura 4 Objetivos estratégicos da Perspectiva Pessoa, Infraestrutura e Inovação



Figura 5 Objetivos estratégicos da Perspectiva Eficiência Gerencial

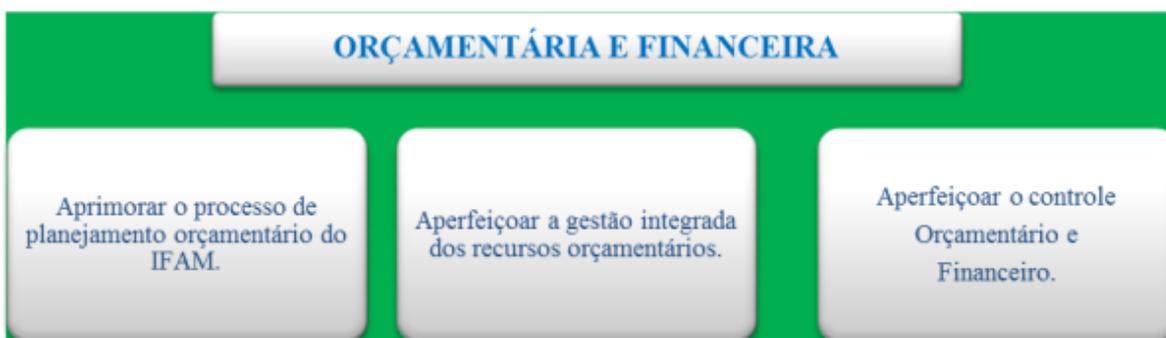


Figura 6 Objetivos estratégicos da Perspectiva Orçamentária e Financeira

2.6 AVALIAÇÃO DE RISCO

É o processo de identificação e análise de riscos relevantes para o alcance dos objetivos da entidade que envolve:

- Identificação do risco: verificar quais são os riscos que ameaçam diretamente os objetivos-chave da organização, através da utilização de ferramentas para tal identificação, como por exemplo, promoção de uma revisão de riscos e uma auto avaliação de riscos;

- Mensuração de riscos: é necessário desenvolver um enquadramento para estabelecer categorias para todos os riscos, de modo a classificar os riscos e estabelecer prioridades para a Administração agir quanto às correções;

- Tolerância de risco: é a quantidade de riscos que uma entidade está preparada para assumir, antes de deliberar sobre a necessidade de implementar uma ação;

- Desenvolvimento de respostas: após ter desenvolvido um perfil de risco, a organização pode então considerar as respostas apropriadas, dentre as quais, destacam-se quatro tipos de respostas: transferência, tolerância, tratamento ou eliminação.

Para que se proceda com uma adequada avaliação de riscos é necessário estabelecer os objetivos institucionais como pré-requisito. Os objetivos devem ser definidos antes que a gerência identifique os riscos que poderiam afetar a sua consecução e realize as ações necessárias para administrar esses riscos. Isso significa manter um processo permanente de avaliação e gestão de impactos de risco, de forma que o custo seja razoável, e possuir pessoal com as habilidades necessárias para identificar e mensurar os riscos potenciais.

Os passos importantes para que seja concretizada uma adequada avaliação de riscos são:

- identificação do risco, mensuração de riscos, tolerância de risco e desenvolvimento de respostas.

- Quanto à identificação do risco a Administração deverá adotar ferramentas para realizar a filtragem daqueles riscos que ameaçam os objetivos-chave da instituição. Duas ferramentas mais comumente utilizadas são a promoção de uma revisão de riscos e auto avaliação de riscos.

a) Revisão de riscos: é um procedimento de cima para baixo, a partir do estabelecimento de uma equipe para considerar todas as operações e atividades da organização em relação aos seus objetivos e a identificação dos riscos associados. A equipe conduz uma série de entrevistas com membros-chave em todos os níveis da organização para delinear um perfil de risco para a totalidade de atividades nas quais se identificam as áreas das políticas, ações e funções que podem ser especialmente vulneráveis ao risco (incluindo o risco de fraude e corrupção).

b) Auto avaliação de risco: é um enfoque de baixo para cima, de modo que cada nível e setor da instituição é convidado a revisar suas atividades e alimentar um diagnóstico de riscos enfrentado pelos níveis superiores. Tal ferramenta pode ser executada mediante a solicitação de documentação (com um quadro diagnóstico estabelecido através de questionários) ou através de oficinas.

Quanto à mensuração de riscos a Administração deverá utilizar critérios de enquadramento para estabelecer categorias para os riscos, e por fim definir prioridades de ações, tal etapa pode também ser considerada como definição de métricas de riscos, a serem efetivadas por moldes quantitativos e qualitativos.

Em seguida, temos a etapa de avaliação da tolerância do risco que define a quantidade de riscos que uma entidade está preparada para assumir, antes de deliberar sobre a necessidade de implementar uma ação. Tanto os riscos inerentes como os riscos residuais devem ser considerados para determinar a tolerância ao risco. O risco inerente é o risco para uma entidade na ausência de ações que a direção poderia adotar para alterar a probabilidade ao risco ou seu impacto. O risco residual é o risco que permanece mesmo após a resposta da administração ao risco.

Por fim, depois de identificar, mensurar e avaliar o risco, o administrador deverá desenvolver mecanismos eficazes de respostas apropriadas para tais riscos. As respostas ao risco podem ser divididas em quatro categorias, de modo que o risco poderá ser tratado, transferido, tolerado ou eliminado.

Apresentadas as etapas para a realização de avaliação de riscos, é fundamental a existência de um processo permanente para identificar a mudança de condições e adotar as medidas

necessárias, ou seja, a entidade deve estar preparada para as mudanças e nuances interna e externas e uma das ferramentas que deve utilizar é o ciclo de avaliação de riscos. (Nota Técnica N° 01 – AUDIN, de 17/07/2013).

2.7 INDICADORES

Os indicadores são os instrumentos que verificam o desempenho de uma gestão quanto à execução dos objetivos e metas estratégicas de uma organização alinhados com a sua Missão e Visão de Futuro.

Os Métodos de Cálculo para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT são determinados no Acórdão do TCU.

2.7.1 PAINEL DE INDICADORES

2.7.1.1 EVASÃO

Para diagnosticar a evasão no ensino, sugerimos utilizar uma fórmula difundida internacional e nacionalmente, que mensura a evolução do problema (Eq.1) (LOBO, 2012).

$$P = [M(n) - Ig(n)] / [M(n - 1) - Eg(n - 1)]$$

O índice de evasão, ou abandono anual é dado por:
 $Ev = 1 - P$ (multiplicar por 100 para obter %)

Índice	Conceito
P	Total de alunos que não permaneceram na Instituição
M(N)	Total de matrículas em certo ano
Ig (N)	Total de novos ingressantes (no ano n)
M (N-1)	Total de matrículas do período anterior a n
Eg (N-1)	Total de egressos no ano anterior (ou seja, concluintes)

2.7.1.2 INDICADORES PARA PERSPECTIVA DO ALUNO

1 - PERSPECTIVAS DO ALUNO					
INDICADORES	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
Índice Geral de Cursos (IGC)	Nota 03	Nota 03	Nota 04	Nota 04	Nota 05
Reconhecimento de Cursos de EaD	02	-	-	01	-
Recredenciamento da Modalidade EaD	-	01	-	-	-
Vagas Ofertadas em EaD	2.400	2.400	2.400	2.823	3.080
Índice de Evasão em EaD	37%	35%	36%	35%	30%
Cursos Técnicos Presenciais	08	30	24	26	21
Turmas dos Cursos de Licenciaturas Presenciais	04	15	07	10	09
Turmas dos Cursos de Licenciaturas Presenciais	06	13	13	10	11
Índice de Evasão Escolar	25%	20%	10%	10%	10%
Índice de Retenção Escolar	20%	20%	20%	20%	20%
Relação dos Alunos Participantes de Projetos	8%	12%	16%	21%	25%
Realização de Campanhas Educativas	66	66	68	68	73
Implantação de Restaurantes Acadêmicos	05	-	04	-	01
Alunos Atendidos pela Assistência Estudantil	61%	66%	77%	88%	100%
Alunos Enviados ao Exterior	08	08	08	08	10
Alunos Recebidos do Exterior	03	05	05	07	08
Nível de Satisfação do Aluno	30%	43%	58%	73%	87%
Relação de Alunos ² Ingressantes e Concludentes	-	45%	60%	75%	94%
Cursos e Serviços Prestados pela Extensão	84	110	117	135	146
Alunos Formados nos Cursos Técnicos, Superiores e de Pós-graduação.	1.030	2.721	3.802	4.432	5.978
Alunos que Trabalham na Área de Formação	20%	30%	40%	45%	50%

Total de cursos Lato Sensu & Stricto Sensu	04	03	06	03	04
Cursos de mestrado de nível 04	-	-	02	-	-
Captação de recursos para Programas de Pós-Graduação (em milhões)	1,5	1,5	02	2,5	2,5
Programas e Projetos Realizados pela Extensão	33	34	35	37	37
Realização de Eventos Institucionais	31	34	33	38	37
Implantação de Incubadoras	02	03	03	02	02
Empresas Incubadas	11	16	21	13	19
Grêmios	07	02	02	02	03
Centros Acadêmicos	40%	50%	60%	80%	100%

Tabela 3 Indicadores para perspectiva do aluno

2.7.1.3 INDICADORES PARA PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS

2 - PERSPECTIVAS DOS PROCESSOS INTERNOS					
INDICADORES	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
Ouvidorias em funcionamento.	23	09	-	-	-
Realização de Eventos.	02	02	02	02	02
Novas Parcerias Internacionais.	05	10	15	20	25
Parcerias Internacionais em Vigor.	15	20	25	30	35
Convênios, Programas e Projetos de Extensão.	122	128	137	152	162
Relação de Pessoas Atendidas por Tecnologias Educacionais Assistivas.	18%	40%	62%	82%	100%
Ferramentas de acesso às informações das Pró-reitorias.	02	02	01	-	-
Páginas Eletrônicas.	17	06	-	06	-
Disciplinas atendidas pela Portaria 4.059/2004.	10	15	20	25	30
Rotinas Padronizadas no Gabinete do Reitor.	02	02	02	02	-
Rotinas Padronizadas na Pró-reitoria de Pesquisa.	25	15	10	05	05
Edição da Revista de Prestação de Contas.	01	01	01	01	01

Boletins Eletrônicos.	05	05	05	05	05
Processos Licitatórios Compartilhados.	12	15	15	20	25
Implantação de novas infraestruturas.	05	05	05	10	15
Construção de novos Campi.	04	-	05	-	-
Percentual de Execução do PDI	20%	40%	60%	80%	100%
Taxa de Desvio das Ações de Capital	25%	25%	25%	25%	25%
Total de centros de idiomas criados.	01	05	06	07	08

Tabela 4 Indicadores para a perspectiva dos processos internos

2.7.1.4 INDICADORES PARA A PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM

3 - PERSPECTIVAS DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO					
INDICADORES	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
Docentes e/ou pesquisadores enviados ao exterior.	05	08	10	15	20
Docentes e/ou pesquisadores recebidos do exterior.	02	04	05	08	10
Técnicos administrativos enviados ao exterior.	02	03	05	07	08
Técnicos administrativos recebidos do exterior.	03	04	07	07	08
Servidores qualificados em curso de nível superior.	10	5	4	8	15
Participação de servidores em congressos e seminários de sua área de atuação.	80	170	275	270	279
Servidores capacitados e/ou aperfeiçoados	110	200	240	366	360
Realização de Exames Médicos.	500	500	2.000	500	2.000
Implantação do Programa Qualidade de Vida nos Campi.	10	04	-	-	-
Realização de Atividades Desportivas e Educativas.	33	34	38	38	41
Quantidade de qualificações para Técnicos Administrativos em nível de Especialização.	40	50	60	70	75
Quantidade de qualificações para Técnicos Administrativos em nível de	05	08	10	10	55
Quantidade de qualificações para professores em nível de Mestrado.	61	52	65	70	80
Quantidade de Professores com Doutorado.	35	38	45	50	60

Quantidade de Professores com Pós-Doutorado.	10	17	18	18	16
Admissão de Servidores.	114	182	80	90	-

2.7.1.5 INDICADORES PARA A PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4 - PERSPECTIVAS DA RESPONSABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
INDICADORES	METAS				
	2014	2015	2016	2017	2018
Nível de aprovação dos instrumentos elaborados.	70%	80%	85%	90%	100%
Matriz IFAM de Distribuição Orçamentária.	-	01	01	01	01
Criação de novas Unidades Gestoras.	05	-	-	03	-

Tabela 5 Perspectivas da responsabilidade orçamentária e financeira

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

3.1 CONCEPÇÕES NORTEADORAS

Os diversos espaços sociais possíveis, a instituição escolar ganha notoriedade como lugar privilegiado para a condução do processo de ensino e de aprendizagem do patrimônio cultural. Por isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 1.º, defende que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Assim, torna-se fundamental a compreensão de que o processo educacional de ensino e de aprendizagem no ambiente escolar deve ocorrer sob os seguintes princípios, elencados no artigo 3.º da citada Lei:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

- IV. Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. Garantia de padrão de qualidade;
- X. Valorização da experiência extraescolar;
- XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII. Consideração com a diversidade étnico-racial. (BRASIL, 1996).

3.2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ocorreram a partir da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em seu artigo 6.º, a Lei afirma que os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do instituto federal;

- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008).

3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

3.3.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

Discorrer sobre *epistemologia* é falar da forma como se constrói o conhecimento, pois etimologicamente “*epísteme*” significa verdade; “*logos*”, das diferentes correntes epistemológicas o IFAM fez sua opção, apoiando-se na Teoria de que o Conhecimento é construído a partir da interação professor-aluno e objeto de conhecimento.

O IFAM acredita que o conhecimento só tem sentido quando possibilita o compreender, o usufruir e o transformar a realidade. Para tanto é importante perceber que o conhecimento tem sentido para o indivíduo quando ele satisfaz a sua curiosidade, sua necessidade de compreender o mundo em que vive. Neste sentido consideramos alguns objetivos ao trabalhar o conhecimento na Escola: a **criticidade, a criatividade e a durabilidade**.

A Instituição de Ensino tem como função, entre outras, possibilitar o desenvolvimento das habilidades cognitivas e a aquisição dos conhecimentos postos na tradição cultural. Neste sentido busca-se a consolidação de uma concepção crítico-progressista, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista.

Segundo a concepção mencionada, o conhecimento é resultado da relação sujeito-objeto-realidade, com a mediação do Professor (não apenas pela simples transmissão). O conhecimento se dá pela ação do educando sobre o objeto de estudo (não pela ação do Professor). O aluno traz uma bagagem cultural (o novo conhecimento não se dá senão a partir do anterior).

Dessa forma, o aluno vai construir o seu conhecimento a partir do seu contato, de sua interação com a realidade.

O conhecimento é construído a partir das experiências sociais culturalmente organizadas dos alunos, fundamentando-se teoricamente ao relacionarem-se com conceitos, sistemas explicativos, habilidades e técnicas proporcionadas no ambiente escolar, visando o crescimento pessoal resultante da aprendizagem, entendida como um processo em constante construção.

Nesse processo, o aluno é sujeito-cidadão que construirá seu conhecimento após reinterpretar e desconstruir o conhecimento antigo, considerando os princípios de integridade inerente ao cidadão que percebe a si e ao outro enquanto pessoas humanas.

Ao Professor, cabe assessorar o aluno na construção do conhecimento, apresentando o conhecimento escolar/científico para que o aluno assimile-os, retornando-os à estrutura cognitiva já estabelecida. Mas para isso, deve fundamentar continuamente seus conhecimentos sistematizados, a fim de problematizar situações capazes de desmistificarem os conceitos científicos tidos enquanto verdades absolutas, sempre a partir de uma perspectiva holística.

3.3.2 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As transformações sociais, culturais e tecnológicas, verificadas nos dias atuais, exigem da escola uma redefinição de seus objetivos e a criação de alternativas que busquem atender às solicitações do mundo contemporâneo.

Os novos paradigmas da educação profissional reclamam um espaço de ação e desenvolvimento, o que para os institutos federais, tornou-se um grande desafio, na medida em que deixaram de ser um único espaço, em face de necessidade de adequá-los, reciprocamente, a ordem vigente. O IFAM deve ser um espaço dentro da estrutura social onde se equacionam esses paradigmas numa reflexão e ação dialética, com vistas a promover o tripé ação-reação-transformação.

Isto posto, o IFAM, sabedor de que a educação está intimamente relacionada com esses avanços, sente a necessidade premente de impulsionar uma ação transformadora. Para tanto, encampa uma luta em favor do delineamento de sua proposta Pedagógica, cujas concepções nela contidas são fruto de um trabalho coletivo que contou com a participação de representantes das diversas Áreas de Conhecimento e dos Campi que constituem esta Instituição Federal de Ensino Profissional.

Dessa forma, tem-se como objetivo oferecer aos professores do IFAM, os princípios norteadores de seu trabalho, possibilitando-os embasamento teórico-metodológicos de uma sociedade que busca acompanhar o dinamismo das transformações ocorridas nos tempos atuais.

Neste caminho, toda e qualquer ação a ser desencadeada, quer seja pedagógica ou administrativa, deverá pautar-se nos princípios da liberdade, sensibilidade, igualdade e identidade. Por meio das análises dos aspectos sociais, filosóficos, éticos, políticos e metodológicos, esses princípios deverão ser garantidos, pois acreditamos que somente homens livres e comprometidos com o bem comum poderão colaborar para a formação de pessoas engajadas politicamente na perspectiva de uma sociedade mais justa e solidária.

As diretrizes pedagógicas perpassam por em duas vertentes. A primeira vertente constitui o conteúdo da política pedagógica da instituição, que traça as linhas mais gerais, os fundamentos que embasarão as atividades pedagógicas do IFAM, a saber: fundamentos estéticos, políticos, epistemológicos e didático-pedagógicos; a visão que traçamos; nossos objetivos institucionais; e metas priorizadas para legitimar nossa política pedagógica.

Na segunda vertente, constituiu nossa proposta curricular, bem como o modelo da estrutura pedagógica a ser adotado pelo instituto.

Convém destacar, ainda, que por acreditarmos que uma política dessa relevância deva ser desencadeada dialogicamente para se configurar de forma madura, as ideias contempladas não se esgotam nesse documento, igualmente, são passíveis de modificações ao longo de todo um processo de implementação, desde que elas se façam necessárias.

Espera-se que as diretrizes pedagógicas sejam de grande valia, pois:

“quando a escola se abre à participação e criticidade de todos e, com todos constrói a sua proposta pedagógica, ela se rejuvenesce, se transforma numa agência de desenvolvimento e tem fortes motivos para acreditar no amanhã de seus educandos, pois consegue, pelo menos, alimentar em cada um deles o sonho de viver uma vida melhor, nutridos ainda pela esperança de poder ajudar na construção de um mundo melhor para todos”. (NETO, Augusto Ferreira).

Desde a sua implantação, o IFAM vem cumprindo com as finalidades e objetivos para os quais foi criado. Neste sentido, em atendimento às orientações legais contidas na Lei N° 5.692/71, alterada pela Lei N° 7.044/82 e nos termos da Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, têm oferecido Cursos Técnicos de Nível Médio, Tecnológicos, Licenciaturas e Pós-Graduações, expressando, assim, a sua identidade institucional.

Atualmente, com o advento da LDB, Lei N° 9394/96, o IFAM, procura estruturar seus mapas curriculares de forma a organizá-lo por área de conhecimento, procurando atender

competências e habilidades em cada curso profissional, bem como reorganizá-los ao novo catálogo dos cursos técnicos e tecnológicos.

Nesse sentido, o processo educativo exigirá o desencadeamento de ações capazes de redimensionarem a prática educativa como a instrumentalização teórica do indivíduo (*o aprender a conhecer*), centrada na apropriação de conceitos e fundamentos que desenvolvam a capacidade de compreensão do mundo e, conseqüentemente, sua inserção no mundo do trabalho, enquanto sujeito produtivo historicamente situado, com uma postura crítica, criativa e autônoma.

Todo o exposto, no entanto, será possível com o subsídio de uma instrumentalização técnica (*o aprender a fazer*) capaz de vencer os desafios impostos pelo avanço tecnológico que ocorre no mundo do trabalho, que requer dinamismo nas relações interpessoais e disposição para efetuar mudanças consistentes, visando o interesse da coletividade.

E que, também será reforçado pelo estímulo à *interdependência desse indivíduo com seus pares (o aprender a viver juntos)*, suscitando sua valorização pessoal, no convívio com as diversidades culturais a partir dos interesses comuns e do respeito com as diferenças. Tudo sendo conduzido para a meta principal: *o desenvolvimento integral do indivíduo (o aprender a ser)* enquanto pessoa, a partir da prática de sua cidadania, com vistas ao contínuo conhecimento de si mesmo, a fim de que possa *aprender a aprender*.

O IFAM, que prima pela formação de cidadãos capazes de construir suas histórias de vida, considerando o desencadeamento de ações mencionadas no parágrafo anterior, assume a importância da Educação Profissional como *locus* de produção e disseminação de conhecimentos e cultura a partir de um grande desafio: o pleno exercício da cidadania e preparação para o trabalho, numa conjunção que articule base científica e tecnológica, que possa ser desencadeada através do efetivo desempenho das atividades cotidianas deste IFE.

Enfim, o IFAM prima pela formação de profissionais capazes de construir suas histórias de vida, de maneira que todos os seus integrantes direcionarão suas ações, especialmente nas relações com os alunos, tendo em vista os seguintes valores:

- I. **Sensibilidade:** para perceber a si e ao outro enquanto pessoas humanas que possuem sentimentos, respeito e ideias diferentes. O espaço escolar não pode ser apenas de construção de conhecimentos técnicos pautados no mecanismo. As relações interpessoais precisam nortear os mecanismos de toda e qualquer construção. Os alunos, principais sujeitos-agentes no ambiente escolar, não serão capazes de estruturarem uma carreira profissional digna e competente, sem o constante exercício de valores éticos alicerçados

em sentimentos humanos, no respeito e na busca constante da realização de sonhos e na pluralidade de ideias e respeito às diferenças;

- II. **Autenticidade:** para inter-relacionar teoria e prática na construção do momento histórico dos alunos e dos professores, sempre visando o novo. É importante que toda e qualquer ação de nossos alunos seja respaldada no aprender a aprender a se posicionar e a defender seus posicionamentos, criando conceitos de verdade que possam contribuir para a construção de suas histórias de vida pessoal e profissional, sempre visando à transformação social;
- III. **Autonomia:** construída a partir da necessidade de se formar sujeitos autônomos, que pensem por si mesmo, refletindo acerca das decisões que irão tomar e responsabilizar-se por elas;
- IV. **Criatividade:** como fator resultante do constante exercício do conhecimento, enquanto conjunto de verdades relativas socialmente construídas. Enquanto seres humanos, os alunos devem manter uma relação de interação com o mundo, assim como com o objeto, enquanto sujeitos. O que é imprescindível para que se desenvolva tornando-se sujeito de sua práxis, de maneira que não exista nesse processo, senão homens concretos, situados no tempo e no espaço, inseridos no contexto sócio-econômico-cultural-político, enfim, num contexto histórico;
- V. **Solidariedade:** princípio básico de todas as relações interpessoais entre todos os membros que fazem parte do processo educativo do IFAM, por ser postulado da sociedade democrática.

Contudo, o IFAM tem como função, entre outras, possibilitar o desenvolvimento das habilidades cognitivas e a aquisição de conhecimentos específicos, optando por uma concepção crítico-progressista, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista.

Segundo a concepção mencionada, o conhecimento é resultado da relação sujeito-objeto-realidade, com a mediação do Professor (não apenas pela simples transmissão). O conhecimento se dá pela ação do educando sobre o objeto de estudo (não pela ação do professor). O aluno traz uma bagagem cultural e o novo conhecimento não se dá senão a partir do anterior. Dessa forma, o aluno vai construir o seu conhecimento a partir do seu contato, de sua interação com a realidade.

O conhecimento é construído a partir das experiências sociais culturalmente organizadas no setor produtivo, fundamentando-se teoricamente ao relacionarem conceitos, sistemas explicativos, habilidades e técnicas proporcionadas ao ambiente educativo, articulando teoria-prática, visando o crescimento pessoal resultante da aprendizagem, entendida como um processo em constante construção.

Ao professor, cabe assessorar o aluno na construção do conhecimento, apresentando o conhecimento de formação profissional e de cunho científico para que o aluno assimile-o, retornando-os à estrutura cognitiva já estabelecida. Mas para isso, deve fundamentar continuamente seus conhecimentos sistematizados, a fim de problematizar situações no contexto da sociedade.

3.3.3 FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

Os fundamentos didático-pedagógicos devem direcionar o trabalho pedagógico em toda a sua dimensão.

O processo de apropriação e construção do conhecimento, a organização coletiva do trabalho em sala de aula e o relacionamento interpessoal, são elementos fundamentais que se constituem na unidade de um trabalho pedagógico.

De acordo, com a concepção que defendemos enquanto essência da nossa proposta, os campi, que integram o IFAM, são espaços significativos de aprendizagem a partir de uma Pedagogia Dinâmica e Inovadora, tendo como pressuposto fundamental: *aprender é construir significados e ensinar é oportunizar essa construção.*

Em vista disso, na relação entre professor e aluno consideram-se os seguintes princípios norteadores:

- A prática consiste no aprender a partir da construção de significados, em que o Ensino é o elemento fundamental que oportuniza essa construção. Mas não somente a partir de uma metodologia expositiva, em que o aluno recebe tudo pronto, sem problematizar, por não ser solicitado a fazer relações com o que já conhece, muito menos a questionar a lógica interna do que está recebendo, chegando a acomodar-se;
- Conhecimento antecipado que o aluno traz é o ponto de partida que será desconstruído no decorrer do processo ensino-aprendizagem. É importante valorizar toda e qualquer bagagem cultural que o aluno traz para a Escola, procurando intercambiá-la com os conhecimentos científicos que a Escola oferece nos componentes curriculares;

- Todo esse processo de reconstrução é intercambiado por uma linguagem que evidencia sempre o conhecimento como resultado de problematizações criadas a partir do diálogo entre professor e aluno, que culminem em projetos operacionais.

Para efetivar esse processo de construção, considera-se:

- O **aluno** enquanto sujeito-agente que constrói os conhecimentos tanto ao que adquiriu previamente, quanto os que a Escola oferece sistematicamente, através de relações interpessoais e do exercício de operações mentais exigidas nessas relações. O que é contemplado no aprender significativamente, explicitados nos instrumentos de avaliação;
- A **avaliação**, como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, é um recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem, conquanto sirva para diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos alunos, como também servir de instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, objetivando garantir a qualidade de ensino. Deve permitir ao professor oportunizar ao aluno a reelaboração e ressignificação de um conhecimento com vistas à construção de outros, ajudando-o a identificarem suas falhas, seus pontos fortes e fracos, transformando-se num diagnóstico da aprendizagem por ele realizada, cuja função precípua não é a atribuição de nota, mas apontar para progressos e auxiliar na superação dessas dificuldades. Nessa perspectiva, a avaliação significa encaminhar-se para um processo dialógico, cooperativo, interativo, onde professor e aluno aprendam junto, o que possibilitará a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos;
- O **Professor**, enquanto educador com uma visão holística do homem, vendo-o como um ser bio-psico-social-transcendental que tem sempre ideia de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, é o responsável pelo intercâmbio entre o conhecimento e o aluno. A partir do planejamento do seu fazer pedagógico com objetivos precisos e claros do que e como pretende ensinar, assim como, aonde quer chegar com o que quer ensinar, considerando sempre os conhecimentos prévios dos alunos, o educador contribuirá positivamente no processo ensino-aprendizagem.

A implementação desta Política Pedagógica só surtirá efeito a partir do momento em que houver um real investimento na Capacitação Permanente dos Profissionais que trabalham na

Escola, especialmente os Professores, visando inseri-los nas diferentes mudanças que ocorrem constantemente nas políticas educacionais, sociais, econômicas e culturais, verificadas no mundo do trabalho e na sociedade de modo geral, assegurando as condições necessárias para que aprendam a aprender e continuem aprendendo, condição *Sine qua non* para viabilização do novo Projeto Político Pedagógico Institucional.

3.3.4 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

Falar em *epistemologia* é falar da forma como se constrói o conhecimento, pois etimologicamente “*epísteme*” significa verdade; “*logos*”, das diferentes correntes epistemológicas o IFAM fez sua opção, apoiando-se na Teoria de que o Conhecimento é construído a partir da interação professor-aluno e objeto de conhecimento.

O IFAM acredita que o conhecimento só tem sentido quando possibilita o compreender, o usufruir e o transformar a realidade. Para tanto é importante perceber que o conhecimento tem sentido para o indivíduo quando ele satisfaz a sua curiosidade, sua necessidade de compreender o mundo em que vive. Neste sentido consideramos alguns objetivos ao trabalhar o conhecimento na Escola: a **criticidade, a criatividade e a durabilidade**.

A Instituição de Ensino tem como função, entre outras, possibilitar o desenvolvimento das habilidades cognitivas e a aquisição dos conhecimentos postos na tradição cultural. Neste sentido busca-se a consolidação de uma concepção crítico-progressista, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista.

Segundo a concepção mencionada, o conhecimento é resultado da relação sujeito-objeto-realidade, com a mediação do Professor (não apenas pela simples transmissão). O conhecimento se dá pela ação do educando sobre o objeto de estudo (não pela ação do Professor). O aluno traz uma bagagem cultural (o novo conhecimento não se dá senão a partir do anterior). Dessa forma, o aluno vai construir o seu conhecimento a partir do seu contato, de sua interação com a realidade.

O conhecimento é construído a partir das experiências sociais culturalmente organizadas dos alunos, fundamentando-se teoricamente ao relacionarem-se com conceitos, sistemas explicativos, habilidades e técnicas proporcionadas no ambiente escolar, visando o crescimento pessoal resultante da aprendizagem, entendida como um processo em constante construção.

Nesse processo, o aluno é sujeito-cidadão que construirá seu conhecimento após reinterpretar e desconstruir o conhecimento antigo, considerando os princípios de integridade inerente ao cidadão que percebe a si e ao outro enquanto pessoas humanas.

Ao Professor, cabe assessorar o aluno na construção do conhecimento, apresentando o conhecimento escolar/científico para que o aluno assimile-os, retornando-os à estrutura cognitiva já estabelecida. Mas para isso, deve fundamentar continuamente seus conhecimentos sistematizados, a fim de problematizar situações capazes de desmistificarem os conceitos científicos tidos enquanto verdades absolutas, sempre a partir de uma perspectiva holística.

A execução desta Política Pedagógica só surtirá efeito a partir do momento em que houver um real investimento na Capacitação Permanente dos Profissionais que trabalham na Escola, visando inseri-los nas diferentes mudanças que ocorrem constantemente nas políticas educacionais, sociais, econômicas e culturais, verificadas no mundo do trabalho e na sociedade de modo geral, assegurando as condições necessárias para que aprendam a aprender e continuem aprendendo, condição *Sine qua non* para viabilização do novo Projeto Político Pedagógico Institucional.

3.3.5 OBJETIVOS E METAS DE ENSINO

A busca por um Instituto Federal de excelência exigirá o desenvolvimento de ações inovadoras no tripé ensino, pesquisa e extensão. Essas ações envolvem objetivos e metas para cada uma das dimensões, que serão detalhadas na seção sobre políticas.

Para o ensino, os objetivos são estabelecidos de forma a integrar as políticas de ensino básico, graduação e de pós-graduação. Em destaque, estão metas de ações inovadoras no ensino e no reforço ao impacto social da pós-graduação lato sensu. Adicionalmente, busca-se a ampliação do acesso qualificado ao Instituto Federal do Amazonas e a institucionalização do relacionamento com os egressos.

4 POLÍTICAS DE ENSINO

A política de ensino no âmbito do IFAM, fundamenta-se na preparação do ser humano para entender e intervir adequadamente no meio em que vive, objetivando a formação sob uma visão inter e multidisciplinar de sua área de atuação, com pensamento holístico em suas ações e elevados padrões de criticidade e ética.

Nossas políticas educacionais levam em conta a inclusão e o respeito à diversidade e às especificidades dos indivíduos e comunidades destinatários dos serviços prestados. E as ofertas educacionais serão desenvolvidas por meio da formação inicial e continuada de trabalhadores na Educação Básica, na Educação Profissional e no Ensino de Graduação e de Pós-Graduação. Nas formas: presencial; semipresencial; e à distância.

Os Currículos dos cursos desenvolvidos e estruturados pelo IFAM obedecem aos seguintes princípios e finalidades: a integração de diferentes formas de educação para o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia, devendo conduzir ao permanente desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos para a vida produtiva e social; a organização dá-se por Eixos Tecnológicos e Áreas de Conhecimento, conforme as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, o estudo do perfil profissional e os conhecimentos necessários ao exercício da profissão, em consonância com as demandas da sociedade e do mundo do trabalho; a construção de conhecimentos em todos os níveis, modalidades, procedimentos didático-metodológicos e práticas profissionalizantes; e a avaliação dos programas e conteúdos dos cursos ofertados, visando à maior sintonia entre o IFAM e o ambiente socioeconômico em que está inserido, por meio do acompanhamento de egressos, do diagnósticos da Comissão Avaliadora dos Cursos, da pesquisa no mundo do trabalho.

Os Planos de Cursos de Educação Profissional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação são elaborados em consonância às prescrições da legislação educacional vigente e são submetidos à aprovação pelo Conselho Superior, e procuram conter como itens de desenvolvimento: a identificação do curso; as justificativas e objetivos; os requisitos de acesso; o perfil profissional de conclusão; a organização curricular; critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores; os critérios de avaliação; demonstrativo de instalações e equipamentos; demonstrativo de pessoal docente e técnico; condições de certificação ou diplomação.

Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores no IFAM incluem a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, serão ofertados segundo itinerários formativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento para a vida social e produtiva e em atendimento à demanda do mundo do trabalho. Articulam-se preferencialmente com os cursos de Educação de Jovens e Adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. E seguem regulamentação específica sobre a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada.

Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são desenvolvidos em articulação com o Ensino Médio, nos termos da legislação em vigor, sendo organizados nas

seguintes formas: integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o discente à habilitação profissional técnica de nível médio, com matrícula única para cada discente; concomitante, oferecida paralelamente ao Ensino Médio cursado em outra instituição de ensino pelo mesmo discente, com matrícula distinta daquela realizada no Ensino Médio; subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

O IFAM, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação Jovens e Adultos, oferta as seguintes modalidades de formação: Formação Inicial e Continuada de forma articulada com o Ensino Fundamental, destinada aos jovens e adultos, objetivando a qualificação para o mundo do trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, destinada aos jovens e adultos que não iniciaram ou concluíram seus estudos na idade própria, objetivando a habilitação profissional técnica.

A Educação Profissional do Campo, é destinada à população rural localizada nas mesorregiões dos *campi* do IFAM, visam ao princípio da sustentabilidade para assegurar a preservação da vida no campo. E também possui regulamentação própria.

A Educação Escolar e Intercultural Indígena, é destinada às comunidades indígenas localizadas nos territórios etnoeducacionais das mesorregiões dos *campi* do IFAM, respeita as especificidades etnoculturais e visa à valorização plena das diferentes culturas e à afirmação das diversidades étnicas, possuindo regulamentação própria.

A Educação a Distância caracteriza-se como uma modalidade de atendimento na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de tecnologias da informação e comunicação, em que discentes e docentes desenvolvem atividades educativas em lugares ou tempos diversos entre si, podendo ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais: Educação Básica - entendendo-se como Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes; Educação Profissional - de Nível Médio e Superior; Educação Superior - de Graduação e Pós-Graduação.

Todos seus cursos e programas são organizados mediante metodologias, gestão e avaliação peculiares, com previsão obrigatória de momentos presenciais para: avaliação de discentes; estágios obrigatórios, quando previstos nos Planos de Cursos ou Projetos Pedagógicos de Curso; defesa de trabalho de conclusão de curso, quando prevista nos Planos de Curso ou Projetos Pedagógicos de Curso; atividades complementares relacionadas a laboratórios de ensino ou visitas técnicas, quando for o caso.

Na modalidade EaD, a avaliação da aprendizagem do discente para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem, mediante: cumprimento das atividades programadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); realização de exames presenciais. Sendo os mesmos condicionados a mesma forma de certificação que seus equivalentes na modalidade presencial, devendo igualmente seguir os critérios de matrícula adotados pelo IFAM. Também possuem regulamentação própria.

A Educação Superior envolve cursos de Graduação e Pós-Graduação, em níveis e modalidades adequadas aos perfis de atendimento dos *campi* e segundo os princípios de verticalização e horizontalização do ensino.

A Educação Superior de Graduação consolida e aprofunda conhecimentos da Educação Básica, insere conteúdos específicos da formação em curso, prepara e aprimora o egresso para estudos avançados em nível de pós-graduação, visando a sua inserção no mundo do trabalho. Seus cursos são abertos a candidatos que tenham concluído a última etapa da Educação Básica e classificados em processo seletivo, serão ofertados na forma de Cursos Superiores de Tecnologias, de Licenciaturas e Bacharelados.

Já os Cursos Superiores de Tecnologia possuem graduações de menor duração, de abrangência específica das grandes áreas de formação, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais dos Cursos Tecnológicos. Os de Licenciatura formam profissionais para atuação na Educação Básica — especificamente para o atendimento nas disciplinas que integram o currículo dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, envolvendo, além do exercício da docência, a pesquisa e a extensão.

Os de Bacharelado formam profissionais fundamentados na competência teórico-prática, de acordo com o perfil do formando em diferentes áreas de conhecimento e aptos para inserção e atuação em setores profissionais, atendendo demandas da sociedade. O IFAM também oferece programas especiais de formação pedagógica visando suprir a demanda das escolas com professores não licenciados em determinadas disciplinas e em diferentes localidades.

A Pós-Graduação no IFAM tem por objetivo a formação de profissionais especializados nas diferentes áreas do saber, com vistas ao processo de produção do conhecimento, inovação tecnológica, difusão do conhecimento e exercício da docência na educação superior. E organizada em programas *Lato Sensu* de Aperfeiçoamento e Especialização e em programas *Stricto Sensu* de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado. Sendo estruturados por área(s) de concentração e com linhas de pesquisa. E submetida à regulamentação específica definida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

4.1 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas oferta educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, ministrando cursos técnicos de nível médio, na forma de cursos integrados, subsequente e Educação de Jovens e Adultos; e em nível de educação superior, os cursos de tecnologia, cursos de licenciatura, cursos de bacharelados, cursos de pós-graduação *lato e strictu sensu*.

Com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais em todos os níveis de escolaridade ministra, também, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores.

Na busca de inovações tecnológicas e difusão de conhecimentos científicos, o IFAM promove a pesquisa básica e aplicada e desenvolve atividades de extensão em conformidade com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.

Com a regulamentação do Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o IFAM promove uma política de educação à distância. Neste sentido, implantará um sistema integrado e harmonioso de educação à distância em nível institucional, por se tratar de uma modalidade de ensino que tem condições de atingir todo estado.

Para atender essa demanda, o IFAM buscará preparar profissionais para criar, mediar e orientar cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) e compreendendo as etapas desses processos interativos, buscará ferramentas tecnológicas e abordagens em EaD na formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Numa abordagem humanística e democrática que percebe o sujeito e suas singularidades e tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social dos sujeitos, o IFAM buscará, em suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, a participação de todos que respondam à diversidade etnoculturais preconizada nos pressupostos da Educação Inclusiva. Com força transformadora, a educação inclusiva aponta para uma sociedade também inclusiva.

Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nos campi de modo que estes respondam à diversidade de alunos. A Educação Inclusiva atenta à diversidade inerente à espécie humana busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino profissional de forma a promover o acesso à aprendizagem e ao desenvolvimento pessoal de todos. A prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível exigirá mudanças significativas na

estrutura e no funcionamento dos campi, na formação humana dos professores e nas relações família-escola.

Para atender os desafios da Educação a Distância e da Educação Inclusiva, bem como a diversidade de níveis e modalidades de ensino, o IFAM, pretende impulsionar ações concretas para formação inicial e continuada de trabalhadores.

4.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

A Organização Didática-Pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas organiza os procedimentos didático-pedagógicos, relativos ao processo educacional do Instituto. É prevista na Lei Nº 9.394 de 20/12/1996, no Decreto Nº 5.154, de 23 de julho de 2004 e na Lei Nº 11.892 de 29/12/2008.

Foi instituída pela Resolução Nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, a partir do processo Nº. 23042.001237/2011-88, de 20 de outubro de 2011, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal do Amazonas; na deliberação na 11ª Reunião Ordinária do Conselho Superior em sessão realizada no dia 5 de julho de 2012, para a realização de reunião extraordinária específica, para tratar da matéria; no trabalho da Comissão Revisora constituída pela Resolução Nº. 19-CONSUP/IFAM, de 5 de julho de 2012.

Na Convocação dos Conselheiros para a realização da 7ª reunião extraordinária, através dos Ofícios-Circulares Nº. 05/CONSUP/IFAM, de 06/08/2012 e 06-CONSUP/IFAM, de 10/08/2012, respectivamente; no Parecer favorável da relatoria sobre a matéria, e na decisão por unanimidade de votos pelos demais Conselheiros, em sessão realizada no dia 16 de agosto de 2012; além do disposto no item VI, do art. 10 da Portaria Nº. 373-GR/IFAM, de 31 de agosto de 2009, DOU de 1º de setembro de 2009.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

Considerando que a sociedade contemporânea caracteriza-se pela dinamicidade e por constantes transformações técnicas, o perfil profissional do egresso deve ser estabelecido de forma que o aluno possa construir um conjunto de competências que possibilitem compreender a sociedade que ele está inserido, conhecer as formas de produção e interferir no processo produtivo, adquirindo habilidades que o capacitem para o exercício da reflexão, da crítica, do estudo e da criatividade.

4.4 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

No IFAM, o processo de ensino e aprendizagem deve possibilitar ao educando uma formação integral, em que sejam desenvolvidas potencialidades focadas no mundo do trabalho e no exercício da cidadania, que está normatizado pela Organização Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, conforme os princípios e orientações contidos na Lei Nº 9.394, de 20/12/1996, no Decreto Nº 5.154, de 23/7/2004, e na Lei Nº 11.892, de 29/12/2008.

O processo educativo-escolar no IFAM, estruturado por meio de seus currículos e programas, fundamenta-se em bases filosóficas, epistemológicas, socioculturais, legais e metodológicas, definidas no seu Projeto Político Institucional. E tem como objetivo formar profissionais para o domínio teórico-prático, em conformidade com a legislação educacional, de modo a oportunizar a construção de saberes e tecnologias necessários à sociedade, integrando trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, viabilizando ações transformadoras entre o Instituto e a sociedade e tem como objetivos a integração de práticas de mediação entre o ensino e a pesquisa; promover a relação teórico-prática, constituindo-se num processo de interação entre a pesquisa e a realidade social; colaborar na transformação da sociedade, por intermédio de formas diretas de atuação; estabelecer mecanismos que viabilizem a relação interinstitucional.

Os cursos de extensão serão oferecidos com o propósito de construir e difundir conhecimentos tecnológicos, pedagógicos, culturais e técnico-científicos nas comunidades com as quais o IFAM se relaciona. As atividades de extensão poderão ocorrer na forma de serviços, programas, projetos, atividades culturais, consultorias, cursos, treinamentos, assessorias, transferência de tecnologias, estágios e empregos, visitas técnicas e gerenciais, acompanhamento de egressos, produção e publicação científica ou acadêmica, entre outras ações similares, visando à integração do IFAM com os diversos segmentos da sociedade. Sendo as mesmas objeto de regulamentação específica a ser definida pela Pró-Reitoria de Extensão em consonância com as decisões do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e depois de ouvidos os setores competentes dos *campi*.

As atividades de pesquisa e inovação são objeto de regulamentação específica definida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação em consonância com as decisões dos colegiados envolvidos. A pesquisa no IFAM tem como finalidade a produção, o aprofundamento, a ampliação e a aplicação do conhecimento, devendo ser desenvolvida como

atividade indissociável do ensino e da extensão e necessariamente vinculada à produção científica ou tecnológica e à inovação.

Sendo consideradas atividades de pesquisa as ações executadas com o objetivo assimilar conhecimento do estado da arte de determinada área científica e de produzir conhecimento que contribua para o avanço de área científica. Poderá ser desenvolvida nas seguintes categorias de pesquisa básica ou como pesquisa aplicada. A primeira é constituída pelo estudo teórico e/ou experimental que visa contribuir de forma original e incremental para a compreensão dos fatos, fenômenos observáveis ou teorias, com clara indicação de sua aplicabilidade futura. A segunda é constituída pela atividade de prática, ou seja, procura determinar os possíveis usos para as descobertas da pesquisa básica ou para definir novos métodos ou maneiras de alcançar objetivo específico.

4.5 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Ao definirmos os princípios filosóficos e teórico-metodológicos a serem adotados como componentes balizadores de nossa prática educativa, é preciso termos em conta que somos uma instituição de educação, focada na promoção de processos geradores de ciência e tecnologias.

Neste sentido, importa-nos considerar a concepção sistêmica de educação mencionada e acolhida no Plano de Desenvolvimento Educacional - PDE (MEC, 2007), articulando-a uma concepção mais rica e transformada da ciência que propicie o imprescindível diálogo entre objeto e sujeito, entre antropossociologia e ciências naturais. Com essa articulação, à luz do documento do PDE, podemos chegar a uma virtuosa e indissociável combinação entre o ensino de ciências naturais, humanidades (incluindo Filosofia e Sociologia) e a educação profissional e tecnológica, viabilizando-se a reposição o debate da politécnia em novas bases, na perspectiva “da superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante”, possibilitando o rompimento com o ensino de viés mecanicista e objetivante (MEC, 2007, p. 33).

Da compreensão da perspectiva teórico-metodológica, surge a possibilidade de um corolário ordenador que se vincula à educação enquanto face de um processo que se desenvolve dialeticamente, visando à construção da autonomia implicada na “formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” (MEC, op. cit. p. 5), incluindo-se aí a abrangência das formas como as relações sociais são produzidas e as condições concretas de existência são construídas, a partir destas relações.

E, neste plano de contextualização teórico-metodológica, pretende-se que nossa opção de tendência mais viável e aproximada de uma coerência com os pressupostos estabelecidos numa

perspectiva promotora de processos tecnológicos voltados para a transformação da sociedade, bem como para a emancipação dos seres humanos, seja baseada na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos ou Pedagogia Histórico-Crítica.

A eleição desta proposta de abordagem, enquanto orientadora de nossas práticas educativas, implica no empenho focado na compreensão da questão educacional baseada no desenvolvimento histórico objetivo, de forma a contribuir para a formação da cidadania, sob as condições da criticidade que leva ao comprometimento político, em condições histórico-sociais determinadas.

4.6 AVALIAÇÃO

Neste contexto, a avaliação do rendimento acadêmico será contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e será feita por componente curricular/disciplina, abrangendo, simultaneamente, os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

A sistemática avaliativa do IFAM compreende avaliação diagnóstica, formativa e somativa, estabelecida previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Curso e nos Planos de Ensino. A diagnóstica ocorre no início e no decorrer de cada série/módulo/período letivo e estabelecida previamente nos Planos de Ensino e as demais no decorrer do processo educativo.

A avaliação da aprendizagem deve ocorrer de modo a possibilitar ao discente o desenvolvimento da pesquisa, da atitude reflexiva, da criatividade e de sua plena formação. E possui como parâmetros os princípios e finalidades do Projeto Político-Pedagógico Institucional, dos Planos e Projetos Pedagógicos de Curso e dos Planos de Ensino.

Os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos professores nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento: do raciocínio; do senso crítico; da capacidade de relacionar conceitos e fatos; de associar causa e efeito; de analisar e tomar decisões; de inferir e de síntese.

A Avaliação da Aprendizagem é diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de: provas escritas; trabalhos individuais ou em equipe; – exercícios orais ou escritos; artigos técnico-científicos; produtos e processos; pesquisa de campo, elaboração e

execução de projetos; oficinas pedagógicas; aulas práticas laboratoriais; seminários e auto avaliação.

Permanecendo sua natureza também poderá variar, pois pode ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se por disciplina a aplicação mínima de: 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para o Ensino Médio, nas Formas Integrada e Concomitante; 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo, para o Ensino Médio na Forma Subsequente; 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para o Ensino de Graduação.

Na modalidade EaD, o processo de avaliação da aprendizagem é contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e nos encontros presenciais. Cabendo ao professor deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

4.7 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS

Ao longo do período de 2014-2018, verifica-se a necessidade de ruptura de práticas pedagógicas que, ainda, são utilizadas no IFAM e que já não dão conta de manter os currículos dos cursos atualizados frente às novas demandas dos discentes, assim como da própria sociedade. Pensando nisso, pretendemos colocar em práticas algumas ações que possam contribuir para mudar essa realidade, tais como:

- A instalação e consolidação de Fóruns de discussão da Formação Profissional dos currículos dos cursos por Eixo Tecnológico numa perspectiva *intercampi*, ou seja, com a participação dos *campi* envolvidos no respectivo Eixo;
- Institucionalização do Núcleo Docente Estruturante da Formação Geral do currículo integrado na perspectiva *intercampi* em contínua interlocução com os Fóruns de discussão dos cursos por Eixo Tecnológico;
- Nuclear os conhecimentos do currículo integrado (Formação Geral e Formação Profissional) numa base não disciplinar, mas por projetos interdisciplinares.

4.8 POLÍTICAS DE ESTÁGIO

A política de estágio do IFAM é composta por um conjunto de atividades de aprendizagem profissional, social e cultural, proporcionadas aos estudantes pela participação em situações reais de vida e de trabalho, direcionadas à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil profissional, sob responsabilidade e coordenação de cada Campus do IFAM, com regulamentação própria, respeitada a legislação vigente.

Assim, a prática profissional passa a ser desenvolvida nos cursos do IFAM por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Curso: estágio supervisionado obrigatório; projeto de conclusão de curso técnico (PCCT); trabalho de conclusão de curso (TCC) ou atividades complementares.

O discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Integrada, Concomitante e Subsequente, inclusive nas Modalidades de Educação de Jovens e Adultos e na Educação a Distância, conforme previsto nos Planos de Curso, cumprem carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório ou do Projeto de Conclusão de Curso Técnico para o cumprimento de sua prática profissional mínima. Já para os discentes dos cursos da educação superior, a prática profissional será cumprida conforme se estabelece nas legislações específicas e nos Projetos Pedagógicos de Curso correspondentes.

4.9 PRÁTICA PROFISSIONAL – ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

O Estágio é o ato educativo escolar supervisionado obrigatório, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional e nas modalidades profissionais de educação de Jovens e Adultos e Educação a Distância. Ele integra o itinerário formativo do educando e visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e o mundo do trabalho.

O Estágio Supervisionado Obrigatório é regido por regulamento aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) do IFAM, atendidas as disposições das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão. Quanto a sua obrigatoriedade, carga-horária e atividades a serem desenvolvidas no Estágio, estes são determinadas de acordo com a natureza da formação profissional, e o estabelecido nos Planos de Curso, Projetos Pedagógicos de Curso e nas disposições legais, sendo a diplomação realizada somente após a conclusão e aprovação no Estágio Supervisionado Obrigatório, quando este estiver previsto.

O Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) envolve a construção de um projeto, seu desenvolvimento e sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da ABNT. Sua elaboração constitui-se numa atividade acadêmica que objetiva a aplicação e a ampliação do conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado à profissão, a ser realizada mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente.

Com isso, visa proporcionar experiências práticas específicas aos discentes, tendo em vista a integração com o mundo do trabalho e o convívio sócio profissional. Envolve a execução e o desenvolvimento de práticas pelo discente na própria Instituição e/ou em instituições parceiras. Possui suas normas de desenvolvimento estabelecidas em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste na sistematização dos resultados do Projeto correspondente, desenvolvido mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação. Podendo ser de produção acadêmica, resultante de pesquisa científica sobre um determinado objeto, ato, fato ou fenômeno da realidade ou da produção técnica ou tecnológica, visando à aplicabilidade nos diversos campos do saber, com atendimento aos padrões técnicos de intervenção. São regidos por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

4.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares constituem-se de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento da sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa. Sendo consideradas como atividades complementares as experiências adquiridas pelos discentes, durante o curso, em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social. Elas integram o currículo dos Cursos de Graduação, como requisitos curriculares suplementares de livre escolha, com carga horária mínima estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso.

4.11 OFERTAS DE CURSOS E PROGRAMAS

O IFAM apresenta a seguir relação dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas modalidades integrada, concomitante e subsequente. Cursos de Graduação envolvendo as tecnologias, licenciaturas e bacharelados e Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* que serão ofertados no horizonte de 05 (cinco) anos. Observa-se um significativo incremento de

curso e vagas necessários a ampliação de vagas no IFAM no período em cumprimento ao estabelecido quando da sua institucionalidade, incluindo o cronograma de expansão na vigência do PDI, conforme detalhamento a seguir:

- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

CAMPUS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO /MODALIDADE	MATRÍCULAS	TURNO	PERÍODO				
					2014	2015	2016	2017	2018
MANAUS CENTRO	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Edificações	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Química	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Eletrotécnica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Mecânica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Edificações	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Química	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Eletrotécnica	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Mecânica	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Segurança do Trabalho	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Edificações	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Mecânica	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática para Internet	Subsequente	40	Vespertino		X			
	Programação de Aplicativos Móveis	Subsequente	40	Noturno			X		
	Guia de Turismo	Subsequente	40	Noturno			X		
	Florestas	Subsequente	40	Vespertino				X	
	Refrigeração e Climatização	Subsequente	40	Vespertino			X		
	Plástico	Subsequente	40	Noturno		X			
Manutenção Automotiva	Subsequente	40	Vespertino				X		
Metrologia	Subsequente	40	Noturno			X			
Desenho de Construção Civil	Subsequente	40	Noturno		X				
Agrimensura	Subsequente	40	Vespertino				X		
Biotecnologia	Subsequente	40	Vespertino				X		
Biocombustíveis, Petróleo e Gás Natural	Subsequente	40	Noturno			X			
MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	Eletrônica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Mecatrônica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Eletrônica	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X				
	Logística	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Eletrônica	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Automação Industrial	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Logística	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Mecatrônica	Concomitante	40	Matutino	X				
	Eletrônica	Concomitante	40	Matutino	X				
Logística	Concomitante	40	Vespertino	X					
MANAUS ZONA LESTE	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Mecatrônica	Integrado	40	Noturno				X	
	Zootecnia	Integrado	40	Diurno				X	
	Contabilidade	Integrado	40	Diurno				X	
	Logística	Integrado	40	Diurno				X	
	Informática para Internet	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Secretariado	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Florestas	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	40	Noturno			X		X
	Vendas	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Logística	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Agroecologia	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Fruticultura	Subsequente	40	Noturno		X		X	
Segurança do Trabalho	Subsequente	40	Noturno				X		

	Topografia	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Edificações	Subsequente	40	Noturno					X
	Laboratório de Biologia e Química	Subsequente	40	Noturno					X
	Jurídico	Subsequente	40	Noturno			X		
	Biotecnologia	Subsequente	40	Noturno			X		
PRESIDENTE FIGUEIREDO	Mecânica	Integrado	40	Diurno	X		X		X
	Eletrotécnica	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agroecologia	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Eletrotécnica	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Comércio	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Eventos	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Guia de Turismo	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X
Agropecuária		Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
Meio Ambiente		Integrado	30	Diurno	X	X	X	X	X
Informática		Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
Administração		Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
Informática		Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
Enfermagem		Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
Agente Comunitário de Saúde		Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
Secretaria Escolar.		Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
LÁBREA	Administração	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Secretariado	Integrado/PROEJA	25	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado/PROEJA	25	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Secretariado	Subsequente	80	Noturno	X	X	X	X	X
	Florestas	Subsequente	160	Noturno	X	X	X	X	X
COARI	Recursos pesqueiros	Subsequente	160	Noturno	X	X	X	X	X
	Agroindústria	Subsequente	80	Matutino	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Matutino	X	X	X	X	X
	Manutenção e Suporte em Informática	Integrado	40	Matutino	X	X	X	X	X
	Edificações	Integrado	40	Matutino	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Matutino	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Manutenção e Suporte em Informática	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Secretaria Escolar	Integrado/PROEJA	40	Noturno		X	X	X	X
	Meio Ambiente	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Manutenção e suporte em Informática	Subsequente	40	Vespertino / Matutino / Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Vespertino / Matutino / Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Vespertino / Matutino / Noturno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Vespertino / Matutino / Noturno	X	X	X	X	X
	Edificações	Subsequente	40	Vespertino / Matutino / Noturno	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Vespertino / Matutino / Noturno	X	X	X	X	X
	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	40	Vespertino / Matutino / Noturno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	
	Rede de computadores.	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	
	Agroecologia	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	
	Secretariado	Integrado	40	Diurno		X	X	X	X

MAUÉS	Recursos Pesqueiros	Integrado	40	Diurno		X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno		X	X	X	X
	Administração	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado/PROEJA	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	
	Segurança no Trabalho	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	
	Agroecologia	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	
	Enfermagem	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
Informática	Subsequente	40	Noturno			X	X	X	
PARINTINS	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática para Internet	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X		
	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X			
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática para Internet	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Serviço Público	Subsequente	40	Noturno				X	X
	Florestas	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Agroecologia	Subsequente	40	Noturno		X			
	Redes de Computadores	Subsequente/EaD	40	Vespertino		X			
	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente/EaD	40	Noturno			X		
Secretaria escolar	Subsequente/EaD	40	Noturno		X		X		
Processamento do Pescado	Subsequente/EaD	40	Vespertino			X	X		
TABATINGA	Meio Ambiente	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado/ PROEJA Indígena	40	Noturno		X	X	X	X
	Meio Ambiente Subsequente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agropecuária Subsequente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração Subsequente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática Subsequente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Redes de computadores	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agente comunitário de saúde	Subsequente	40	Noturno		X	X	X	X
	Hospedagem	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Contabilidade	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
Eventos	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X	
HUMAITÁ	Agropecuária	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Mecatrônica	Integrado	40	Noturno				X	
	Zootecnia	Integrado	40	Diurno				X	
	Contabilidade	Integrado	40	Diurno		X	X	X	
	Informática para Internet	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Secretariado	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Florestas	Subsequente	40	Noturno	X		X		X
	Manutenção e Suporte em Informática	Subsequente	40	Noturno			X		X
	Vendas	Subsequente	40	Noturno			X	X	
	Logística	Subsequente	40	Noturno			X	X	
	Agroecologia	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Fruticultura	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Segurança do Trabalho	Subsequente	40	Noturno				X	
	Topografia	Subsequente	40	Noturno		X		X	
	Edificações	Subsequente	40	Noturno					X
	Laboratório de Biologia e Química	Subsequente	40	Noturno					X
	Jurídico	Subsequente	40	Noturno			X		
	Biotechnology	Subsequente	40	Noturno			X		
	ITACOATIARA	Agronegócio	Integrado	40	Diurno			X	X
Informática		Integrado	40	Diurno			X	X	X
Administração		Integrado	40	Diurno			X	X	X
Administração		Integrado/PROEJA	40	Noturno		X		X	
Administração		Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X

	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Contabilidade	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agronegócio	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
TEFÉ	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Contabilidade	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
EIRUNEPÉ	Informática	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agronegócio	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Contabilidade	Integrado	40	Diurno			X	X	X
	Administração	Integrado/PROEJA	40	Noturno			X	X	X
	Informática	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Subsequente	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agronegócio	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Contabilidade	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
MANACAPURU	Informática	Integrado/Sub.	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Administração	Integrado/Sub.	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Subsequente	40	Noturno			X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	40	Noturno			X	X	X

Tabela 6 Evolução de oferta de Cursos de Educação Profissional de Nível Médio

- GRADUAÇÃO

Pensar a visão de futuro no que diz respeito à Graduação no IFAM, passa pela implementação de ações no horizonte 2014-2018, cujas previsões encontram-se listadas na Tabela 07, a seguir:

CAMPUS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO /MODALIDADE	MATRÍCULAS	TURNO	PERÍODO				
					2014	2015	2016	2017	2018
MANAUS CENTRO	Comunicação	Bacharelado	40	Vespertino			X	X	X
	Engenharia de Alimentos	Bacharelado	40	Vespertino			X	X	X
	Engenharia Química	Bacharelado	40	Vespertino			X	X	X
	Engenharia Civil	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Engenharia Mecânica	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Química	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Arquitetura	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Física	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Matemática	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Química	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Biologia	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Geoprocessamento	Tecnologia	40	Vespertino			X	X	X
	Redes de Computadores	Tecnologia	40	Vespertino	X	X	X	X	X
	Gestão Ambiental	Tecnologia	40	Vespertino				X	X
Clima e Meio Ambiente	Tecnologia	40	Vespertino			X	X	X	
Construção de Edifícios	Tecnologia	40	Noturno	X	X	X	X	X	
Produção Publicitária	Tecnologia	40	Vesp./Not.	X	X	X	X	X	
MANAUS DISTRITO INDUSTRIAL	Eletrônica Industrial	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Mecatrônica Industrial	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Sistema de Telecomunicações	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado	40	Diurno	X	X	X	X	X
	Logística	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Engenharia Elétrica	Bacharelado	40	Diurno		X	X	X	X
	Engenharia da Produção	Bacharelado	40	Diurno		X	X	X	X
MANAUS ZONA LESTE	Medicina Veterinária	Bacharelado	40	Integral	X	X	X	X	X
	Engenharia Florestal	Bacharelado	40	Integral		X	X	X	X
	Aquicultura	Tecnologia	40	Matutino		X	X	X	X
	Agroecologia	Tecnologia	40	Integral	X	X	X	X	X
	Ciências Agrárias	Licenciatura	40	Matutino		X	X	X	X
	Agronomia	Bacharelado	40	Diurno				X	X
	Ciências da Informação	Bacharelado	40	Diurno				X	X

PRESIDENTE FIGUEIREDO	Biologia	Licenciatura	30	Noturno			X	X	X
	Engenharia de Pesca	Bacharelado	30	Diurno				X	X
SÃO GABRIEL DA CACHEIRA	Informática	Bacharelado	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Enfermagem	Bacharelado	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Bacharelado	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Licenciatura Intercultural Indígena em Ensino de Física	Licenciatura	40	Noturno	X	X	X	X	X
LÁBREA	Medicina Veterinária	Bacharelado	40	Diurno					X
	Geografia	Licenciatura	40	Diurno			X	X	X
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia	40	Noturno			X	X	X
	Agronomia	Bacharelado	40	Noturno				X	X
	Administração	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Pedagogia	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Química	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
COARI	Física	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Informática	Licenciatura	40	Noturno			X	X	X
	Aquicultura	Tecnologia	40	Noturno			X	X	X
MAUÉS	Administração	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Gestão de Tecnologia da Informação	Tecnologia	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Agroecologia	Tecnologia	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Administração	Bacharelado – EaD	40	Noturno	X	X	X	X	X
	Ciências Biológicas	Licenciatura	40	Noturno		X	X	X	
	Agronegócio	Tecnologia – EaD	40	Noturno		X	X	X	
	Recurso Pesqueiro	Tecnologia	40	Noturno			X	X	
PARINTINS	Turismo	Tecnologia – EaD	40	Noturno			X	X	
	Segurança da Informação	Tecnologia	40	Noturno					X
	Gestão Comercial	Bacharelado	40	Noturno				X	X
	Agronegócio	Tecnologia	40	Noturno			X	X	X
	Informática	Licenciatura – EaD	40	Noturno		X		X	
TABATINGA	Ciências Naturais	Licenciatura – EaD	40	Vespertino		X		X	X
	Aquicultura	Tecnologia	40	Noturno		X	X	X	X
	Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND	Licenciatura	40	Diurno			X	X	X
HUMAITÁ	Administração	Bacharelado	40	Noturno			X	X	X
	Biologia	Licenciatura	30	Noturno			X		
	História	Licenciatura	30	Noturno			X		
	Engenharia de Pesca	Bacharelado	30	Diurno				X	
	Medicina Veterinária	Bacharelado	30	Diurno					X
	Geoprocessamento	Tecnologia	30	Noturno				X	
	Engenharia Florestal	Bacharelado	30	Diurno				X	
ITACOATIARA	Informática	Licenciatura	30	Noturno			X		X
	Agronegócio	Tecnologia	40	Diurno		X			X
TEFÉ	Contabilidade	Bacharelado	40	Diurno			X		X
	Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND	Licenciatura	40	Diurno		X	X	X	X
	Aquicultura	Tecnologia	40	Noturno				X	X
EIRUNEPÉ	Agronomia	Bacharelado	40	Noturno					X
	Licenciatura Intercultural Indígena – PROLIND	Licenciatura	40	Diurno		X	X	X	X
MANACAPURU	Aquicultura	Tecnologia	40	Noturno				X	X
	Agronomia	Bacharelado	40	Noturno					X
	Agroindústria	Tecnologia	40	Noturno					X

Tabela 7 Evolução de oferta de Cursos de Graduação (tecnologias, licenciaturas e bacharelados).

4.12 PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

4.12.1 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O PARFOR, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior.

O Programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de:

I. Licenciatura – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;

II. Segunda licenciatura – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica; e

III. Formação pedagógica – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

O objetivo do PARFOR é induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Desta forma, o IFAM apresenta um plano de oferta de Cursos de Formação de Professores conforme obedecendo as seguintes orientações:

- I. Oferecer os cursos de Complementação Pedagógica nas Licenciaturas em Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática para o CMC e todas as unidades do interior;
- II. Oferecer a 1ª. Licenciatura em Libras e também o Ensino de Informática no CMC;
- III. Continuar oferecendo a 2ª. Licenciatura em Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática no Campus Manaus Centro.

4.13 PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

O PROLIND é um programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica. O objetivo é formar professores para a docência no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental das comunidades indígenas.

O programa estimula o desenvolvimento de projetos de curso na área das Licenciaturas Interculturais em instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) em articulação com os sistemas de ensino implementam políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, à promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Para tanto, foi planejada pelo IFAM um Plano de oferta de Cursos de Formação de Professores (PARFOR e PROLIND) conforme composição na Tabela 7 obedecendo às orientações a seguir:

CAMPUS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO /MODALIDADE	MATRÍCULAS	TURNO	PERÍODO				
					2014	2015	2016	2017	2018
MANAUS CENTRO	2ª. Licenciatura em Física – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	2ª. Licenciatura em Ciências Biológicas – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	2ª. Licenciatura em Química – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	2ª. Licenciatura em Matemática – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	1ª. Licenciatura em Libras – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	1ª. Licenciatura em Ensino de Informática – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	Complementação Pedagógica no Ensino de Física – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	Complementação Pedagógica no Ensino de Ciências Biológicas – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	Complementação Pedagógica no Ensino de Química – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
	Complementação Pedagógica no Ensino de Matemática – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Noturno	X	X	X	X	X
LÁBREA	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Diurno			X	X	X
	Libras	Licenciatura/PARFOR	40	Noturno			X	X	X
COARI	Libras	Licenciatura/PARFOR	40	Noturno			X	X	X
	Libras	Licenciatura/PARFOR	40	Noturno			X	X	X
MAUÉS	2ª. Licenciatura em Matemática – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral			X	X	X
	Libras	Licenciatura/PARFOR	40	Noturno			X	X	X
TABATINGA	Libras	Licenciatura/PARFOR	40	Noturno			X	X	X
	2ª. Licenciatura em Matemática – PARFOR	Licenciatura/PARFOR	40	Integral		X	X	X	X

	PARFOR							
	Libras	Licenciatura/PARFOR	40	Noturno			X	X
HUMAITÁ	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Diurno			X	X
ITACOATIARA	Libras	Licenciatura/PARFOR	40	Noturno			X	X
TEFÉ	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Diurno			X	X
EIRUNEPÉ	Licenciatura Intercultural Indígena	Licenciatura	40	Diurno			X	X

Tabela 8 Evolução de oferta de Cursos de Graduação -Formação de Professores PARFOR, PROLIND).

4.14 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

A educação a distância vem contribuindo para construção de novos paradigmas educacionais no sentido de conceber um sistema aberto de educação implicando processos transformadores que decorrem da experiência de cada um dos sujeitos da ação educativa.

A educação a distância em ambientes virtuais permite romper com as distâncias espaço-temporais e viabiliza a interatividade, recursividade, múltiplas interferências, conexões e trajetórias, não se restringindo à disseminação de informações e tarefas inteiramente definidas a priori.

As inovações tecnológicas trouxeram novas perspectivas para a educação a distância, devido às facilidades de design e produção sofisticados, rápida emissão e distribuição de conteúdos, interação com informações, recursos e pessoas.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, os institutos federais passam a oferecer cursos à distância através de recursos telemáticos os quais podem assumir distintas abordagens. No IFAM foi instituída a Diretoria de EaD detentora de atuação sistêmica e diretamente subordinada a Pró-reitoria de Ensino. foi implantado o Núcleo Tecnológico de Educação a Distância – NUTEAD a fim de capacitar os servidores e criar condições de acessibilidades às diversas plataformas, bem como, traçar o programa de atendimento nessa modalidade de ensino.

Os sistemas computacionais que permitem apresentar as informações de maneira organizada e no momento apropriado, desenvolver interações e elaborar produções, são denominados ambientes virtuais de colaboração e aprendizagem, constituídos a partir de um grupo de pessoas que utilizam software específicos para a comunicação à distância mediada pelas tecnologias do conhecimento.

As interações entre pessoas e objetos de conhecimento são propiciadas pela mediação das tecnologias e de um professor orientador. As atividades se desenvolvem no tempo, ritmo de trabalho e espaço em que cada participante se localiza, de acordo com uma intencionalidade explícita e um planejamento que constitui a espinha dorsal das atividades a realizar, revisto e reelaborado continuamente no andamento das interações.

Os recursos dos ambientes virtuais de colaboração e aprendizagem são basicamente os mesmos existentes na Internet (correio, fórum, bate-papo, conferência, banco de recursos etc.).

Esses ambientes têm a vantagem de propiciar a gestão da informação segundo critérios pré-estabelecidos de organização definidos de acordo com as características de cada software e possuem bancos de informações representadas em diferentes mídias e interligadas por meio de conexões (links internos ou externos ao sistema).

O gerenciamento desses ambientes diz respeito a diferentes aspectos, destacando-se a gestão das estratégias de comunicação e mobilização dos participantes, a gestão da participação dos alunos por meio do registro das produções, interações e caminhos percorridos, a gestão do apoio e orientação dos formadores aos alunos e a gestão da avaliação.

As informações são selecionadas, organizadas e contextualizadas segundo as expectativas do grupo, permitindo estabelecer múltiplas e mútuas relações e recursões, atribuindo-lhes um novo sentido que ultrapassa a compreensão individual.

A educação a distância nessa abordagem relaciona-se diretamente com o desenvolvimento de uma cultura tecnológica que promova a atuação dos profissionais em ambientes virtuais. Trata-se de estruturar equipes interdisciplinares constituídas por educadores, profissionais de design, programação e desenvolvimento de ambientes computacionais para EaD, com competência na criação, gerenciamento e uso desses ambientes.

No IFAM, a EaD promove o desenvolvimento do ensino com cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, graduação e pós-graduação. Para tanto congrega os sistemas a seguir: Escola Técnica Aberta do Brasil; Profissionais, Universidade Aberta do Brasil, SECADI e SETEC.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EaD

CAMPUS EXPANSÃO/ POLOS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO /MODALIDADE	MATRÍCULAS	PERÍODO				
				2014	2015	2016	2017	2018
COARI	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X			
	Eventos	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X			
	Multimeios Didáticos	Subsequente	Profucionário	X	X			
	Secretaria Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X			
HUMAITÁ	Agropecuária	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X		
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X		
	Alimentação Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
	Secretaria Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
	Infraestrutura Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
	Multimeios Didáticos	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
LABREA	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Rede de Computadores	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Infraestrutura Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
	Multimeios Didáticos	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
MANAUS	Eventos	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Hospedagem	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Redes de Computadores	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X

CENTRO	Infraestrutura Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
	Multimeios Didáticos	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
MAUÉS	Eventos	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Redes de Computadores	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Multimeios Didáticos	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
	Secretaria Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
PARINTINS	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Redes de Computadores	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Secretaria Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
PRESIDENTE FIGUEIREDO	Comercio	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
TABATINGA	Hospedagem	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Redes de Computadores	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
EIRUNEPE	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X		
	Redes de Computadores	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X		
	Agropecuária	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X		
	Secretaria Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
	Multimeios Didáticos	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
MANACAPURU	Agente Comunitário de Saúde	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Agropecuária	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Hospedagem	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
TEFÉ	Agropecuária	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X		
	Alimentação Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
	Secretaria Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
	Infraestrutura Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
	Multimeios Didáticos	Subsequente	Profucionário	X	X	X		
BORBA	Agropecuária	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)		X	X		
BARREIRINHA	Agropecuária – CMC	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X		
ENVIRA/CZML	Agropecuária – CMZL	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	
	Alimentação Escolar – CMC	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	
	Secretaria Escolar-CMC	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	
	Infraestrutura Escolar-CMC	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	
	Multimeios Didáticos-CMC	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	
IRANDUBA	Meio Ambiente	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Alimentação Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
	Secretaria Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
MANAQUIRI	Agropecuária – CMZL	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Recursos Pesqueiros	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
NHAMUNDÁ	Agropecuária – CMZL	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
NOVO AIRÃO	Comércio	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Meio Ambiente	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
RIO PRETO DA EVA	Agropecuária	Subsequente	Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec)	X	X	X	X	X
	Alimentação Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
	Secretaria Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
	Infraestrutura Escolar	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X
	Multimeios Didáticos	Subsequente	Profucionário	X	X	X	X	X

Tabela 9 Quadro Evolutivo de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio EaD

- GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EaD

CAMPUS/ CAMPUS EXPANSÃO/ POLOS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO /MODALIDADE	CONVENIO	PERÍODO				
				2014	2015	2016	2017	2018
COARI	Educação do Campo – PROEJA	Especialização	SETEC	X	X			
LABREA	Educação do Campo – PROEJA	Especialização	SETEC	X	X			
MANAUS CENTRO	Educação Musical	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Filosofia da Educação	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Gestão Pública	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Formação para a Indústria - PROEJA	Especialização	SETEC		X	X		
MAUÉS	Educação Escolar Indígena – PROEJA	Especialização	SETEC	X	X			
PARINTINS	Educação do Campo	Especialização	SECADI		X	X		
	Informática na Educação	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X			
	Física	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X			

MANAUS ZONA LESTE	Formação Pedagógica	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X			
	História e Cultura	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X			
	Educação do Campo	Especialização	SECADI	X	X			
TABATINGA	Educação Escolar Indígena – PROEJA	Especialização	SETEC	X	X			
SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	Educação Escolar Indígena – PROEJA	Especialização	SETEC	X	X			
MANACAPURU	Educação do Campo	Especialização	SECADI	X	X			
TEFÉ	Educação Musical	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Filosofia da Educação	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Gestão Pública	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Informática na Educação	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Historia e Cultura	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
BOA VISTA –RR	Física	Licenciatura	Universidade Aberta do Brasil		X	X	X	X
	Educação Musical	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Informática na Educação	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Filosofia da Educação	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X		
	Historia e Cultura	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X			
	Formação Pedagógica	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X			
CARACARAI-RR	Informática na Educação	Especialização	Universidade Aberta do Brasil			X	X	
	Filosofia da Educação	Especialização	Universidade Aberta do Brasil			X	X	
	Formação Pedagógica	Especialização	Universidade Aberta do Brasil			X	X	
IRACEMA-RR	Formação Pedagógica	Especialização	Universidade Aberta do Brasil			X	X	
MANAQUIRI	Gestão Pública	Especialização	Universidade Aberta do Brasil		X	X	X	

Tabela 10 Evolução de oferta de Cursos de Graduação e Pós-graduação em EaD

4.15 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Ao longo dos anos, o IFAM foi construindo sua política de atendimento aos discentes de forma a institucionalizar, atendia-se de forma pontual e especificamente quando os alunos estavam inseridos nas viagens técnicas.

A partir do ano de 2012, tomando por base a necessidade de instituímos uma política de atendimento aos estudantes de forma institucionalizada, e na percepção de que estava posto ao IFAM um grande desafio, ou seja, intervir na realidade educacional brasileira de forma inclusiva, o que implica impreterivelmente em mudanças de preceitos estratégicos e educacionais, e sobremaneira na consolidação de uma identidade institucional firmada em um novo modelo de gestão baseado, em essência, no respeito, no diálogo e na construção de consensos possíveis almejando a emancipação da comunidade e não apenas no enaltecimento singular das instituições.

Nessa perspectiva, a Política de Assistência Estudantil do IFAM (PAES-IFAM) constitui-se em um dos pilares que veem atender o processo de consolidação dessa nova relação entre estrutura organizacional e gestão com bases inclusivas, tendo como um de seus instrumentos legais o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, que apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados na Rede Pública Federal de Educação ao dispor sobre a democratização das condições de acesso, permanência e êxito; a redução das taxas de retenção e evasão.

A PAES/IFAM tem como objetivo proporcionar aos estudantes matriculados no IFAM em vulnerabilidade social, mecanismos que garantam o seu desenvolvimento educacional, através da concessão de benefício social mensal, com vistas a minimizar os efeitos das desigualdades sociais e territoriais sobre as condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes, bem como, reduzir as taxas de retenção e evasão, ao contribuir para a promoção da equidade social e ao exercício de sua cidadania pela educação.

Desde o ano letivo de 2013 que faz parte da política de atendimento dos alunos nos *Campi* do IFAM também a inclusão de todos os alunos em um programa de seguro de vida, o que representou um grande avanço em relação à política de segurança dos mesmos. Assim, é proposta deste instituto continuar ao longo dos próximos cinco anos assegurando a vida para 100% dos discentes a partir de sua inserção nos respectivos cursos, independente dos *Campi* ao qual cada um está associado.

4.16 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

4.16.1 FORMAS DE ACESSO, PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

A forma de acesso dos discentes aos programas de apoio pedagógico e financeiro tem sido por meio de editais seletivos para os programas integrais e financeiros, e de forma direta, conforme a demanda de cada *Campus* para o de apoio pedagógico ligado a dificuldade de aprendizagem.

Considerando que a PAES é composta prioritariamente pelo Programa Socioassistencial e pelos Programas Integrais: Entende-se por Programa Socioassistencial Estudantil, que dispõe de ações voltadas para o suprimento básico das necessidades socioeconômicas dos estudantes em vulnerabilidade, sendo operacionalizado pela concessão de benefício nas modalidades básico e complementar, sendo o benefício básico composto pelos seguintes benefícios: Benefício de Alimentação; Benefício de Transporte; Benefício de Moradia; Benefício de Alojamento; Benefício Creche; Benefício Material Didático-Pedagógico e Escolar.

É garantido também por meio da PAES/IFAM o benefício complementar que é composto pelo: Benefício de Emergencial - benefício básico a oferta de concessão de benefícios (em espécie ou em benefícios materiais) para auxiliar no atendimento das necessidades dos estudantes do IFAM, prioritariamente, em situação de vulnerabilidade social, em dificuldade de prover as condições necessárias para o acesso, permanência e êxito de seu desenvolvimento educacional na instituição, considerando o atendimento básico como direito à educação; Benefício complementar - concessão de benefícios (em espécie ou em benefícios materiais) para auxiliar no

atendimento das necessidades dos estudantes, que mesmo recebendo o benefício básico continuam em situação de vulnerabilidade social ou em eminência de agravo da situação social demandada. Deste modo, caracterizam-se como benefícios cumulativos.

Os Programas Integrais visam ações para o atendimento integral dos estudantes dando suporte às ações prioritárias voltadas para o suprimento das necessidades sociais dos alunos em vulnerabilidade social através dos seguintes Programas: Programa de Atenção a Saúde; Programa de Apoio Psicológico; Programa de Apoio Pedagógico; Programa de Apoio a Cultura e Esporte; Programa de Inclusão Digital; Programa de Apoio aos Estudantes e Superdotação; e Programa de Apoio Acadêmico a Monitoria.

4.17 ESTÍMULO A PERMANÊNCIA

As ações que visam o estímulo à permanência dos discentes no IFAM são compostas por um conjunto articulado de ações a cargo das coordenações de ensino, da pesquisa e da extensão, além do incentivo a representação estudantil dos discentes, onde papéis de relevância tem a Política de Assistência Estudantil, o documento norteador do ensino, por meio da organização didática, assim como todas as demais ações e programas desenvolvidas pelos Campi deste Instituto junto aos discentes.

Temos a convicção que a perfeita e constante articulação com a sociedade é fundamental para que se desenvolva nesta instituição de ensino, o espírito do empreendedorismo. Neste contexto, as políticas de integração, também relacionadas com a pesquisa envolvendo alunos permitem despertar não somente para o empreendedorismo, mas para a própria inovação tecnológica, tudo isso, articulado no Projeto Pedagógico de cada curso junto aos Campi do IFAM.

Para isso, o Instituto Federal do Amazonas buscará incentivar para que o empreendedorismo seja um objetivo a ser perseguido em todos os níveis de ensino, fortalecendo ações das cooperativas-escola, das agências articuladoras, das incubadoras tecnológicas e ampliando o acesso dos discentes aos órgãos de fomento ao ensino e à pesquisa.

Todas estas ações constituem-se como complemento de formação dos discentes e ao mesmo tempo despertando para o ofício da pesquisa e iniciação científica, pré-requisito para a práxis dentro de qualquer profissão, seja ela dentro do nível técnico ou tecnológico.

Um programa que incentive a representação estudantil junto aos Campi do IFAM ainda não é uma realidade no instituto. O que temos são iniciativas dos próprios discentes em relação à criação do Grêmio Estudantil em alguns poucos Campi, mas até o momento, nenhum foi legalmente criado.

Neste Contexto, o IFAM tem como um dos grandes desafios para 2014 o

desenvolvimento de um programa que incentive a criação dos Grêmios Estudantil dentro do Instituto, como forma de contribuir tanto para a gestão democrática de cada Campus, como também para o exercício da cidadania dos discentes a partir da participação social dos mesmos nas ações dos referidos Campi.

Ressaltamos que é papel do IFAM perante sua comunidade escolar, priorizar em seu planejamento anual para 2014 no quadro de objetivos metas a valorização da participação discente como forma de “estimular no meio estudantil, políticas de lideranças garantindo a ampla representação estudantil a partir da constituição e fortalecimento de Grêmios Estudantis e de Diretórios Acadêmicos, Centros Cívicos, dentre outras entidades, organizados de forma autônoma através de iniciativas do corpo discente”, garantindo também a participação destas representações nos processos decisórios em cada campus.

4.18 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

O Instituto Federal do Amazonas ainda não é uma referência nacional no que se refere às políticas de atendimento aos Portadores de Deficiências, especialmente pela estrutura humana e física que ainda apresenta uma série de limitações, se pensada em nível de acessibilidade e recursos humanos especializados para atender a este público específico. Pois, na realidade, observava-se que sempre houve o despreparo dos profissionais, a falta de adaptação de sua estrutura física ou mesmo pelo desestímulo que os candidatos Portadores de Deficiências sentiam quando participantes do processo seletivo para os cursos oferecidos.

O processo de inclusão de Portadores de Deficiências no Instituto Federal do Amazonas até o ano de 2013 deu-se de modo desarticulado, sem que houvesse uma discussão em torno da questão. Os discentes inseridos nos Campi, principalmente os deficientes auditivos, caminhavam por meios próprios, sofrendo o mesmo processo de orientação dos demais discentes.

A realidade vivida pelos discentes e docentes, no entanto, mostrou-nos que a inclusão das Portadores de Deficiências não é uma preocupação somente de um grupo isolado, mas da sociedade como um todo, assim como do próprio sistema educacional brasileiro, que estabelece como prioridade o atendimento a essa demanda específica. Esta necessidade parece estar, em muitos casos, tanto relacionada às próprias dificuldades da comunidade escolar em lidar com essa problemática, como da própria convivência que os profissionais têm tido com estas pessoas ou com programas específicos quanto por uma modificação social do conceito de inclusão dos Portadores de Deficiências e a forma pela qual este vem acentuando-se ao longo dos anos.

É importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado através da Lei Nº. 8.069/90, em seu artigo 53, afirma que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” O estatuto ainda faz referência a temas de relevância, tais como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o direito de ser respeitado por seus educadores e o direito de acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

No fim de 2013, por conta da preparação do processo seletivo para discentes para 2014, foram destinadas vagas específicas para Portadores de Deficiências num montante de 5%, atendendo orientações da legislação específica. Sabemos que somente essa ação não dará conta de promover a inclusão deste seguimento da população junto ao IFAM, mas entende-se que era necessário iniciar este processo, e pensar na forma de como os Campi do IFAM poderão atender na íntegra os direitos dos Portadores de Deficiências tomando por base a legislação que faz referência à Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e compreendê-la enquanto um conjunto de orientações normativas que objetivavam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais destas pessoas.

O Instituto Federal do Amazonas, entende como sendo de extrema relevância sua responsabilização diante deste seguimento de alunos que hoje já faz parte de seus respectivos *Campi*, assim como da urgência de ações específicas que contribuam de forma decisiva para a permanência e êxito dos discentes junto aos seus cursos.

Daí concretamente devam fazer parte destas ações de atendimento e inclusão das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, no IFAM, com a criação e/ou manutenção dos NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em cada campus, do qual o PDI do IFAM é parte intrínseca a concretização dos direitos dos discentes, assim como de sua própria responsabilização sobre os mesmos e sobre o futuro da sociedade. Uma vez que, por meio dele, poderemos prevê o apoio a essa parcela de discentes que precisam de uma atenção especial, tanto no que se refere a seu processo de inclusão no instituto, como no fornecimento de apoio à capacitação de recursos humanos, estrutura física, e meios didáticos específicos para atendimento a essa necessidade educacional.

5 POLÍTICAS DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

As políticas de pesquisas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas constituem um processo educativo para a investigação, objetivando a produção, a

inovação e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, ao longo de toda a formação profissional, com vistas ao desenvolvimento social, tendo como objetivo incentivar e promover o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa, articulando-se com órgãos de fomento e consignando em seu orçamento recursos para esse fim.

A pesquisa científica e tecnológica realizada por seu quadro profissional composto por servidores graduados, especialistas, mestres e doutores, bem como por estudantes do ensino profissional, técnico e tecnológico é um dos meios de geração de conhecimento e de soluções tecnológicas. Para isso, leva em conta o avanço tecnológico e as necessidades da sociedade e do setor produtivo. A consequente difusão desse conhecimento, por meio dos cursos de nível técnico, tecnológico e pós-graduação, resultam em forte interação entre ensino, pesquisa e extensão.

Em sua missão, ***o Instituto se compromete com a geração e a difusão do conhecimento técnico, tecnológico, científico e cultural enquanto dinâmica para a promoção da cidadania e do desenvolvimento regional, tendo como meta a valorização da pesquisa científica e tecnológica de qualidade e implementando mecanismos para difusão de conhecimentos.***

A pesquisa na instituição tem sido impulsionada com a organização dos fluxos dos projetos, criação de coordenações específicas de pesquisa e pós-graduação, estudo da carga horária dos professores, incentivo à criação de grupos de pesquisa. Organiza-se a partir de: Linhas de pesquisa e Grupos de pesquisa. As Linhas de pesquisa são recortes de ordem teórica, filosófica e epistemológica que se processam em áreas de conhecimento eleitas pela Instituição como prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento da pesquisa, em torno das quais se agregam docentes e discentes e vinculam-se projetos e programas. As linhas de pesquisa têm origem em uma ou mais áreas de conhecimento, são formalizadas nos *campi*, aprovadas, homologadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Os grupos de pesquisa constituem a base estrutural e institucional a partir da qual professores, estudantes e colaboradores organizam-se e engajam-se profissionalmente e permanentemente em atividades de pesquisa em torno de uma ou mais linhas de pesquisa, sob a liderança de docente doutor, buscando potencializar os recursos humanos, os laboratórios, as instalações e os equipamentos disponíveis na Instituição, habilitando a Instituição para a alocação de recursos financeiros junto às empresas e às agências de fomento, intercambiando com redes, com instituições e grupos externos de pesquisa, criando competência para a atuação indissociada da pesquisa com a graduação e a pós-graduação.

É importante ressaltar, que as possibilidades de alavancar a pesquisa, pós-graduação e a inovação tecnológica passam pela capacidade de articulação do IFAM com outras organizações, instituições de ensino e empresas, para que, em parceria, somem-se esforços e sejam reveladas novas potencialidades. Dessa maneira torna-se imperativo:

1. Consolidar a pesquisa e a inovação tecnológica como prática permanente e fonte de retroalimentação curricular;
2. Atrelar as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação às necessidades da comunidade em todos os domínios sociais para os quais o IFAM tenha potencial de atuação, quer seja nos âmbitos: tecnológico, cultural, político e educacional;
3. Valer-se da pesquisa, pós-graduação e inovação como mecanismos de consecução da função social do IFAM;
4. Realizar atividades de pesquisa, pós-graduação demandadas pela cadeia social e produtiva, bem como a pesquisa em educação e no plano das inovações tecnológicas;
5. Ampliar o leque de ações do instituto visando, especialmente, atender carências em termos de qualificação profissional no oferecimento de cursos *lato e stricto sensu*;
6. Incentivar ações permanentes voltadas à pós-graduação considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais e estaduais, bem como no âmbito da iniciativa privada.

5.1 DIRETRIZES PARA PESQUISA E INOVAÇÃO

5.1.1 PESQUISA

1. Institucionalizar políticas para atuação indissociada da pesquisa com o ensino técnico, graduação, pós- graduação e extensão;
2. Buscar incentivos junto aos órgãos de fomento (editais, convênios e cooperações) visando à obtenção de recursos para implantação e/ou ampliação dos ambientes de pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas;
3. Mobilizar a comunidade interna de todos os campi, para o permanente debate sobre pesquisa científica e tecnológica para o melhor entendimento, conscientização e mobilização em relação a sua importância;
4. Institucionalizar as ações pesquisa e de desenvolvimento de inovação tecnológica efetivando-se a pesquisa articulada com as ações de Ensino no intuito de atender as demandas da sociedade.

5. Regularizar os trâmites relativos à ação de pesquisa da instituição estabelecendo instrumentos, estrutura e mecanismos que expressem a política de gestão da pesquisa no âmbito do Instituto Federal do Amazonas;
6. Estimular a produção do conhecimento de forma interdisciplinar, visto que a pesquisa possibilita a interlocução entre áreas do conhecimento favorecendo novas formas de desenvolvimento dos saberes;
7. Desenvolver ações integradoras com o Ensino e a Pesquisa contemplando as demandas da sociedade estabelecendo mecanismos possíveis de inter-relação do saber acadêmico com o saber popular;
8. Criar um Fundo de Apoio à Pesquisa no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas para o desenvolvimento do programa de bolsas Produtividade em Pesquisa, incentivando as atividades de Pesquisa;
9. Ampliar os Programas de Iniciação Científica (IC) e Iniciação Tecnológica (IT), nos Campi do IFAM e implantar nos campi ainda não contemplados;
10. Implantar e consolidar o Comitê de Ética em Pesquisa cuja função será avaliar, aprovar e acompanhar os projetos de pesquisa salvaguardando os direitos e a dignidade dos sujeitos da pesquisa, bem como, contribuir para a qualidade das pesquisas e seu papel no desenvolvimento institucional e social da comunidade;
11. Implantar e consolidar o Comitê de Pesquisa de Uso de Animais cuja função será avaliar, aprovar e acompanhar as atividades de ensino, pesquisa e extensão respeitando as Boas Práticas de Produção e o Bem-Estar Animal, atendendo as peculiaridades de cada;
12. Potencializar os recursos humanos, os laboratórios, as instalações e os equipamentos disponíveis na Instituição como forma de consolidar projetos de pesquisa e grupos de pesquisa;
13. Instituir o Conselho Editorial visando consolidar a Revista Técnica Científica –Igapó.

5.1.2 INOVAÇÃO

Por meio da consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão, o IFAM pretende desenvolver as competências previstas nas Leis de Inovação Federal e Estadual dotando-se de políticas de propriedade intelectual harmonizada e atuante, com ênfase na transferência de tecnologia de maneira a desenvolver produtos tecnológicos

protegidos, mais competitivo e de maior valor agregado, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Para tanto, propõe as seguintes diretrizes:

1. Valorizar a pesquisa aplicada que resulta em inovação tecnológica capaz de agregar valor econômico e melhoria da qualidade de vida da sociedade.
2. Buscar incentivos junto aos órgãos de fomento visando à obtenção de recursos para as atividades visam ao desenvolvimento de inovação tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
3. Difundir a cultura de proteção da propriedade intelectual no IFAM para estimular o registro, o licenciamento e a comercialização dos produtos oriundos da pesquisa;
4. Criar mecanismos Criar facilidades quanto ao trâmite envolvendo a proteção do conhecimento cultural, científico e tecnológico e outros inerentes aos processos de patenteamento.
5. Criar facilidades quanto ao trâmite envolvendo a proteção do conhecimento cultural, científico e tecnológico e outros inerentes aos processos de patenteamento.

5.1.3 PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação no IFAM, objetiva promover educação de excelência, consolidando programas de pós- graduação, articulados e retroalimentados tanto a grupos de pesquisa, quanto a processos de formação em nível Capacitação, *Lato e Stricto Sensu*, tomando-se como alvo as tendências do mundo do trabalho e do cenário da educação tecnológica local, regional e nacional. E para isto, propõe as seguintes diretrizes:

1. Implantação de Cursos de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu, tendo em vista a tendência do mundo do trabalho, do cenário da educação tecnológica local, regional e nacional como também a demanda, quadro de docentes e infraestrutura;
2. Realizar intercâmbios com instituições credenciadas pela CAPES para a implantação de MINTER E DINTER objetivando ampliar o número de mestres e doutores;
3. Ampliar junto às agências financiadoras o número de bolsas de pós-graduação;
4. Organização de calendário de eventos, para efeito de socialização do catálogo de cursos e das produções técnico-científicas dos estudantes e docentes dos cursos de Pós-Graduação;
5. Criar o Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação cuja função será avaliar, aprovar e acompanhar os projetos de pesquisa, de cursos *lato e stricto sensu*;

Os Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*, atuam no sentido de ofertar a sociedade Amazonense cursos de Especialização em diferentes áreas do conhecimento. No presente, estão sendo ofertados em curso de Especialização presencial em Tecnologia de Alimentos e três cursos de Especialização PROEJA a Distância em Educação do Campo, Educação Indígena e Formação para Indústria.

A Especialização em Tecnologia de Alimentos teve suas atividades iniciadas em fevereiro de 2014. Possui 35 alunos selecionados por meio de Edital, e terá duração de 15 meses, com término previsto para abril de 2015.

A especialização PROEJA na modalidade a Distância é uma atividade da DPG/PRPPGI, desenvolvida em conjunto com a Diretoria de Ensino a Distância/Pró-reitora de Ensino-PROEN.

Os cursos são ofertados em cinco diferentes Municípios onde possuem Unidades do IFAM, que possuem laboratórios de Informática/Polo de Ensino a Distância. A especialização PROEJA em Educação no Campo está sendo ofertada nos municípios de Tabatinga e Lábrea, a Especialização em Educação Indígena está sendo ofertada nos *Campi* Maués, São Gabriel da Cachoeira e Coari e a Especialização com Formação para a Indústria em Manaus no *Campus* do IFAM Manaus-Centro.

No total a Especialização PROEJA atende a 200 (duzentos) alunos, distribuídos nos cinco municípios de atuação. O Público alvo são servidores públicos municipais e estaduais, que atuam na área de Educação/PROEJA em seus respectivos municípios.

Por meio da oferta desta especialização na modalidade a Distância o IFAM, está oportunizando a capacitação de qualidade aos servidores da Educação municipal e Estadual em locais de difícil acesso, onde dificilmente haveria um curso desta natureza, contribuindo diretamente para melhoria da qualidade do Ensino.

Pensar a visão de futuro no que diz respeito à Pós-Graduação no IFAM, passa pela implementação das da implantação de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* conforme o quadro 06 a seguir.

- CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

CAMPUS	NOME DO CURSO	HABILITAÇÃO /MODALIDADE	MATRÍCULAS	TURNO	PERÍODO				
					2014	2015	2016	2017	2018
MANAUS CENTRO	Educação Matemática	Especialização <i>Lato Sensu</i>	40	Vespertino		X	X	X	X
LÁBREA	História e Cultura Africana e Afro-brasileira	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno			X	X	X
	Informática na Educação	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno			X	X	X
	Gestão Pública	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno			X	X	X

	Filosofia da Educação	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno			X	X	X
COARI	Educação Musical	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno		X	X	X	X
	Filosofia da Educação	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno			X	X	X
	História e Cultura Africana e Afro-brasileira	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno		X			
	Informática na Educação	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno		X			
	Gestão Pública	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno		X			
MAUÉS	Educação Indígena /PROEJA	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno		X			
	Gestão Pública	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno		X			
PARINTINS	Gestão Pública	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno					X
	Educação no Campo/PROEJA	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno				X	X
	Metodologia do Ensino Superior	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno		X	X	X	
TABATINGA	Educação Indígena/PROEJA	<i>Lato Sensu/EaD</i>	40	Noturno			X	X	X
	Especialização em Gestão	<i>Lato Sensu</i>	40	Diurno			X	X	X
	Metodologia do Ensino e Aprendizagem	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno			X		
HUMAITÁ	Metodologia do Ensino Superior	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno		X			X
	Metodologia do Ensino e Aprendizagem	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno			X		
	Gestão Escolar	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno			X		
	Matemática e Física	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno					
	Biologia e Química	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno		X			X
	Agroecologia	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno				X	
	Informática	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno				X	
ITACOATIARA	Agronomia/Fitossanidade	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno				X	
	Gestão da tecnologia da informação	<i>Lato Sensu</i>	40	Diurno		X	X	X	X
TEFÉ	Metodologia do Ensino e Aprendizagem	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno			X		
	Educação do Campo	<i>Lato Sensu</i>	40	Diurno				X	X
	Gestão de Negócios	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno				X	X
	Análise e Desenvolvimento de sistemas	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno				X	X
	Agroecologia	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno					X
EIRUNEPÉ	Gestão Pública	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno					X
	Informática na Educação	<i>Lato Sensu</i>	40	Diurno		X	X	X	X
	Gestão da Tecnologia da Informação	<i>Lato Sensu</i>	40	Noturno				X	X

Tabela 11 Evolução de oferta de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu.

6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A implementação de uma política de Extensão no Instituto Federal do Amazonas reafirma a missão deste Instituto e seu comprometimento com o desenvolvimento local e regional promovendo a integração com o mundo do trabalho e o atendimento às demandas sociais, ambientais, econômicas e culturais.

No contexto das instituições de ensino superior e pesquisa, a elaboração e a difusão do conhecimento acadêmico geralmente pressupõem a transferência de saber sistematizado ou científico para um público externo a essas mesmas instâncias. É neste cenário, que se verifica o significativo papel da Extensão no processo de trocas de conhecimentos e a evidência de um grande leque de atuação nas Instituições de Ensino como agências articuladoras de iniciativas para

atender às demandas sociais e locais facilitando ações conjuntas entre instituições de ensino e atores externos.

É a Extensão que articula o saber produzido na academia com a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região bem como a interação com o mundo do trabalho na busca de tendências de evolução da tecnologia para fins de alimentar a matriz curricular, parcerias institucionais, empreendedorismo e inovação.

No contexto da EPCT, cabe à Extensão contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores econômicos populares, sociais e culturais da sociedade, estruturando-se para atender as demandas locais e regionais, participando assim do processo de desenvolvimento do país.

Como eixo orientador de suas atividades intrínsecas, a Extensão deve atuar sobre os problemas suscitados não apenas pelas necessidades econômicas, mas, também, sociais, ambientais e culturais, considerando as singularidades de cada região. Nesse sentido, remete à Rede Federal seu protagonismo em prol da sustentabilidade.

Na Perspectiva da Rede Federal, a integração curricular concretiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo a estruturação das aprendizagens em conexões necessárias à transposição de saberes. A Extensão contextualiza o currículo da formação profissional na área geográfica de influência das instituições, requerendo políticas que sintonizam a EPCT com o território, suas organizações e suas populações.

São Políticas de extensão do IFAM:

- ✓ Intensificar a relação entre a instituição de Ensino e a Sociedade.
- ✓ Disseminar o conhecimento gerado no Instituto Federal do Amazonas.
- ✓ Estimular atividades interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares nas ações de extensão.
- ✓ Contribuir para a inclusão da extensão enquanto prática acadêmica, nos projetos pedagógicos dos cursos.
- ✓ Valorizar o intercâmbio com órgãos públicos e privados e agências não governamentais articulando rede de parcerias, sob a forma de convênios, consórcios ou outros termos jurídicos.
- ✓ Apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico visando à busca por inovação.
- ✓ Estimular a participação da comunidade na produção e registro do conhecimento desenvolvido por meio de atividades de extensão.

- ✓ Estimular a inserção internacional dos Institutos Federais, visando o aperfeiçoamento e a qualificação dos discentes, docentes e servidores técnico administrativos destas instituições e das instituições parceiras internacionais.
- ✓ Buscar mecanismos para disseminar a visão internacional no âmbito das instituições de ensino profissional e tecnológico, de maneira que o processo de internacionalização seja uma atividade que inclua, além da cooperação e do intercâmbio, a discussão de currículos, pesquisa, avaliação, certificação profissional, acreditação e gestão administrativa.
- ✓ Desenvolver tecnologias sociais para busca de soluções para os problemas da comunidade levando em conta seu contexto cultural, tradicional, arranjos organizacionais, saberes popular e potencial econômico da região.
- ✓ Incentivar projetos de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo por meio da disseminação de conhecimentos relativos à cultura empreendedora bem como desenvolvendo ações integradas que fomentem empreendimentos sociais e culturais.
- ✓ Desenvolver parcerias e participar de núcleos locais, regionais e estaduais que promovam a indução de arranjos produtivos sociais e culturais.
- ✓ Buscar agências de fomento para desenvolvimento institucional de apoio ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo.
- ✓ Priorizar ações de incubação visando maximizar oportunidades de melhoria de vida e renda dos cidadãos.
- ✓ Apoiar projetos de desenvolvimento tecnológico visando à busca pela inovação, uma das metas dos Institutos Federais para contribuir com o desenvolvimento nacional.
- ✓ Ampliar oportunidades de desenvolvimento da população em situação de vulnerabilidade social.
- ✓ Ser um instrumento de formação de profissionais tecnicamente competentes e comprometidos com a sociedade.
- ✓ Fomentar o desenvolvimento de atividades inclusivas que permitam a melhoria da qualidade de vida e renda das comunidades excluídas.
- ✓ Estimular parcerias que propiciem o desenvolvimento das práticas profissionais (estágios) para discentes e servidores.
- ✓ 20. Subsidiar o ensino com as tendências da evolução da tecnologia no mundo do trabalho para fins de atualização da matriz curricular.

6.1 DIRETRIZES DA EXTENSÃO

- ✓ Institucionalizar as ações de extensão efetivando-se a extensão como prática acadêmica dialógica que se articula com o Ensino e com a Pesquisa no intuito de atender as demandas da sociedade.
- ✓ Regulamentar os trâmites relativos à ação de extensão da instituição estabelecendo instrumentos, estrutura e mecanismos que expressem a política de gestão de extensão no âmbito do Instituto Federal do Amazonas.
- ✓ Estimular a interdisciplinaridade nas ações extensionistas, visto que a extensão possibilita a interlocução entre áreas distintas do conhecimento e favorece novas formas de desenvolvimento dos saberes.
- ✓ Desenvolver ações integradoras com o Ensino e a Pesquisa contemplando as demandas da sociedade estabelecendo mecanismos possíveis de inter-relação do saber acadêmico com o saber popular.
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento da sociedade e o mundo do trabalho constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e melhoria da pesquisa e do ensino.
- ✓ Buscar a interação sistemática do Instituto Federal com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com entidades da sociedade civil.
- ✓ Criar um Fundo de Apoio à Extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas para o desenvolvimento do programa de bolsas e incentivos para que os servidores e discentes possam realizar as atividades de extensão.
- ✓ Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais cidadãos.
- ✓ Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões.
- ✓ Articular e fomentar políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismo de inclusão.
- ✓ Atuar em conjunto com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação e Inovação, visando estimular a cultura empreendedora e de proteção dos ativos intangíveis, bem como a transferência de tecnologia à sociedade.
- ✓ Estimular o processo de empreendedorismo e cooperativismo entre alunos no âmbito do IFAM.
- ✓ Buscar incentivos junto aos órgãos de fomento visando à obtenção de recursos para as atividades de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
- ✓ Promover a articulação do IFAM com a sociedade civil, através da colaboração entre academia, empresas, governo e o terceiro setor, contribuindo para o aumento da competitividade e relevância das pesquisas desenvolvidas no IFAM com o propósito da inovação, em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação/Núcleo de Inovação e Tecnológica.

- ✓ Articular parcerias estratégicas entre o IFAM e os setores empresariais, governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais para atuar em projetos cooperativos de desenvolvimento científico e tecnológico.
- ✓ Fortalecer a relação aluno x empresa através da promoção de estágios, visitas técnicas e de campo, para interação do aluno com o mundo do trabalho.
- ✓ Aperfeiçoar e implementar o programa de Acompanhamento de Egressos.
- ✓ Regulamentar as atividades de Extensão nos Projetos Pedagógicos dos cursos regulares do IFAM.
- ✓ Promover a disseminação da visão internacional no âmbito do IFAM de forma que o processo de internacionalização inclua atividades de cooperação e mobilidade visando o aperfeiçoamento e qualificação de discentes e servidores.
- ✓ Estimular o processo de internacionalização através de programas e atividades que possibilitem visibilidade e sinergia ao Instituto Federal do Amazonas.
- ✓ Apoiar o processo de ensino-aprendizagem de idiomas como uma das dimensões do processo de internacionalização apoiando projetos voltados para este fim.

6.2 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS

O IFAM procura manter um relacionamento constante com o meio técnico e cultural no qual esta inserido, procurando tanto aprimorar sua potencialidade técnica, quanto oferecer serviços. Desta forma, mantém estreito relacionamento com empresas atuantes em segmentos do mercado associadas aos cursos desenvolvidos, permitindo aos seus alunos acesso a estas, visando a complementação de suas atividades acadêmicas e posterior ingresso no mercado de trabalho. Procura também o desenvolvimento de parcerias para a captação de novas tecnologias emergentes no mercado.

O IFAM pautará sua prática social em propiciar às camadas menos favorecidas economicamente a oportunidade de realização de cursos de qualificação e requalificação em parcerias com outras instituições públicas, privadas, organismos nacionais e internacionais.

6.3 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Uma das ações que normatiza e direciona as ações do IFAM é trabalhar o princípio da uniformidade em todos os Campi. No entanto, até o momento, o IFAM, ainda, não conseguiu implementar nenhum programa de acompanhamento dos egressos, mas é uma missão que teremos que perseguir no ano de 2015 .

Entendemos que a consolidação de um programa de acompanhamento de egressos é uma ação que há muito estamos perseguindo no instituto, pois se entende que este monitoramento

possibilitaria a instrumentalização do setor pedagógico dos campi e, por consequência do próprio Instituto, a partir da obtenção de dados sobre os alunos egressos.

Tais dados vão contribuir para a implementação segura de novos cursos, redimensionamento pedagógico, pesquisa de demandas, além do conhecimento real sobre o mercado de trabalho. Para isso, teremos que construir em 2015 um Programa com este perfil de demanda, de modo ele possa proporcionar de forma organizada e segura o encaminhamento de formulários, a coleta de dados e a sistematização de resultados a serviço do Instituto.

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O IFAM assimilando novas concepções, tecnologias e práticas de gestão, vem realizando, ao longo dos últimos anos, um conjunto de planos e projetos estratégicos para o aperfeiçoamento da gestão, buscando utilizar as modernas tecnologias de informação e comunicação (TICs) para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços, com foco na eficiência e efetividade, das novas dimensões.

Essas novas dimensões emergem num contexto de transformações pelas quais passa a instituição, de modo a dar visibilidade na necessidade de ampliar o debate sobre a atuação regional dos institutos federais, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento. A cada ano e à medida que avançamos na modernização gerencial do IFAM, novos conhecimentos e ferramentas de gestão passam a fazer parte do dia a dia de nossa instituição. O ambiente é muito fértil e estimulante para empreender, crescer como instituição que converge a Educação, Ciência e Tecnologia.

Quanto à política de gestão visa facilitar a articulação da Instituição e dos diversos segmentos que a compõem em suas relações internas e externas, com base no reconhecimento do trabalho e na melhoria da qualidade de vida da comunidade interna. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica se saibam corresponsáveis pela execução e pelo acompanhamento das ações implementadas na Instituição.

A modernização gerencial do IFAM exige a adoção do planejamento estratégico, como ferramenta básica. Os desafios que nossa instituição terá que superar ficará menos árduo com um plano consistente e que todos saibam atuar.

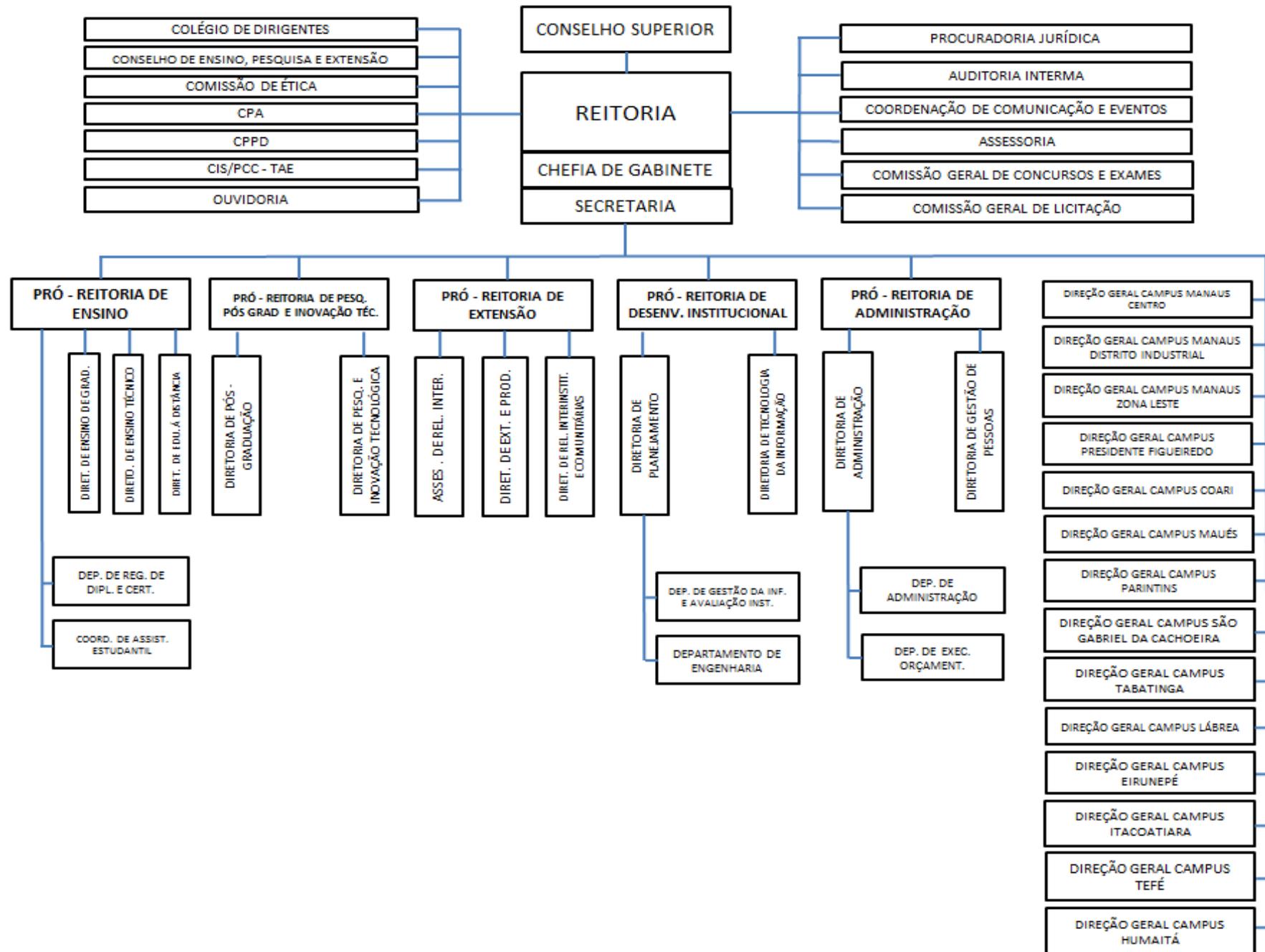
7.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA GESTÃO

- a) Autonomia dos campi;
- b) Gestão estratégica;
- c) Promoção do diálogo e participação;
- d) Melhoria contínua;
- e) Avaliação permanente;
- f) Desenvolvimento de alianças estratégicas, parcerias e respeito mútuo.

7.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Organograma está organizado conforme a seguir

ORGANOGRAMA



A Organização Administrativa do IFAM compreende:

I. ÓRGÃOS SUPERIORES

- a. Conselho Superior;
- b. Colégio de Dirigentes;

II. ÓRGÃOS EXECUTIVOS

1 Reitoria

1.1 Gabinete;

2 Pró-Reitorias:

- I. Pró-Reitoria de Ensino;
- II. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação;
- III. Pró-Reitoria de Extensão;
- IV. Pró-Reitoria de Administração;
- V. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

3. Diretorias Sistêmicas;

4. Diretorias-Gerais dos *Campi*.

7.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS: ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

7.3.1 CONSELHO SUPERIOR

O IFAM dispõe de um Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo. O Conselho Superior é o órgão máximo do IFAM e observa na sua composição, o princípio da gestão democrática, na forma da legislação em vigor, e tem seus membros nomeados em ato do Reitor.

A presidência do Conselho Superior será exercida pelo Reitor e, na sua ausência pelo seu representante legal. Ao Reitor caberá o voto de qualidade. O representante dos egressos, sociedade civil e seus respectivos suplentes não poderão ter nenhum vínculo empregatício ou comercial com o IFAM. O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, cujo funcionamento é estabelecido no seu Regimento Interno.

Os mandatos serão de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente, excetuando-se os membros natos, de que tratam os incisos I e IX. Com relação aos membros de que tratam os incisos II, III e IV, cada *Campus* que compõe o IFAM poderá ter no máximo 01 (uma) representação por categoria. Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido. Na hipótese prevista no § 7º, será

escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

- COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR

- O Reitor, como presidente;
- 02 (dois) representantes dos servidores docentes, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes do corpo discente, eleitos por seus pares; 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos, eleitos por seus pares;
- 02 (dois) representantes dos egressos da instituição, eleitos por seus pares;
- 06 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 01 (hum) representante de organizações etnoculturais, 01 (hum) representantes do setor público e/ou empresas estatais;
- 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e
- 02 (dois) representantes do Colégio de Dirigentes;

- COMPETE AO CONSELHO SUPERIOR

- I. zelar pelo cumprimento do disposto nos artigos 6º, 7º e 8º da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;
- II. aprovar as diretrizes para atuação do IFAM e zelar pela execução de sua política educacional;
- III. submeter à aprovação do Ministério da Educação o presente Estatuto, assim como aprovar os seus regulamentos.
- IV. aprovar as normas e homologar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do IFAM e dos Diretores-Gerais dos *Campi*, em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei Nº. 11.892/2008;
- V. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Plano de Ação, e apreciar a proposta orçamentária anual;
- VI. aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- VII. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VIII. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;

- IX. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- X. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFAM;
- XI. autorizar a alienação de bens imóveis e legados, na forma da Lei;
- XII. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFAM, bem como o registro de diplomas;
- XIII. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFAM, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e
- XIV. deliberar sobre outros assuntos de interesse do IFAM levados a sua apreciação pelo Reitor.

7.3.2 COLÉGIO DE DIRIGENTES

O IFAM dispõe, também, de um Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo. É o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria do IFAM, e observa na sua composição, o princípio da gestão democrática, na forma da legislação em vigor.

O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, cujo funcionamento é estabelecido no seu Regimento Interno. A presidência do Colégio de Dirigentes será exercida pelo Reitor e, na sua ausência, pelo seu representante legal. Ao Reitor caberá o voto de qualidade.

- COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO DE DIRIGENTES

- O Reitor, como presidente;
- Os Pró-Reitores; e
- Os Diretores-Gerais dos *Campi*.

- COMPETE AO COLÉGIO DE DIRIGENTES

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Propor ao Conselho Superior à alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFAM;
- IV. Apreciar e recomendar o calendário de referência anual;

- V. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- I. Apreciar os assuntos de interesse da administração do IFAM a ele submetido.

7.3.3 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas foi instituída visando atender ao que preceitua a Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo-se em um órgão colegiado permanente de coordenação do processo de auto avaliação do Instituto.

A CPA atuará com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no Instituto. Esta Comissão tem por finalidade a implantação do processo interno de avaliação do Instituto, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

Ao promover a avaliação interna do Instituto, a Comissão Própria de Avaliação deverá observar as diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, utilizar procedimentos e instrumentos diversificados, respeitando as especificidades de suas atividades, e assegurar:

- I. a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromissos sociais, atividades, finalidades e responsabilidades sociais de seus órgãos;
- II. o respeito à identidade e à diversidade de seus órgãos;
- III. a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo do Instituto, bem como da sociedade civil organizada, por meio de suas representações.

7.4 ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.4.1 AUDITORIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

A Auditoria Federal de Controle Interno (AUDIN) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas é a unidade que exerce atividade objetiva, que presta serviços de avaliação e de assessoramento e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações do IFAM, auxiliando o instituto a alcançar seus objetivos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia e dos processos de gerenciamento de riscos, de controle, e governança, que sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão.

Compete a Unidade de Auditoria Interna, do IFAM:

- I. prestar assessoramento técnico ao Conselho Superior e orientar os Órgãos e Unidades Administrativas da Instituição;
- II. acompanhar e avaliar as auditorias realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, buscando soluções para as eventuais falhas, impropriedades ou irregularidades detectadas, junto às unidades/setores envolvidos, com objetivo de saná-las;
- III. acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade visando a comprovar a conformidade de sua execução;
- IV. assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- V. verificar a execução do orçamento da entidade visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;
- VI. verificar o desempenho da gestão da entidade visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e de mais sistemas administrativos operacionais;
- VII. orientar os dirigentes da entidade quanto aos princípios e normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;
- VIII. examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais;
- IX. buscar condições para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;
- X. testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão;
- XI. acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de Controle de Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;
- XII. elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna RAAAI, a serem encaminhados ao Órgão ou Unidade de Controle Interno a que estiver jurisdicionada, respeitando os prazos estabelecidos pela Secretaria Federal de Controle/Controladoria Geral da União;
- XIII. verificar e opinar sobre as contas dos responsáveis pela aplicação, utilização

- ou guarda de bens e valores, e de todo aquele que der causa a perda, subtração ou dano de valores, bens e materiais de propriedade da Instituição;
- XIV. verificar a consistência e a segurança dos instrumentos de controle, guarda e conservação dos bens e valores da Instituição ou daqueles os quais ela seja responsável;
- XV. analisar e avaliar os procedimentos contábeis utilizados, com o objetivo de opinar sobre a qualidade e fidelidade das informações prestadas;
- XVI. efetuar exames preliminares das áreas, operações, programas e recursos nas entidades a serem auditadas, considerando-se a legislação aplicável, normas e instrumentos vigentes, bem como o resultado das últimas auditorias;
- XVII. elaborar Relatórios de Auditoria assinalando as eventuais falhas encontradas para fornecer aos dirigentes subsídios necessários à tomada de decisões;

7.4.2 COMISSÃO DE ÉTICA

As atribuições da Comissão de Ética Profissional dos Servidores do Ifes são subtraídas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, anexo ao Decreto Nº 1.171/94 e do Decreto de 26 de maio de 1999, a saber:

- atuar como elemento de ligação com a Comissão de Ética Pública da Presidência da República;
- supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública situações que possam figurar descumprimento de suas normas;
- orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público;
- conhecer de consultas, denúncias ou representações formuladas contra o servidor público, repartição ou o setor em que haja ocorrido a falta suscetível de censura;
- instaurar, de ofício, processo sobre ato, fato ou conduta que considerar passível de infringência a princípio ou norma ético-profissional;
- fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre a conduta ética destes, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público;
- aplicar pena de censura ao servidor que infringir as normas de conduta ético-

profissional;

– remeter à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cópia do procedimento administrativo resultante da análise de fato ou ato submetido à sua apreciação;

– produzir e divulgar ementa das suas decisões;

– tomar o compromisso solene, do cidadão recém-empossado ou investido em função pública, de acatamento e observância às regras estabelecidas no código de ética, anexo ao Decreto Nº 1.171/94.

7.4.3 UNIDADE DE CORREIÇÃO

De acordo com o art. 5º do supramencionado Decreto, compete à Unidade de Correição, enquanto Órgão Seccional:

I - propor ao Órgão Central do Sistema medidas que visem à definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição;

II - participar de atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;

III - sugerir ao Órgão Central do Sistema procedimentos relativos ao aprimoramento das atividades relacionadas às sindicâncias e aos processos administrativos disciplinares;

IV - instaurar ou determinar a instauração de procedimentos e processos disciplinares, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere o [art. 143 da Lei Nº 8.112, de 1990](#);

V - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos e expedientes em curso;

VI - encaminhar ao Órgão Central do Sistema dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados das sindicâncias e processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas;

VII - auxiliar o Órgão Central do Sistema na supervisão técnica das atividades desempenhadas pelas unidades integrantes do Sistema de Correição;

VIII - prestar apoio ao Órgão Central do Sistema na instituição e manutenção de informações, para o exercício das atividades de correição;

e

IX - propor medidas ao Órgão Central do Sistema visando à criação de condições melhores e mais eficientes para o exercício da atividade de correição.

Além das competências acima elencadas, subsidiariamente, compete à UNICOR:

- Efetuar o controle sobre os prazos de vigência das Portarias que constituem as comissões, orientando-as nesse sentido, bem como gerir as prorrogações e reconduções que se fizerem necessárias;
- Indicar os nomes dos servidores para composição das Comissões para a condução dos processos investigativos;
- Prestar às Comissões as orientações necessárias, visando ao fiel cumprimento dos mandatos para os quais são designadas, velando pela observância aos princípios que regem a Administração Pública;
- Atender às requisições da PGF/AGU (Procuradoria Geral Federal), referentes à prestação de informações para contestação de Ações Judiciais contra a União;
- Atender às requisições da Procuradoria Federal junto ao IFAM, referentes à prestação de informações sobre matérias pertinentes a sua esfera de competência; e
- Atender aos encaminhamentos da Auditoria Interna do IFAM, referentes a demandas oriundas da CGU, pertinentes às Solicitações de Auditoria e Plano de Providências;
- Analisar as denúncias encaminhadas para a Reitoria, bem como manifestar o posicionamento da Unidade com relação aos procedimentos aplicáveis;
- Atender às requisições e convocações emanadas da Reitoria do IFAM sobre assuntos pertinentes à sua esfera de competência.

7.4.4 CONSELHO DE CURSO

Órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica - docente, discente e técnico-administrativo e de representantes da sociedade civil organizada.

7.4.5 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

- ✓ Centro de Documentação e Informação (Bibliotecas, Salas de Teleconferências, Auditórios e outros);
- ✓ Assistência Estudantil (Serviço Social, Médico e Odontológico e Psicológico);
- ✓ Núcleos Temáticos: (diversidade, gênero, étnica, religiosa, cultural, sexualidade, drogadição, deficiência, Cidadania “direitos e deveres”, etc.);

- ✓ Núcleos de Estudos;
- ✓ Núcleo de Formação Continuada;
- ✓ Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais;
- ✓ Núcleo de Educação a Distância;
- ✓ Conselho de Curso;
- ✓ Conselho de Classe;
- ✓ CAE – Coordenadoria de Apoio ao Estudante;
- ✓ CAA – Coordenadoria de Apoio ao Aluno.

7.4.6 AUTONOMIA EM RELAÇÃO A MANTENEDORA

Como integrante da Rede Federal de Educação Tecnológica, os Institutos federais possuem autonomia financeira e pedagógica em relação ao Ministério da Educação. Dentro do âmbito de sua atuação territorial, cada campus contará com autonomia para criação e extinção de cursos, mediante autorização do colegiado competente para a matéria acadêmica. Dentro de uma concepção de sistema, a gestão orçamentária e financeira se dará de forma descentralizada.

Nos termos da Lei N.º 11.892, de 2008, art. 9º Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada Campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

7.5 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PESSOAL

A Carta de Brasília da Gestão Pública, assinada em maio de 2008, pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e o presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração, Paulo César Medeiros, registra as principais preocupações e diretrizes que devem orientar as estratégias e as ações em prol da construção de um pacto para melhorar o Plano de Desenvolvimento Institucional 2014–2018 gestão pública. Nela, um dos tópicos que merece destaque é a gestão de pessoas, por ser este um elemento estruturante da gestão.

Uma vez que a Carta de Brasília está norteando as novas políticas que buscam a excelência gerencial, faz-se necessário garantir neste PDI que as estratégias e políticas na área de organização e gestão de pessoal do Instituto Federal do Amazonas sejam convergentes com essa nova perspectiva.

Na política de Gestão de desenvolvimento de pessoal do IFAM pretende-se criar condições para o crescimento pessoal e profissional, proporcionando oportunidade de

conhecimento, desenvolvimento de habilidades e de competências, por meio de compromisso com a instituição e com a sociedade.

Busca-se através das estratégias definidas para os próximos 05 (cinco) anos, propiciar um ambiente harmônico, humanístico nas relações de trabalho e convívio social.

7.5.1 COMPOSIÇÃO, POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

Os docentes do IFAM estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criada a partir da Lei N.º 11.784/2008.

Conforme dispõe o Art. 113º, Seção XVI da Lei N.º 11.784/2008, que trata da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no seu parágrafo segundo, o requisito de escolaridade para ingresso no cargo de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é a habilitação específica obtida em Licenciatura ou habilitação legal equivalente. No caso do novo cargo, de Docente Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criado pela citada Lei, o requisito é ser detentor do título de doutor ou de livre-docente.

De acordo com a legislação supracitada, exigir-se-á para a investidura nos cargos de Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico aprovação em concurso público de provas e títulos, que constará de prova objetiva ou escrita, prova de desempenho didático e prova de títulos.

Os docentes desse Instituto estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, criada a partir Lei N.º 11.784/2008. Quanto ao regime de trabalho docente, o Art. 112º da referida Lei estabelece 3 (três) tipos de regimes, a saber:

- tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho;
- tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos;
- dedicação exclusiva (DE), com a obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos, e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

Para atender à necessidade temporária de pessoal docente, a Lei N.º 8.745/1993 possibilita a contratação de *docente substituto*, cujo contrato é por tempo determinado de até 1 ano, sendo passível de prorrogação uma única vez. O recrutamento e a seleção de docentes substitutos devem ser feitos através de *processo seletivo simplificado*, constituído de uma prova de desempenho didático e de prova de títulos, de modo a selecionar docentes com competências técnicas e didáticas necessárias para uma atuação de qualidade na área específica.

Com a nova Política Nacional de Desenvolvimento Pessoal, instituída pelo Decreto N° 5.707/2006, o Ministério do Planejamento vem incentivando os órgãos a adotarem na sua gestão da capacitação o *Sistema de Gestão por Competências*, que é orientado para o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessário ao bom desempenho da função do servidor, visando ao alcance dos objetivos da instituição.

Neste sentido, com vistas à estruturação de um plano de capacitação dos docentes, os gestores devem identificar as competências que o Instituto Federal do Amazonas já possui e apontar as lacunas existentes, ou seja, as competências que ainda precisam ser desenvolvidas. Através desse diagnóstico é possível partir para a construção de um Programa de Desenvolvimento de Pessoal.

8 INFRAESTRUTURA

	Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de propriedade da União		
		2014	2013	2012
Brasil	Amazonas	18	11	11
	Manaus	4	4	4
	São Gabriel da Cachoeira	1	1	1
	Coari	1	1	1
	Parintins	1	1	1
	Tabatinga	1	1	1
	Presidente Figueiredo	1	1	1
	Maués	1	1	1
	Lábrea	1	1	1
	Itacoatiara	1	-	-
	Tefé	1	-	-
	Eirunepé	2	-	-
	Humaitá	2	-	-
	Manacapuru	1	-	-
	Total	18	11	11

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Dec. N.º	1065	46	23
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	1065	46	23
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Dec. N.º	1060	45	23

1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	01	00	00
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Art. 84 da Lei Nº 8.112/90	01		00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	03	01	00
2. Servidores com Contratos Substitutos e Temporários	Lei N.º	137	99	52
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	01	00	00
4. Total de Servidores (1+2+3)	--	1.203	145	75

Fonte: SIAPE – DEZ//2013

- Instalações Provisórias do Campus Tefé

Cursos Regulares	Bolsa-Formação
Administração	Técnico Médio
Informática	Técnico Médio
Contabilidade	Técnico Médio Subsequente
Administração	Técnico Médio Subsequente
Informática	Técnico Médio Subsequente

- Nº e Professores e TAEs para o Campus Tefé

Cargos	Quantidade
Professores	08
Professores Substitutos	07
Técnicos Administrativos	05

- Principais ambientes no Campus Tefé

Nº	Ambientes	Quant.	Área aprox.(m2)	Situação	Conceito* (1 a 5)
1	Sala de Aula	03	50	Construído	4
2	Laboratório de Informática	01	50	Construído	4
3	Sala de Professores	01	50	Construído	4
4	Área de Convivência	01	200	Construído	3
5	Banheiros Coletivos	02	20	Construído	3
6	Sala destinada a Administração	01	50	Construído	4
7	Mini Auditório: 50 lugares	01	250	Construído	3
8	Estacionamento externo	01	500	Construído	2
9	Laboratório EAD	01	20	Construído	4

- Instalações Provisórias do Campus Eirunepé

Cursos Regulares	Bolsa-Formação
Administração Informática Administração Informática	Técnico Médio Integrado Técnico Médio Integrado Técnico Médio Subsequente Técnico Médio Subsequente

- Nº e Professores e TAEs para a Unidade de EIRUNEPÉ.

Cargos	Quantidade
Professores	06
Professores Substitutos	06
Técnicos Administrativos	04

- Principais ambientes em Eirunepé

Nº	Ambientes	Quant.	Área aprox.(m2)	Situação	Conceito* (1 a 5)
1	Sala de Aula	03	50	Construído	4
2	Laboratório de Informática	01	50	Construído	4
3	Sala de Professores	01	50	Construído	4
4	Área de Convivência	01	200	Construído	4
5	Banheiros Coletivos	02	20	Construído	4
6	Sala destinada a Administração	01	50	Construído	3
7	Auditório	01	250	Construído	3
8	Estacionamento externo	01	200	Construído	3

9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**9.1 CONCEPÇÃO**

O Setor responsável pela Gestão da Tecnologia da Informação no IFAM é a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, que é composta por:

- Departamento de Tecnologia da Informação
- Coordenação de Governança
- Coordenação de Infraestrutura de Redes
- Coordenação de Sistemas
- Coordenação de Manutenção em Soluções de Tecnologia da Informação

9.1.1 INFRAESTRUTURA DE REDES

Cada campus possui link de internet dedicado, rede interna estruturada, sistema de gerência de acesso à rede e sistema de monitoramento de link. A gestão dessa estrutura é compartilhada com as Coordenações de Tecnologia da Informação de cada Campus.

Tabela 12: Distribuição de redes de internet do IFAM

Campus	Capacidade de Link de Internet	Quantidade de Computadores	Tecnologia de Enlace
Reitoria	1GB	150	Fibra Ótica
Coari	4MB	100	Satélite
Lábrea	6MB	150	Satélite
Manaus Centro	1GB	900	Fibra Ótica
Manaus Distrito Industrial	1GB	300	Fibra Ótica
Manaus Zona Leste	4MB	200	Modem
Maués	6MB	200	Satélite
Parintins	4MB	200	Satélite
Presidente Figueiredo	4MB	150	Satélite
São Gabriel da Cachoeira	4MB	100	Satélite
Tabatinga	4MB	150	Satélite
Eirunepé	Em processo de implantação	35	Satélite
Humaitá	Em processo de implantação	50	Satélite
Tefé	Em processo de implantação	35	Satélite
Itacoatiara	Em processo de implantação	40	Satélite

9.1.2 REGULAMENTAÇÃO

O IFAM possui um aporte documental que tem como função regulamentar o uso, as aquisições, os serviços prestados e recursos de Tecnologia da Informação. Esse aporte é composto por:

- PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação;
- PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- PUSTI – Política de Uso dos Sistemas de Tecnologia da Informação;
- PSI – Política de Segurança da Informação.

9.1.3 SERVIÇOS

Os serviços que são disponibilizados através da DGTI são:

- Hospedagem de Sites;
- Serviço de E-mail;
- Serviço de VPN;
- Acesso Remoto ao Periódico da Capes;
- Acesso a Internet;
- Serviço de FTP;
- Gerência de Banco de Dados;
- Monitoramento das Redes que compõe o IFAM;
- Gerência de telefonia Digital;
- Serviços de Segurança da Informação;
- Consultoria em Soluções de Tecnologia da Informação.

9.1.4 SISTEMAS

O IFAM possui sistemas que são responsáveis pela gestão acadêmica e administrativa da instituição. Entre os sistemas principais contamos com:

- Q-Acadêmico -> Sistema de Gestão Acadêmica;
- Q-Seleção -> Informatização do Processo Seletivo;
- Q-Biblio -> Sistema de Gestão da Biblioteca;
- SUAP -> Informatização do Protocolo, Almoxarifado e Patrimônio;
- Moodle -> Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- SGD -> Sistema de Gestão de Demanda;
- OJS -> Sistema de Gerência de revista eletrônica.

9.1.5 METAS

9.1.5.1 TEMA: ORÇAMENTO

Objetivo Estratégico:

1. Aprimorar a gestão orçamentária de TI.

Descrição do Objetivo:

Buscar uma eficiente gestão orçamentária para garantir os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das metas institucionais.

Ações estratégicas

1.a Planejar a contratação de bens e serviços de TI, conforme a demanda do IFAM.

i. Meta : Atender 98% do PDTI até 2018.

ii. Indicador : Executado/Planejado considerando valores e quantidades.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	40%	68 %	75%	90%	98%

9.1.5.2 TEMA: GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo Estratégico:

2. Aprimorar a Gestão de pessoas de TI.

Descrição do Objetivo:

Qualificar servidores e gestores para melhor desempenho de suas atribuições e aprimorar as competências para novos desafios profissionais, seja no aspecto técnico ou gerencial.

Ações estratégicas:

2.a Promover capacitação permanente dos servidores de TI.

i. Meta1: Participação de 100% dos cursos oferecidos pelo Contrato de Gestão e do Plano anual de Capacitação do Fórum de Gestores de Tecnologia da Informação financiados pelo MEC até 2018.

ii. Indicador: Planejado x Executado.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %

iii. Meta 2: Executar o Plano de Capacitação de TI em até 80% até 2018.

iv. Indicador: Planejado x Executado.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	20 %	40 %	60 %	70 %	80 %

2.b Promover a integração entre os servidores de TI proporcionando troca de experiências.

i. Meta: Utilizar o Sistema SIG como base de conhecimento que possibilite a solução de problemas comuns entre os campi objetivando diminuir o número de pedidos de informatização de processos a 10% até 2018.

ii. Indicador: Quantidade de Solicitações de Informatização de Processos dentro das solicitações enviados à DGTI.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	60 %	50%	30%	15%	10%

9.1.5.3 GOVERNANÇA

Objetivo Estratégico:

4. Aperfeiçoar a governança de TI no IFAM.

Descrição do Objetivo:

Buscar implantar um modelo de governança, com base em modelos já consagrados no mercado, visando alinhar os processos de TI às atividades do IFAM, assim como aperfeiçoar a comunicação, comprometimento e o trabalho conjunto entre reitoria e os campi.

Ações estratégicas:

4.a Adotar modelo de gestão baseado no modelo de referência em Planejamento e Organização.

i. Meta: Informatizar 90% dos processos administrativos e acadêmicos do IFAM até 2018.

ii. Indicador: número de processos informatizados.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	20 %	40 %	60 %	80 %	100 %

4.b Adotar modelo de gestão baseado no modelo de referência COBIT – Domínio Aquisição e implementação;

i. Meta: Realizar 100% dos processos do domínio COBIT de Aquisição e implantação até 2018.

ii. Indicador: número de processos realizados.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	20 %	40 %	60 %	70 %	80 %

4.c Adotar modelo de gestão baseado no modelo de referência COBIT – Domínio Entrega e suporte.

i. Meta: Realizar 100% dos processos do domínio COBIT de Entrega e suporte até 2018.

ii. Indicador: número de processos realizados.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	20 %	40 %	60 %	70 %	80 %

4.d Adotar modelo de gestão baseado no modelo de referência COBIT – Domínio Monitoração e avaliação.

i. Meta: Realizar 100% dos processos do domínio COBIT de Monitoração e avaliação até 2018.

ii. Indicador: número de processos realizados.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	20 %	40 %	60 %	70 %	80 %

4.e Implantar o Sistema Integrado de Gestão visando informatizar os processos administrativos e acadêmicos.

i. Meta: Implantar 100% dos módulos do Sistema Integrado de Gestão.

ii. Indicador: número de módulos em produção.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	20 %	40 %	60 %	70 %	80 %

9.1.5.4 SUSTENTABILIDADE

Objetivo Estratégico:

5. Prover o uso eficiente dos recursos de TI.

Descrição do Objetivo:

Ampliar as responsabilidades pelos recursos de TI, atuando para garantir a sua gestão.

Ações estratégicas:

5.a Aderir ao Padrão do SISP na aquisição de soluções de Tecnologia da Informação.

i. Meta: Aquisições de soluções de TI estejam 100% alinhadas com as especificações técnicas do SISP até 2018.

ii. Indicador: Valor anual empenhado em conformidade pela quantidade empenhada no ano.

Ano	2014	2015	2016	2017	2018
Meta	80 %	85 %	90 %	95 %	100 %

10 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

As atividades de planejamento, execução e avaliação estabelecidas para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas tem por base a construção anual dos Planos de Desenvolvimento Anual (PDA) e dos Relatórios Finais da gestão dos campi e das pró-reitorias.

O Ministério da Educação, com a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, através da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, estabeleceu um sistema de avaliação global e integrada por diversos instrumentos complementares: Auto Avaliação, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, condições de ensino e instrumentos de informação (Censo e Cadastro). O SINAES tem como objetivo a avaliação do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos alunos, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações, dentre vários outros aspectos.

Para conduzir os processos de auto avaliação das instituições o SINAES estabeleceu a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, como órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica - docente, discente e técnico-administrativo e de representantes da sociedade civil organizada. Visando atender às orientações legais aqui referenciadas, o IFAM caminha firmemente para a constituição de sua Comissão Própria de Avaliação - CPA.

O horizonte de implantação da auto avaliação no IFAM passa a ser construído e consolidado em um momento extremamente significativo para a nossa Instituição, sob o prisma de reformas e mudanças contextuais amplas, trazidas por fortes demandas sociais e tecnológicas.

A atividade de avaliação no cotidiano do IFAM tem ocorrido de forma assistemática, centrada em determinados segmentos, a exemplo da avaliação dos cursos, e do seu corpo docente. Contudo, a fragilidade destas atividades prova o interesse na busca de uma padronização que venha a ser capaz de dar impulso a julgamentos avaliativos mais confiáveis. Afinal, a obtenção de confiança da comunidade acadêmica, só ocorre quando a Instituição procura e revela as suas fragilidades, seus limites e suas potencialidades, de modo a obter densidade e credibilidade corporativa.

O IFAM, ao identificar a necessidade e a importância da avaliação institucional como instrumento de gestão, trabalha, efetivamente, para a concepção e aplicação do seu projeto de auto avaliação, na perspectiva de ofertar à sociedade, uma maior visibilidade no alcance de sua missão.

Foi encaminhada ao CONSUP a propositura para a constituição de um **Comitê Permanente de Acompanhamento e Revisão do Plano de Desenvolvimento institucional (PDI)**. Este Comitê Permanente de Acompanhamento e Revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional é o Comitê que tem as funções precípua de fazer diagnóstico, proposições e atualizações das informações do PDI, elaborar propostas e atualizar o PDI, ao longo de 2014-2018, com base nas diretrizes estabelecidas no art. 16 do Decreto Federal Nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, e verificar o cumprimento dos indicadores estabelecidos.

10.1. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A avaliação é um instrumento de fundamental importância na identificação da qualidade da atuação de uma instituição junto à sociedade. É o processo de pensar o desenvolvimento das atividades a serem realizadas, levando em consideração se os objetivos e metas foram alcançados.

No IFAM, o processo de avaliação direciona a comunidade a refletir sua práxis, submetendo-se a auto avaliação e dispondo-se a recondução de seus objetivos institucionais. Isso permite o aproveitamento dos seus fatores de sucesso que possibilitarão realizar sua missão como instituição pública de ensino, sua visão de futuro e seus valores, através de um planejamento consistente em que as grandes linhas de atuação serão alcançadas, a partir da democratização da gestão.

Neste sentido, o processo de avaliação institucional será realizada com base nos princípios da gestão participativa em que as decisões são definidas coletivamente e conduzida por etapas que vão desde a sensibilização, levantamento de necessidades, fórum e consulta a comunidade.

Esse processo visa intensificar ações e ampliação de áreas de concentração e a expansão seletiva e gradual de objetivos e metas. Além disso, o processo visa, também, a melhor qualificação e o aprimoramento dos atuais sistemas gerenciais e a promoção da qualidade de vida no trabalho e dos serviços prestados a comunidade.

10.2. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.

A avaliação dos resultados da gestão institucional em todas as esferas de atuação tem como pressuposto básico a análise de 04 (quatro) itens significativos que indicarão os pontos positivos (vantagens da gestão), pontos a melhorar (desvantagens da gestão), oportunidades (projeção institucional) e ameaças (aspectos negativos/comprometimento externo) com vista no diagnóstico permanente da gestão.

11 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

11.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O Instituto Federal do Amazonas – IFAM, é uma Autarquia federal, vinculada diretamente à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), com estrutura de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, composta por unidades descentralizadas denominadas de Campus e, como tal, sua sustentabilidade

financeira é viabilizada, majoritariamente, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional sob a forma de Dotação Orçamentária.

Desta forma, os recursos necessários são consignados anualmente no Orçamento Geral da União por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, o que permite que as **Despesas Correntes e de Capital** constituídas respectivamente de **Despesas de Custeio** - Pessoal, Encargos sociais, Benefícios aos Servidores e Outras Despesas Correntes, e de **Despesas com Investimentos**, tais como Obras e Material Permanente, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira.

Além dos recursos da União, o IFAM conta ainda, com a fonte de recursos diretamente arrecadados mediante a comercialização do excedente de produção, dos projetos educativos, prestação de serviços, e ainda com recursos obtidos por meio de descentralização de créditos da SETEC/MEC, convênios firmados com os órgãos públicos e privados e recursos originários de emendas parlamentares.

11.1.1 MATRIZ CONIF

A estrutura da Matriz foi composta por blocos: pré-expansão, expansão, reitoria, ensino a distância, assistência estudantil e pesquisa aplicada. Os parâmetros utilizados foram os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), referentes aos períodos do segundo semestre de 2011 e primeiro semestre de 2012, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), categoria dos Campi e tipo e pesos dos cursos.

A institucionalização de novos parâmetros para utilização nas matrizes de distribuição de recursos orçamentários e financeiros foi promulgada com o Decreto Nº 7.313/2010. Este Decreto estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define critérios para elaboração das suas respectivas propostas orçamentárias anuais.

Os critérios que devem ser considerados são:

Matrículas e quantidade de alunos	Número de matrículas e quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período.
Número de alunos e de docentes	Relação entre número de alunos e número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado.
Áreas de conhecimento e eixos	Diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos

tecnológicos.	dos cursos ofertados.
Apoio às instituições públicas de ensino.	Apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.
Programas de extensão e certificação.	Existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento.
Produção de conhecimento científico, tecnológico, cultural e Artístico.	Produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente.
Núcleos de inovação tecnológica	Existência de núcleos de inovação tecnológica.
Registro e comercialização de patentes	Número de registro e comercialização de patentes.
Resultados das avaliações	Resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado.
Sistemas de informação e programas do MEC.	A adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo, instituídos pelo Ministério da Educação.
Programas de mestrado e doutorado	Existência de programas de mestrado e doutorado, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

11.1.2 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

O orçamento de Custeio e Capital - OCC (exceto benefícios, convênios e emendas), oriundos do tesouro nacional é rateado entre os diversos Campi pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação - MEC, com base numa matriz parametrizada pela Rede Nacional dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. A totalidade dos recursos orçamentários e financeiros, exceto de pessoal e benefícios, deve ser submetida aos procedimentos e normas da gestão pública, notadamente à Lei Nº 4.320/64, Lei Nº 8.666/93 e Lei Nº 10.520/2002.

A captação de recursos com Instituições Públicas e Privadas se faz através da elaboração de projetos apresentados a estas Instituições, visando a obtenção de recursos para financiar a expansão da infraestrutura do IFAM.

A obtenção dos recursos oriundos de emendas parlamentares tem sido ao longo dos últimos anos uma importante mola propulsora nos investimentos realizados pelo IFAM, o qual origina-se do esforço dos gestores junto aos representantes parlamentares do Estado do Amazonas, principalmente na esfera Federal.

11.1.3 PLANOS DE INVESTIMENTOS

Os planos de investimento do IFAM estão fundamentados numa previsão de incremento anual na ordem de cerca de **41,9 milhões** para a expansão e reestruturação de novas unidades de Ensino nos primeiros 3 anos, com construção de novos campus e revitalização dos já existentes, tendo como modelo oficial, os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET, custeados com recursos repassados pelo MEC em cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

Da totalidade correspondente às demais fontes de financiamento do orçamento total, 15% (quinze por cento) é o valor estimado a ser agregado anualmente ao orçamento de custeio, bem como no pressuposto de que, uma vez garantidos os recursos necessários às despesas fixas de manutenção básica, o excedente será investido em ações que visam a recuperação, a ampliação, a modernização da gestão acadêmica e administrativa e a atualização tecnológica, dotando a instituição de melhores condições de ensino.

11.1.4 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE EXECUÇÃO 2014-2018

Com lastro nos dados históricos apurados junto ao SIAFI, Lei orçamentária Anual exercício – 2014, e nos investimentos necessários às mudanças organizacionais do IFAM, demonstramos abaixo, a Programação Orçamentária, projetada para o período compreendido entre 2014 até 2018, a saber:

11.1.5 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO 2014-2018

A previsão de recursos extra orçamentários do IFAM, bem como suas possíveis fontes seguem explicitadas na Tabela 12:

Tabela 12 Cronograma de expansão Orçamentária

RECEITA DIRETAMENTE ARRECADADA	TOTAL 2014	TOTAL 2015	TOTAL 2016	TOTAL 2017	TOTAL 2018	TOTAL
RECEITA ADMINISTRATIVA	405.167	940.683	400.000	200.000	50.000	1.995.850
TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	450.000					450.000
TOTAL GERAL	855.167	940.683	400.000	200.000	50.000	2.445.850

Fonte: PROAD, 2014

A projeção orçamentária para a manutenção das Unidades do IFAM, considerando Recursos do Tesouro, pode ser observada nas tabelas a seguir:

Tabela 13 Cronograma de expansão Orçamentária

DESPESA	TOTAL 2014	TOTAL 2015	TOTAL 2016	TOTAL 2017	TOTAL 2018	TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	120.151.327	128.201.465	136.790.964	145.955.958	55.735.008	686.834.722
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.581.422	53.970.377	57.586.392	61.444.680	65.561.474	289.144.345
DESPESAS DE INVESTIMENTOS	47.241.265	50.406.429	53.783.660	57.387.165	61.232.106	270.050.625
TOTAL GERAL	217.974.014	232.578.271	248.161.016	264.787.803	282.528.588	1.246.029.692

Fonte PROPLAD, 2014

11.1.6 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A metodologia do orçamento participativo é uma estratégia vinculada ao aperfeiçoamento da gestão, rumo a um sistema eficiente, ágil e transparente. O orçamento é instrumento e, aplicação de recursos em investimentos e custeio, deve ser decidida por representantes dos diversos segmentos e órgãos colegiados. Os diversos segmentos da Instituição devem decidir, em fórum próprio, a alocação de recursos nas áreas de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, infraestrutura, tecnologia, gestão e qualificação, sempre com foco nas definições estratégicas. Esse processo tem como objetivo sistematizar e integrar três processos fundamentais da gestão administrativa: o planejamento, a execução e o acompanhamento orçamentário para cada exercício.

REFERÊNCIAS

Constituição Federativa do Brasil, 1988.

Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Chamada Pública MEC/SETEC Nº 002/2007. Proposta para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF do Amazonas, fevereiro de 2008.

Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, junho de 2008.

Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal Nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Manual de orientação para a elaboração Perfil institucional do IFAM. Daniel Nascimento e Silva e outros, 2013.

Manual de orientação para a elaboração da Organização administrativa do IFAM. Daniel Nascimento e Silva e outros, 2013.

Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas. MEC.

Links:

População -

http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=resultgeramostra_censo2010

Estabelecimentos de Saúde -

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=servicossaude2009>

PIB - <http://www.seplan.am.gov.br/noticia.php?cod=565>

Instituições Financeiras

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=instituicoesfinanceiras2012>

Indústria de Transformação -

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=piaempresa2011>



Reitoria

Rua Ferreira Pena, 1109 Centro CEP 6969025-010 Manaus-Am